

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL**

MESTRADO

**FRANCISCO DOMINGOS BEZERRA
NOGUEIRA JÚNIOR**

**URBANIZAÇÃO DA LAGOA DA JANSEN: as contradições do lazer
nos diferentes segmentos**

São Luís

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

FRANCISCO DOMINGOS BEZERRA NOGUEIRA JÚNIOR

**URBANIZAÇÃO DA LAGOA DA JANSEN: as contradições do lazer nos diferentes
segmentos**

São Luís
2023

FRANCISCO DOMINGOS BEZERRA NOGUEIRA JÚNIOR

**URBANIZAÇÃO DA LAGOA DA JANSEN: as contradições do lazer nos diferentes
segmentos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Alex Oliveira de Souza

São Luís

2023

Nogueira Júnior, Francisco Domingos Bezerra.

Urbanização da Lagoa da Jansen: as contradições do lazer nos diferentes segmentos / Francisco Domingos Bezerra Nogueira Júnior. – São Luís, 2023.

133 f.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Alex Oliveira de Souza.

1. Lazer. 2. Urbanização. 3. Políticas públicas. 4. Lagoa da Jansen. I. Título.

CDU: 911.372.2:711.4

FRANCISCO DOMINGOS BEZERRA NOGUEIRA JÚNIOR

**URBANIZAÇÃO DA LAGOA DA JANSEN: as contradições do lazer nos diferentes
segmentos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Aprovada em: 27/02/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alex Oliveira de Souza (Orientador)

Doutor em Urbanismo

Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Grete Soares Pflueger

Doutora em Urbanismo

Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Júlia Kátia Borgneth Petrus

Doutora em Geografía, Planificación Territorial y Gestión Ambiental

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça alcançada na aprovação e conclusão.

À minha querida mãe, Erani Araújo Nogueira (*in memoriam*). Nela que busquei inspiração para concluir.

Ao meu Sogro, Silva (*in memoriam*).

À minha esposa, Patrícia Ferreira Paulino, meus filhos, Amir Hadriel Ferreira Nogueira, João Gabriel Ferreira Nogueira e Luís Miguel Ferreira, por me incentivarem nos momentos mais difíceis.

Aos meus Irmãos, Nogueira Neto, Rosário, Socorro e Alessandra, pelos incentivos.

Aos meus sobrinhos, Serra, Emmeliny, Vitor, Julieta e Sarinha.

À minha sogra, Isabel, e cunhado(a)s, Pablo, Priscila e Prisciana.

Aos meus amigos de turma 2020.

Às minhas parceiras de estudos, Lohanne e Daniela, incansáveis quando necessitava de orientação, amizade construída no período do mestrado e que seguirá para novos caminhos.

Ao meu amigo Monteles.

Aos meus professores, pelo empenho e dedicação.

À Prof.^a Dr.^a Patrícia de Araújo (UEPA).

À Elizete, sempre disponível.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alex Oliveira de Souza.

Às professoras da Banca Examinadora, Prof.^a Dr.^a Grete Soares Pflueger e Prof.^a Dr.^a Júlia Kátia Borgneth Petrus.

RESUMO

Este estudo visa compreender a formação do espaço público construído, pelo poder público, na Lagoa da Jansen, em São Luís do Maranhão, e suas contradições no campo do lazer. A divisão pública e privada ocorre por uma segmentação do lazer, que diz onde e como ele deve ser praticado no tempo livre. É nessa ordem capitalista que se direcionam os caminhos que o entretenimento deve seguir. Dessa maneira, o Maranhão está inserido em um contexto global com predomínio do modelo capitalista hegemônico, que, ao longo da história, reflete o desenvolvimento geográfico desigual. As mudanças ocorridas pela urbanização no espaço em estudo se dão por meio dos agentes sociais produtores do espaço urbano representados pelo Estado, detentores do capital e proprietários imobiliários, que se configuram instrumentos ideológicos, beneficiando uma determinada categoria social, quando impõem hábitos e costumes distantes dos antigos moradores e de outros que resistem às mudanças patrocinadas pela especulação imobiliária. A cidade torna-se cenário de importantes manifestações, e o lazer evidencia-se como prática social. Assim, os espaços públicos de lazer, quando sofrem transformações de caráter urbanístico, proporcionam mudanças para determinados públicos. Como fundamentação teórica, por discutirem a temática em estudo, foram utilizados os seguintes autores: Bourdieu (1989), Burnett (2008, 2011), Gomes (2013), Harvey (2004, 2005, 2009), Lefebvre (2001), Marcellino (2002), Maricato e Colosso (2020), Marx (2008) e Smith (1988). Portanto, a pesquisa apoiou-se no método qualitativo e quantitativo, apresentando, como resultados, contradições nos diversos segmentos do lazer, equipamentos e categoria social. Após ampla verificação dos dados, foram selecionados os fatores que poderiam aferir a validade das hipóteses. Em seguida, por meio de análise quantitativa, avaliou-se a correlação entre tais fatores.

Palavras-chave: lazer; urbanização; políticas públicas; Lagoa da Jansen.

ABSTRACT

This study aims to understand the formation of the public space built, by the public authorities, at Lagoa da Jansen, in São Luís, Maranhão, and its contradictions in the field of leisure. The public and private division occurs through a segmentation of leisure, which says where and how leisure should be practiced in free time. It is in this capitalist order that the paths that entertainment must follow are directed. Thus, Maranhão is inserted in a global context with the predominance of the hegemonic capitalist model, which, throughout its history, reflects the unequal geographical development. The changes brought about by urbanization in the space under study occur through social agents who produce the urban space, represented by the State, capital owners, and real estate owners, who configure themselves as ideological instruments, benefiting a certain social category, when they impose habits and customs that are distant from the former residents and others who resist the changes sponsored by real estate speculation. The city becomes the scene of important manifestations, and leisure becomes evident as a social practice. In this way, public leisure spaces, when they undergo urbanistic transformations, provide changes for certain publics. As theoretical basis, for discussing the theme under study, the following authors were used: Bourdieu (1989), Burnett (2008, 2011), Gomes (2013), Harvey (2004, 2005, 2009), Lefebvre (2001), Marcellino (2002), Maricato and Colosso (2020), Marx (2008), and Smith (1988). Therefore, the research was based on the qualitative and quantitative method, presenting, as results, contradictions in the various segments of leisure, equipment, and social category. After extensive verification of the data, the factors that could gauge the validity of the hypotheses were selected. Then, by means of quantitative analysis, the correlation between these factors was evaluated.

Keywords: leisure; urbanization; public policy; Jansen's Lagoon.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Lagoa da Jansen – dividido por quatro zonas	39
Figura 2 – Mapa de lazer da Lagoa da Jansen	40
Quadro 1 – Características espaciais da urbanização modernista	43
Figura 3 – Três tipos de lagoa.....	47
Figura 4 – Zoneamento da área da Lagoa da Jansen – Plano Diretor de 1975	52
Figura 5 – Zoneamento da área da Lagoa da Jansen – Plano Diretor de 1981	53
Figura 6 – Zoneamento da área da Lagoa da Jansen – Plano Diretor de 1992	54
Figura 7 – Mapa representativo de lazer – Zona I.....	68
Figura 8 – Mapa representativo de lazer – Zona II.....	69
Figura 9 – Mapa de localização – observação e pesquisa	75
Figura 10 – Quadra de tênis.....	77
Figura 11 – Ciclovía.....	77
Figura 12 – Mapa de equipamento de lazer – Zona III.....	95
Figura 13 – Mapa de localização da Comunidade Rua Pedro Neiva de Santana (Calçadão da Lagoa ou ciclovía) – Zona IV.....	105
Figura 14 – Comunidade Rua Pedro Neiva de Santana (Calçadão da Lagoa ou Ciclovía).....	106
Figura 15 – Pescador	108
Figura 16 – Bosque da Lagoa da Jansen.....	110
Figura 17 – Estação perto da comunidade.....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Setor censitário nº 2111 3000 5000 146	84
Gráfico 2 – Setor censitário nº 2111 3000 5000 147	84
Gráfico 3 – Setor censitário nº 2111 3000 5000 148	85
Gráfico 4 – Setor censitário nº 2111 3000 5001 1086	85
Gráfico 5 – Sexo	87
Gráfico 6 – Idade	87
Gráfico 7 – Escolaridade	88
Gráfico 8 – Profissão	88
Gráfico 9 – Meio de transporte utilizado para chegar à Lagoa	89
Gráfico 10 – Dia da semana que geralmente frequenta a Lagoa	89
Gráfico 11 – Horário que frequenta	90
Gráfico 12 – Como é feita a atividade de lazer praticada	90
Gráfico 13 – Quais atividades de lazer pratica na área da Lagoa	91
Gráfico 14 – Como avalia as intervenções do governo na área da Lagoa	91
Gráfico 15 – Como costuma frequentar o local	92
Gráfico 16 – Considera os espaços de lazer como direito da população	92
Gráfico 17 – O que acha da limpeza e manutenção.....	93
Gráfico 18 – O que melhoraria no espaço da Lagoa	93
Gráfico 19 – Como entende o processo de urbanização da Lagoa	94
Gráfico 20 – Sabe da existência de um gestor	94
Gráfico 21 – Sexo	96
Gráfico 22 – Escolaridade	96
Gráfico 23 – Meios de transporte.....	97
Gráfico 24 – Profissão	97
Gráfico 25 – Bairro residencial	98
Gráfico 26 – Dia da semana que frequenta a Lagoa da Jansen.....	98
Gráfico 27 – Horário que frequenta	99
Gráfico 28 – Como é feita a atividade de lazer praticada	99
Gráfico 29 – Quais atividades de lazer pratica na área da Lagoa	100
Gráfico 30 – Tempo de permanência	100
Gráfico 31 – Como costuma frequentar.....	101
Gráfico 32 – Como avalia as intervenções do Governo na área de lazer.....	101

Gráfico 33 – Considera os espaços de lazer como direito da população	102
Gráfico 34 – O que acha da limpeza e manutenção	102
Gráfico 35 – O que pode melhorar no espaço da Lagoa	103
Gráfico 36 – Como entende o processo de urbanização	103
Gráfico 37 – Sabe da existência do gestor	104

LISTA DE ABREVIATURAS

art.	–	artigo
Dr.	–	Doutor
Dr. ^a	–	Doutora
h	–	horas
ha	–	hectares
km ²	–	quilômetro quadrado
Ltda.	–	Limitada
m	–	metro
min	–	minutos
n ^o	–	número
p.	–	página
Prof.	–	Professor
Prof. ^a	–	Professora
Sr.	–	Senhor

LISTA DE SIGLAS

APA	– Área de Proteção Ambiental
APP	– Área de Proteção Permanente
Caema	– Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CF	– CF/88
Covid-19	– Doença do Coronavírus 2019
CPTUR	– Comando de Polícia de Turismo
DANS-3	– Assessor Especial III
EEE	– Estação Elevatória de Esgoto
Geinfra	– Gerência de Estado de Infraestrutura
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
II PND	– II Plano Nacional de Desenvolvimento
Impur	– Instituto Municipal da Paisagem Urbana
ONU	– Organização das Nações Unidas
Secma	– Secretaria de Estado da Cultura
Sedel	– Secretaria de Estado do Esporte e Lazer
Segep	– Secretaria de Estado da Gestão e Previdência
Segov	– Secretaria de Estado de Governo
SESPJUV	– Secretaria de Estado de Esporte e Juventude
Setur	– Secretaria de Estado do Turismo
Sinfra	– Secretaria de Estado da Infraestrutura
SSP	– Secretaria de Estado de Segurança Pública
Surcap	– Superintendência de Urbanismo da Capital
UEMA	– Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	– Universidade Federal do Maranhão
ZE-3	– Zona Especial 3
ZE-7	– Zona Especial 7
ZIS-1	– Zona de Interesse Social 1
ZPA-1	– Zona de Proteção Ambiental 1
ZR-2	– Zona Residencial 2
ZR-2A	– Zona Residencial 2A
ZT-2	– Zona Turística 2

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ESPAÇO URBANO	21
2.1	Parques urbanos	30
3	LAGOA DA JANSEN: histórico e gestão	39
3.1	Teoria do Desenvolvimento Desigual	63
3.2	Políticas Públicas do Lazer na Lagoa da Jansen: lazer como categoria de estudo	68
4	ANÁLISE DOS DADOS: observações e pesquisa de campo	75
4.1	Questionário aplicado aos moradores da Lagoa da Jansen (Comunidade Calçadão da Lagoa ou Ciclovia – Governador Pedro Neiva de Santana)	82
4.2	Questionário aplicado aos frequentadores da Lagoa da Jansen	95
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO (comunidade – moradores do Calçadão da Lagoa – Governador Pedro Neiva de Santana)	105
6	CONCLUSÃO	114
	REFERÊNCIAS	118
	APÊNDICES	126

1 INTRODUÇÃO

A missão de escrever uma dissertação de mestrado passa por várias fases, desde a escolha do tema até o que esperar após a conclusão, principalmente quando escolhemos uma temática que aborda questões do tipo social, econômica, política e cultural, ainda mais por se tratar de atores que não fazem parte do nosso contato no dia a dia. A missão torna-se mais difícil por tratar de pessoas (a saber, frequentadores, moradores e comunidade da Lagoa da Jansen) que, conforme percebemos ao longo da pesquisa, carregam consigo modos de vida diferenciados, dando a certeza de contradições notadas quando ainda fazíamos as primeiras observações em campo.

O espaço público em questão representa, para alguns, não apenas espaço de moradia, mas de resistência, vivência e sobrevivência, pessoas que, no seu labor do dia, estão envolvidas em dramas e tramas urbanos gerados em torno da cidade formal e informal. As questões citadas apontam para um esclarecimento, não mais no campo do senso comum. É preciso um arcabouço de método e análise, que só será alcançado se for tratado de forma correta pela ciência. Considerando a relevância da pesquisa para as Ciências Humanas, percebemos que o tema em estudo contribuirá em outros campos científicos.

A enunciação desta pesquisa emergiu com as observações e a busca pela compreensão do fenômeno, seja no âmbito social, econômico ou natural da realidade, e confrontando com a situação da espacialidade do estudo em questão, que permite ao pesquisador fazer alguns questionamentos. Este estudo visa, então, compreender a urbanização da Lagoa da Jansen, bem como as contradições do lazer em diferentes segmentos.

A Lagoa da Jansen está localizada na cidade de São Luís, no estado do Maranhão, cuja divisão pública e privada ocorre por uma segmentação do lazer, que diz onde e como devemos praticá-lo no tempo livre. É nessa ordem capitalista que são direcionados os caminhos que o entretenimento deve seguir. Assim, o Maranhão está inserido no contexto global, com predomínio do modelo capitalista hegemônico, que, ao longo da sua história, reflete o desigual desenvolvimento geográfico. As mudanças ocorridas pela urbanização foram feitas por meio dos agentes sociais, produtores do espaço urbano, estes detentores do capital, proprietários imobiliários e Estado.

A Lagoa da Jansen situa-se entre os bairros São Francisco, Ponta D'Areia, Renascença I e II e Ponta do Farol. A paisagem no Parque Ecológico da "Lagoa da

Jansen” foi instituída por meio do Decreto Estadual nº 4.870, de 23 de junho de 1988, com uma área de 150 ha, após o intenso processo de urbanização em seu entorno nas últimas quatro décadas (SANTOS; DOBBERT; FEITOSA, 2010).

A área em estudo contém quadra poliesportiva, ciclovias, pistas de *cooper*, concha acústica, quadra de tênis e muito espaço livre. O Parque encontrava-se, nas últimas décadas, em total descaso e abandono. Ainda que considerada uma área esteticamente apreciável, o “mau cheiro” e o “perigo” de acesso não eram favoráveis para que, antes da urbanização, fosse um cenário apreciado para o lazer, inclusive considerando a vulnerabilidade da população habitacional.

Contudo, o Parque Ecológico da Lagoa passou a ser classificado como Unidade de Conservação de Uso Sustentável do tipo Área de Proteção Ambiental (APA) a partir do Decreto Estadual nº 28.690, de 14 de novembro de 2012 (MARANHÃO, 2012). Antes, o espaço em estudo não tinha essa representação no cenário urbanístico da cidade. O ambiente onde atualmente está situado é resultado de sucessivas alterações na paisagem, já que é de origem antrópica.

Na década de 1970, a área era uma região estuarina de pequenos riachos, coberta por manguezais e entrecortada pelos igarapés da Ana Jansen e Jaracati. Com extensão de 160 m de ha, desse total restam cerca de 150 ha, com profundidade média de 3,5 m de lâmina de água. Essa área configura-se, assim, um instrumento ideológico, beneficiando determinada categoria social ao impor hábitos e costumes distantes dos antigos moradores e de outros que resistem às mudanças patrocinadas pela especulação imobiliária.

A cidade torna-se, então, um cenário de importantes manifestações, e o lazer se evidencia como prática social, em que os espaços de lazer são considerados instrumentos de mudança para determinados frequentadores, quando passam por transformações de caráter urbanístico. Com esse enfoque, a fundamentação teórica tem por base os seguintes autores: Bourdieu (1989), Burnett (2008, 2011), Harvey (2004, 2005, 2009), Lefebvre (2001), Marx (2008), Mascarenhas (2003) e Smith (1988), por discutirem a temática em estudo.

A problemática de estudar o espaço da Lagoa da Jansen se deu por três motivos: primeiro, devido ao fato de o pesquisador/autor deste trabalho ser praticante de ciclismo e frequentar bastante a Lagoa nos seus passeios pela cidade; segundo, por ser técnico em Lazer e, diante desse conhecimento específico, passar a observar a cidade e os espaços de lazer ofertados pelo poder público e pelo segmento privado;

terceiro, por ser especialista em Gestão e Políticas Públicas de Esporte e Lazer, ampliando mais ainda o interesse pelas questões que envolvem lazer.

Assim, desde os primeiros estudos no campo do lazer, o incômodo com a realidade da cidade e, de maneira especial, com a Lagoa da Jansen chamou atenção. As transformações urbanas ocorridas na região impactaram diretamente na vida das pessoas, sobretudo dos antigos moradores que, mesmo sem estrutura, mantinham uma relação de afetividade com o espaço. Por serem considerados a camada mais pobre da região, os antigos moradores não usufruem da mesma forma que os novos moradores, os quais, impulsionados pela especulação imobiliária construindo prédios residenciais de alto gabarito, foram contemplados com um espaço urbanizado e mais opções de lazer.

Diante disso, surgiu o objeto de estudo: *Urbanização da Lagoa da Jansen: as contradições do lazer nos diferentes segmentos*. A partir do objetivo geral, intentamos analisar como a comunidade local e frequentadores da Lagoa da Jansen entendem o processo de urbanização e suas contradições no campo do lazer. Para alcançar êxito na pesquisa, delimitamos os objetivos específicos da seguinte maneira: identificar as atividades de lazer mais praticadas pelos usuários; verificar a existência de outras práticas exercidas pelos moradores no entorno da Lagoa; identificar se há políticas públicas de lazer ofertadas pelo poder público; investigar se o lazer é compreendido como direito social garantido pela Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Para a elaboração da dissertação, foi necessária uma extensa e precisa pesquisa de caráter bibliográfico, para a delimitação teórica e científica do que já foi estudado e abordado sobre o assunto na produção científica que demarca o objeto de estudo. Desse modo, a pesquisa bibliográfica foi realizada através de levantamento documental em órgãos públicos, leis correlatas, artigos científicos, dissertações e teses que discorrem acerca de urbanismo e lazer. A partir desse ponto, foi possível configurar um marco científico de partida para a elaboração do texto.

Foram efetuadas entrevistas do tipo estruturada, que se caracterizam por perguntas formuladas e respondidas oralmente, seguindo um roteiro de perguntas previamente estabelecidas. A entrevista estruturada dispôs de perguntas abertas e fechadas mediante a necessidade de compreensão da realidade. A entrevista é um importante instrumento de vários campos das Ciências Sociais ou de outros setores de atividades (MARCONI; LAKATOS, 2010).

A escolha por essa metodologia de cunho qualitativo se deu pelo fato de permitir obter informações mais precisas e não encontradas em fontes documentais (MARCONI; LAKATOS, 2010), uma vez que as informações foram obtidas através de moradores e frequentadores da localidade pesquisada, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias. A observação participante e a entrevista semiestruturada também fizeram parte da pesquisa de campo.

Para a discussão do objeto de estudo, foram utilizadas as seguintes categorias de análise: Espaço Urbano, Parques Urbanos, Lazer, Políticas Públicas e Desenvolvimento. A pesquisa de campo se deu em dois momentos: observação de campo e entrevista.

No primeiro momento, houve o procedimento de visita ao Parque com a finalidade de observar os frequentadores nos fins de semana (sábado e domingo), nos períodos da manhã e tarde, e durante a semana, em dias e horários alternados. No horário da noite, fomos desaconselhados a ir por questão de segurança. Nessa fase, realizamos registros com fotos, anotações, coleta de informações e percepções sobre o uso público desse espaço. Ademais, tivemos o primeiro contato com o gestor da Lagoa da Jansen, funcionários e estagiários.

No segundo momento, ocorreu a aplicação de questionários junto a frequentadores e moradores da Comunidade Calçadão da Lagoa – Ciclovia – Pedro Neiva de Santana. Cabe destacar que a definição do nome da comunidade ocorreu durante as entrevistas, quando perguntado o item “endereço”. Embora o nome citado da comunidade não seja oficial nos órgãos competentes, o utilizamos em toda a pesquisa como forma de identificação local.

O método utilizado no trabalho é o materialismo histórico-dialético de Marx, pois permitiu compreender as relações entre usuários da Lagoa e as práticas de lazer, a partir de uma análise social e do concreto, tendo como base: a Mediação (relação dialética), a Totalidade (entender o processo de urbanização desde o princípio) e a Contradição (entre comunidades, novos moradores e equipamentos de lazer). Para o autor, a economia política torna-se verdadeiramente uma ciência social, estando apta a dar explicação científica e lógica acerca da sociedade capitalista (MARX, 2008).

Assim, a dissertação foi organizada em seis capítulos e cinco subseções: 1º capítulo “Introdução”; 2º capítulo “Espaço urbano”, com uma subseção: “Parques urbanos”; 3º capítulo “Lagoa da Jansen: histórico e gestão”, com duas subseções: “Teoria do Desenvolvimento Desigual” e “Políticas Públicas do Lazer na Lagoa da

Jansen: lazer como categoria de estudo”; 4º capítulo “Análise dos dados: observações e pesquisa de campo”, com duas subseções: “Questionário aplicado aos moradores da Lagoa da Jansen (Comunidade Calçadão da Lagoa ou Ciclovia – Governador Pedro Neiva de Santana)” e “Questionário aplicado aos frequentadores da Lagoa da Jansen”; 5º capítulo “Resultados e discussão (Comunidade – moradores do Calçadão da Lagoa – Governador Pedro Neiva de Santana); e 6º capítulo “Conclusão”.

Para alcançar melhor êxito no desenvolvimento do estudo, estruturamos a pesquisa em três momentos:

- a) procedimento de visita ao Parque com a finalidade de observarmos os frequentadores nos fins de semana (sábado e domingo), nos períodos da manhã e tarde, e durante a semana, em dias e horários alternados, com registros fotográficos, anotações, informações e percepções sobre o uso público desse espaço;
- b) entrevistas semiestruturadas com foco no gestor da Lagoa da Jansen, estagiários e funcionários, em horário e dia previamente agendados de acordo com a disponibilidade de cada um. Tal momento foi útil para nos informarmos acerca dos seguintes pontos: acesso, serviços ambientais, gestão e uso dos equipamentos (funcionalidade) para o lazer e outras opções que envolvem a gestão e pesquisa em órgãos públicos;
- c) entrevistas semiestruturadas com usuários do Parque, moradores da Rua Pedro Neiva de Santana – Calçadão da Lagoa ou Ciclovia e Rua Mário Meireles, que são detentores de informações significativas. Os dias e horários foram mapeados como de maior fluxo para práticas de lazer, o que permitiu levantar percepções em relação ao uso do Parque.

No segundo capítulo, “Espaço urbano”, realizamos uma discussão acerca do conceito de espaço urbano, suas características e como tal espaço é construindo a partir dos interesses dos agentes sociais: proprietários do meio de produção, principalmente as grandes indústrias, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos. Com isso, os novos espaços que são produzidos sinalizam o distanciamento social patrocinado por agentes detentores do capital, seguindo uma dinâmica capitalista amparada pela especulação imobiliária e gerando contradições no espaço urbano e segregação.

Na subseção “Parques urbanos”, discutimos a origem desses espaços, as relações históricas oriundas das antigas civilizações, sua utilidade (de uso privado para uso público), suas transformações na modernidade, as influências europeias nos parques urbanos do Brasil e as primeiras cidades brasileiras a recebê-los.

No terceiro capítulo, “Lagoa da Jansen: histórico e gestão”, apresentamos como narrativa a área da Lagoa da Jansen, inserida no contexto histórico e urbanístico de São Luís, quando a cidade dá os primeiros passos rumo ao “desenvolvimento”. A transição de “cidade velha” para “cidade nova” remete a mudanças tanto na esfera econômica quanto na social, o que Burnett (2008) define como processo urbanístico em duas fases: tradicional e modernista — sendo a fase modernista quando São Luís vivencia grandes projetos nacionais, junto à urbanização fordista e à construção da Ponte do São Francisco, além de outros fatores, como a migração a partir da década de 1970, gerando grande fluxo populacional, e a necessidade de abertura de novas avenidas.

Ademais, procuramos abordar o Plano Ambiental e Urbanístico feito pela ex-Governadora Roseana Sarney, considerada a primeira intervenção na Lagoa da Jansen. Apontamos também as mudanças ocorridas no zoneamento pelos Planos Diretores de 1975, 1981 e 1992. Referenciamos ainda a gestão dos dois governos de Flávio Dino, quando a gestão da Lagoa da Jansen é de responsabilidade de várias secretarias.

Na subseção “Teoria do Desenvolvimento Desigual”, apresentamos os caminhos percorridos pelo capital quando este impõe certas condições para o seu desempenho, estabelecendo uma relação de poder visível nas cidades brasileiras, acentuando cada vez mais as desigualdades socioespaciais. Enfatizamos, nesse prisma, as desigualdades na área da Lagoa da Jansen após o processo de urbanização.

Para Smith (1988), sob o capitalismo, as crises sociais são focalizadas no processo de produção, mas agora se alojam no coração de um sistema social complexo. A produção da natureza é universal, ao mesmo tempo que as contradições internas nesse processo são igualmente universais. Portanto, a crise atual não surge na interface entre a sociedade e a natureza exterior, mas das contradições do âmago do próprio processo social de produção.

Na subseção “Políticas Públicas do Lazer no espaço da Lagoa da Jansen: lazer como categoria de estudo”, buscamos discutir o papel do Estado nas atribuições

legais para a funcionalidade do Parque. Pensar o lazer na dinâmica da cidade remete, então, à participação do Estado como instituição propulsora das políticas públicas. Dessa forma, cabe a essa instituição promover projetos que permitam uma integração que sirva como desempenho social.

Para Silva e Silva (2012), o lazer, como direito garantido pela CF/88, exige ações, por meio de políticas públicas, para promover atividades culturais variadas. Nesse sentido, Marcellino (2002) enfatiza que um dos pontos basilares no tocante às políticas públicas em tal área se refere à formação e ao desenvolvimento pessoal.

A importância da implementação de políticas públicas de lazer faz com que um maior número de pessoas tenha acesso. Para tanto, é primordial a manutenção e construção de espaços públicos capazes de comportar e dar acesso livre, não só quantitativamente, mas sobretudo qualitativamente, impedindo o controle daqueles que propagam o lazer como mercadoria.

No quarto capítulo, “Análise dos dados: observações e pesquisa de campo”, começamos a formular respostas para as nossas inquietações com base nos objetivos citados, decorrentes da relação do pesquisador com o espaço a partir das práticas de lazer vivenciadas (o espaço, um sujeito e uma bicicleta). Mesmo não sendo morador da localidade, sempre a frequentou, e essa relação foi sendo construída no período da pesquisa de campo, junto a frequentadores, novos moradores, antigos moradores, gestores, funcionários e alguns anônimos que, por motivos pessoais, não aceitaram participar da pesquisa.

Na pesquisa de campo, objetivamos levantar informações e conhecimentos a respeito do problema e descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles, o que demandou a busca por informações e dados necessários para o alcance de objetivos pré-estabelecidos que delimitassem o que deveria ser coletado, registrado e analisado (MARCONI; LAKATOS, 2014). Desse modo, aplicamos questionários, com perguntas abertas e fechadas, a fim de obter informações sistemáticas e ordenadas entre os frequentadores da Lagoa Jansen e os moradores da Comunidade Calçadão da Lagoa ou Ciclovia – Governador Pedro Neiva de Santana.

Durante a pesquisa de campo, não descobrimos apenas nomes, mas pessoas (João, José, Paulo, Socorro, Henrique, Pedro e Maria) com particularidades em relação ao espaço, seja na passagem de casa, trabalho, lazer ou moradia. Foi também o momento no qual buscamos as percepções de cada sujeito que usa o

espaço da Lagoa da Jansen, o que nos propiciou a apresentação das análises das entrevistas realizadas com frequentadores, moradores e gestores.

O contexto do estudo se deu no período pandêmico, do mesmo modo que foram efetuadas as aulas do Mestrado. Apesar da necessidade de iniciar a pesquisa de campo, era importante respeitar as determinações estabelecidas pelo governo na esfera estadual e municipal a fim de conter o avanço da doença do coronavírus 2019 (Covid-19). As primeiras ações para iniciar o trabalho de escrita ocorreram através de um plano de ação que consistia em três momentos: observação no espaço da Lagoa; elaboração de listas de órgãos governamentais (municipais, estaduais e federais) para coletar dados e possíveis documentos oficiais; aplicação de questionários.

Ademais, mediante observações, diálogos, leituras e pesquisas, estruturamos caminhos que nos fizeram chegar até a conclusão deste estudo. Assim, a cidade na sua magnitude espacial — sendo a Lagoa da Jansen um recorte dela — foi palco de inspirações e cruzamentos de olhares, tendo como foco frequentadores e moradores que utilizam esse espaço de diversas formas, seja para lazer, trabalho ou passagem.

2 ESPAÇO URBANO

A urbanização dos países da periferia do capitalismo é resultado de um processo histórico-social e econômico diverso daquele dos países centrais. Em linhas gerais, o urbano já tinha importância na organização dos ciclos econômicos da cana-de-açúcar, da mineração, do café, mas foi apenas com o processo de industrialização que a população brasileira se tornou majoritariamente urbana. Logo, industrialização e urbanização se deram simultaneamente (MARICATO; COLOSSO, 2020).

Impulsionadas pela dinâmica industrial, as cidades brasileiras sofreram severas mudanças no desenho espacial, acarretando contradições sociais que são visíveis até hoje. Dessa forma, a produção do espaço carrega aspectos específicos que são centrais para a economia política, com impactos diretos no cotidiano de cidadãos e cidadãs (MARICATO; COLOSSO, 2020).

O século XX, para o Brasil, representou um aumento considerado da população, o qual iniciamos com um percentual de 9,40% e terminamos com a taxa de urbanização de 81,23%.

Para dar uma referência quantitativa sobre o movimento exponencial de urbanização, lembramos que em 1940 menos de 12,5 milhões de pessoas moravam nas cidades (31% do total da população do país), no final do século eram aproximadamente 138 milhões de pessoas e, em 2017, 160 milhões (84,4%). No período de maior avanço da industrialização, entre 1940 e 1980 o crescimento das cidades brasileiras foi, em números absolutos, da ordem de 71 milhões de habitantes aproximadamente. Esse mega aumento da população urbana implica produção do seu assentamento nas cidades. (MARICATO; COLOSSO, 2020, p. 37).

O conceito de “espaço urbano” aqui discutido será pautado na lógica capitalista e nas relações engendradas pela cidade capitalista, bem como nos efeitos da urbanização e da formação do espaço urbano sobre ações, interações e relações dos indivíduos que vivem na cidade, tendo como campo empírico o espaço da Lagoa da Jansen. Conforme explicita Lefebvre (2011 apud DRUMM; SILVEIRA; BRANDT, 2018, p. 157-158):

[...] as cidades “[...] são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também, os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de artes e monumentos)”. No sistema urbano, decorrente da industrialização, é exercida a ação de conflitos: entre o valor de uso (a cidade e a vida urbana) e o valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos); entre a

mobilização da riqueza e o investimento improdutivo na cidade; entre a acumulação de capital e sua dilapidação nas festas; entre a extensão do território dominado e as exigências de uma organização desse território.

Dessa maneira, a cidade é o ponto onde todos estão envolvidos, direta ou indiretamente. É com Harvey (2005), em *A produção capitalista do espaço*, que se destaca como o capitalismo se estrutura a partir das relações sociais e como o espaço está presente. Essa expansão reflete a necessidade de se consolidar como modelo dominante. As características apresentadas pelo autor se configuram a partir da reprodução da vida cotidiana, quando, ao mesmo tempo, evidencia um sistema de circulação de capital.

Ainda na perspectiva do autor, para que o modelo capitalista alcance um maior espaço, é preciso seguir alguns passos: expansão ininterrupta do valor das mercadorias produzidas, comprando barato, vendendo caro; exploração; competição intercapitalista; mudanças tecnológicas e investimento. Seguindo essa dinâmica evolutiva do capital, pontua-se também a relação entre o excedente de capital e a força de trabalho, representando o principal agente do desenvolvimento capitalista e refletindo, no tempo e no espaço, nas relações de investimento (HARVEY, 2005).

A composição do espaço urbano se dá a partir de um conjunto de agentes sociais que disputam entre si cada parte da cidade, prevalecendo o poder exercido por cada um. Consoante Corrêa (1989), os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista, refletindo necessidades e possibilidades sociais criadas por processos e mecanismos que muitos deles constituíram.

Como explica o autor, os agentes sociais são: os proprietários do meio de produção, sobretudo grandes indústrias; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. Tais agentes são responsáveis pela dinâmica espacial, com necessidades infundáveis de produção e implicações nos embates entre classes sociais antagônicas:

A produção do espaço, seja da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado” nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. (CORRÊA, 2011, p. 43).

Pensando assim, os “proprietários dos meios de produção” caracterizam-se por serem grandes consumidores de espaço, necessitando de terras em grande extensão para satisfazer requisitos relacionados à sua empresa. Já os “proprietários fundiários” caracterizam-se por obter mais lucro possível; para eles, é importante a transformação de áreas rurais em urbanas.

Assim, na atualidade, o espaço urbano se tornou lugar, por excelência, da consolidação e expansão do modo de produção capitalista, uma vez que demonstra uma clara convergência do lugar onde os investimentos de capital são maiores, “seja em atividades localizadas na cidade, seja no próprio urbano, na produção da cidade” (CORRÊA, 1989, p. 6). Como tal, suas ações reportam para áreas do município onde têm acesso para agir na formulação de leis de uso do solo e zoneamento urbano.

De acordo com Damiano (2014), Engels, já no século XIX, em *Condição da classe trabalhadora inglesa*, nos apresenta empiricamente como essas relações se manifestam mediante discursos e práticas políticas que sistematicamente marcam a configuração dos espaços segregados e articulados em cidades capitalistas. Essas relações expressam-se e representam a divisão social do trabalho ou o impedimento de acesso dos trabalhadores aos fatores de produção básica, ou seja, terra e capital, de modo a dificultar a garantia de sua subsistência, a não ser pela venda de sua força de trabalho.

Essa movimentação de interesses só é possível a partir do surgimento de camadas sociais impulsionadas por ações do Estado ou por processos migratórios, possibilitando a ocupação dessas áreas. Com isso, as áreas localizadas próximo ao mar e lagoa recebem investimentos do Estado em infraestrutura, prevalecendo certa camada social. Em contrapartida, as áreas sem infraestrutura são utilizadas para loteamento, tendo como foco camadas populares de baixa renda.

Os “promotores imobiliários”, por sua vez, são empresas de promoção imobiliária, seja na condição de incorporadora ou de construtora ligada à venda. A atuação desses agentes tende a reforçar a desigualdade comum no modelo capitalista. A cidade é um grande negócio, especialmente objeto de disputa de captação de rendas por meio da valorização imobiliária e, mais ainda, da captação de rendas advindas da valorização imobiliária decorrente do investimento público (MARICATO; COLOSSO, 2020).

O Estado percebe a interlocução dos três primeiros agentes, analisando o campo de atuação de cada um, quando envolve a manutenção de privilégios por meio

da comercialização das terras disponíveis. Nesse viés, ele atua na organização do espaço urbano a partir de um marco jurídico, prevalecendo-se o interesse da classe dominante.

Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo-se, em muitos casos, em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante. Em segundo lugar [...] ainda que possa haver diferenciações nas estratégias dos três primeiros agentes [...] há denominadores comuns que os unem: um deles é a apropriação de uma renda da terra. Por outro lado, a ação destes agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar conflitos de classe, este aspecto cabendo particularmente ao Estado. [...] No estágio atual do capitalismo, os grandes capitais industrial, financeiro e imobiliário podem estar integrados indireta e diretamente, neste caso em grandes corporações que, além de outras atividades, compram, especulam, financiam, administram e produzem espaço urbano. (CORRÊA, 1989, p. 12-13).

Assim, Corrêa (1989) define com bastante clareza que as relações sociais espaciais oriundas do capitalismo refletem interesses da sociedade capitalista, que necessita de novos espaços para se fixar e impor um modelo de vida de acordo com seus interesses e costumes. O Estado capitalista desempenha múltiplos papéis na produção do espaço. Para Harvey (2005), o sistema capitalista é, portanto, bastante dinâmico e inevitavelmente expansivo.

Esse sistema cria uma força permanente revolucionária, que, de maneira incessante e constante, reforma o modo como vivemos, o que “decorre do fato de o Estado constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam” (CORRÊA, 2011, p. 45). Nessa esteira, compete ao Estado o papel de formular leis e normas atinentes à utilização do solo, como as normas de zoneamento e código de obras e edificações, agindo em favor do sistema capitalista e transformando-se em modelador do espaço urbano (CORRÊA, 1989).

Para Corrêa (1989), o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classe. Por conseguinte, a desigualdade ocupa maior espaço, o qual se apresenta de forma fragmentada e articulada, pois se expressa de várias maneiras, seja no movimento das pessoas ou dos carros, compondo uma relação de usos, englobando atividades comerciais, áreas residenciais, áreas de reserva para futura expansão e lazer.

O referido autor aponta que o espaço da cidade é, assim, o cenário e objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, ao direito à cidade, à cidadania

plena e igual para todos (CORRÊA, 1989). Então, para uma melhor compreensão da cidade capitalista, é essencial conhecer o caminho construído pelo Estado capitalista, na condição de organizar de maneira uniforme a dominação de classe e as relações de produção, tendo em vista que:

Um tipo particular de Estado – o burguês – corresponde a um tipo particular de relações de produção – capitalistas –, na medida em que só uma estrutura jurídico-política específica torna possível a relação de produção capitalista. Essa é a verdadeira relação entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas: só o Estado burguês torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas. (SAES, 1998, p. 22).

Nessa disputa por espaço, as perdas são direcionadas às classes menos favorecidas, que não dispõem de representatividade capaz de lutar em prol de suas necessidades. Assim se configura a área em estudo, já que o espaço da Lagoa da Jansen não está representado por uma única categoria social, existem outras nesse entorno, notadamente a Comunidade da Ciclovía ou Calçadão da Lagoa, que, embora “desfrute” de espaço, não é alcançada pelas políticas públicas ofertadas pelo Estado.

Para Pires (2008), os centros urbanos do século XX ressoavam na cidade a ideia de progresso, civilização, inovação tecnológica e economia de escala. Hoje, percebe-se que a cidade é o lugar de desordem e de fragmentação socioespacial. A fragmentação expõe o menos favorecido, que, em razão das condições sociais, não consegue alcançar níveis desejáveis de qualidade de vida, refletindo nas condições das moradias e espaços para circulação com segurança e áreas de lazer.

Segundo Castells (2021), a distribuição dos locais de residência segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, ou seja, no sistema capitalista, em função de suas rendas, status profissionais, nível de instrução, filiação ética, fase do ciclo da vida.

Para esse autor, o espaço urbano se define pela posição social, impondo limites de bem-estar. Assim, a distribuição das residências no espaço produz a sua diferenciação social e específica na paisagem urbana, pois as características das moradias e sua população estão na base do tipo e do nível das instalações e das funções que se ligam a elas (CASTELLS, 2021). Nesse prisma, conforme explana Saes (1998, p. 19):

O Estado, em todas as sociedades divididas em classes, é a organização especializada na função de moderar a luta entre as classes antagônicas, garantindo por este modo a conservação da dominação de classe, outra ou, por outra, o conjunto das instituições que conservam a dominação de uma classe sobre outra.

Desse modo, partindo do princípio da força que o Estado detém, haveria condições de remodelar o espaço urbano a partir da perspectiva coletiva, em que todos participariam dos benefícios oferecidos pela cidade. Porém, essa organização de representatividade do Estado de bem-estar social se distancia cada vez mais dos grupos excluídos, tornando-os dependentes de uma atuação que privilegie mais as ações voltadas para o desenvolvimento igualitário e, sobretudo, que pense a cidade como espaço público direcionado a todos, remetendo ao real direito à cidade, a ponto de evoluir os espaços segregados.

A definição de excluídos expõe de maneira clara toda a condição sub-humana presente em determinadas classes sociais. É visível, no modelo capitalista, quando a parcela da população não tem onde morar e muito menos recursos para pagar aluguel. A saída se dá por meio de ocupações de áreas sem infraestrutura, transformando-se em agentes modeladores, produzindo o próprio espaço, na maioria dos casos independentes e a despeito de outros.

O espaço urbano é resultado da ação desses agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e outros segmentos da sociedade. Esse modelo adotado representa uma condição de resistência e caminho para a sobrevivência.

Aos poucos, por esforço próprio, essas áreas vão ganhando uma forma urbanizada, representada por melhorias nas casas e pelo surgimento de atividades econômicas. A participação do Estado se faz presente por via da mobilização dos moradores (associação) ou processo eleitoral. Assim, o Estado se apresenta de maneira direta ou indireta, o que Corrêa (1989, p. 63) explica:

A intervenção do Estado, quer direta, quer indiretamente, se torna necessária. Indiretamente, através do financiamento aos consumidores e as firmas construtoras, ampliando a demanda solvável e viabilizando o processo de acumulação capitalista. Diretamente, através da construção, pelo próprio Estado, de habitações. A sublocação de residências deterioradas constitui-se em outra alternativa como morar por parte daqueles que não conseguem entrar no mercado capitalista; outras alternativas referem-se à autoconstrução na periferia urbana, e outra, ainda, a construção de barracos em favela.

É na cidade capitalista, através dos processos sociais, que se observa a acumulação capitalista e a reprodução social, gerando novos espaços que permitem localizações e realocações de atividades e população. Para Villaça (1999), há uma complexa rede de ações desses agentes urbanos que inviabiliza uma análise estática das cidades capitalistas, pois elas estão em constante reorganização espacial e em um movimento de mudança.

Esse movimento se apresenta através da incorporação de novas áreas ao espaço urbano, intenso uso do solo, verticalização das edificações, degradação de algumas áreas e renovação de outras, deslocamento da infraestrutura de recursos para obras de mobilidade, saneamento básico, serviços etc., sem contar o capital e as pessoas que permeiam o tecido das cidades capitalistas.

De acordo com Lojkine (1981), esse processo que gera fixo e fluxos tem um resultante que se expressa espacialmente em duas escalas: a cidade, na escala dos lugares; e a rede urbana, enquanto manifestação espacial da cooperação entre lugares na escala territorial.

Segundo Damião (2014), a fragmentação se expressa pela própria matriz da sociedade de classes e seus processos, na qual alguns grupos, como donos dos meios de produção, grandes latifundiários urbanos e promotores imobiliários, são mais beneficiados pelos investimentos em infraestrutura e serviços e na rentabilidade de seus investimentos, como a valorização do seu bairro ou seu imóvel. Por outro lado, certos grupos sociais (massa de trabalhadores e não proprietários) são prejudicados ou, até mesmo, impossibilitados de ter acesso a essa mesma infraestrutura e serviços.

Essa lógica engendra a fragmentação material das cidades capitalistas, onde há bairros de luxo e favelas, mansões e cortiços, transporte público precário e transporte privado majestoso, parques e lixões, água tratada para uns e esgotos a céu aberto para outros. Essa articulação representada pelo modelo capitalista é, assim, um fato visível nas cidades contemporâneas. É quando, como afirma Corrêa (1989, p. 8), “manifesta-se através das relações espaciais envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas [...] a prática do poder e da ideologia”.

O crescimento das cidades aponta uma nova centralidade, cujas mudanças espaciais se direcionam para o crescimento econômico. Conforme Corrêa (1989), a descentralização foi viabilizada pelo desenvolvimento de meios de transporte mais

flexíveis, como ônibus, caminhão e automóvel, não mais presos aos trilhos, e resultou também dos interesses dos proprietários fundiários e promotores imobiliários.

Para Lefebvre (2001), a cidade se define como centro de vida social e política onde se acumulam não apenas riquezas, mas também conhecimentos, técnicas e obras. Nos termos do autor:

A cidade, como tal, faz parte dessas condições históricas, implicadas no capitalismo. Ela resulta da destruição das transformações sócias anteriores e da acumulação primitiva do capital (onde se completa nela e por ela) [...]. Na cidade, o mundo da mercadoria, abstrato em si mesmo (porque constituído de relações desprendidas do uso), encontra a natureza, simula-a, pode passar por natural, faz passar sua encarnação material por natural. As exigências do capital e as necessidades burguesia são tomadas, ao mesmo tempo, por naturais, e sociais [...] moldadas pela história no quadro urbano, as necessidades aí se impõem. (LEFEBVRE, 2001, p. 140-141).

O espaço da Lagoa da Jansen é reflexo dessa nova centralidade urbana, impulsionado pelos promotores imobiliários e pelo Estado. Com interesse meramente comercial, essa nova centralidade, devido aos aspectos naturais, se transforma em concentração de lazeres, na condição de um núcleo lúdico. Para Castells (2021), a problemática da centralidade coroa as utopias urbanísticas e teorias da cidade. Desse modo, as transformações urbanas estão pautadas em caminhos ideológicos com base capitalista.

Antes, a área do Centro Histórico possuía esse título pois era vista como termômetro de representatividade social e econômica da cidade de São Luís. Para Castells (2021, p. 315): “Mudar o meio ambiente, é mudar as relações sociais”, ou seja, as cidades precisam se movimentar para que ocorra uma maior movimentação do capital. Segundo Gastal (2006, p. 126):

Se o tempo natural age sobre os objetos e sobre as pessoas, não é ele o único responsável pela destruição da cidade. O próprio crescimento físico faz a cidade avançar sobre a cidade, na busca por novos espaços. O crescimento pode se dar pela presença de maior número de pessoas ou, aliado ao tempo histórico, na forma de mudança de mentalidade: as novas vontades impondose sobre velhos hábitos criam fluxos ou redirecionam os tradicionais, exigindo novas praças, novos palcos e novos monumentos. Ou seja, os fluxos também podem abandonar os fixos.

A questão do fazer e refazer o espaço urbano remete a um processo de renovação urbana e, aos poucos, à dinâmica espacial da segregação dos novos bairros habitados pelos grupos sociais de alto status. Para Santos *et al.* (2013), a

análise do espaço urbano se fundamenta no entendimento da dominação política, que impõe uma lógica formal e racionalidade à cidade, uma acumulação de capital que dá condições para que o concreto e o abstrato sejam metamorfoseados, produzindo o lugar na cidade.

A cidade é o local da sede do poder, onde a produção é controlada pelas classes dominantes. Assim, os conflitos gerados no espaço urbano são traduzidos de forma desleal para os excluídos — no caso, os trabalhadores que lutam por acesso à moradia, infraestrutura, mobilidade e lazer. Por outro lado, há a burguesia, que usufrui dos melhores espaços. Conforme apontam Belline e Stephan (2015, p. 45):

Nesse cenário, a teoria de desenvolvimento desigual e combinado, descrita por Trotsky em 1906 para compreender o capitalismo no início do século XX, explica que a produção de condições favoráveis à fixação do capital e, em última instância, de desigualdades entre os espaços produtivos, é uma condição fundamental para o poder de barganha dos empreendimentos e de acúmulo de capital.

Portanto, áreas que, antes, não tinham valor comercial, como no caso da Lagoa da Jansen, mas que, após o processo de urbanização, decolam como área produtiva de capital financiado pela especulação imobiliária, representam um cenário de “desenvolvimento” e “progresso” sem o alcance de todos. Tais grupos constituem a demanda solvável para o capital imobiliário, que está interessado em produzir novos bairros, dotados de novos valores de uso e de novas amenidades. Assim, através de novas formas sociais, reproduzem-se áreas sociais segregadas e dotadas de “novos estilos de vida” (CORRÊA, 1989, p. 70).

Para Harvey (2005), o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física à sua própria imagem, é requisito para as suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e, inclusive, destruir essa paisagem em um instante posterior do tempo.

A paisagem que o capitalismo modifica está relacionada aos interesses de pequenos grupos, que aproveitam da vantagem social que possuem para impor seus desejos, transformando o espaço urbano em mercadoria. Como o espaço urbano reflete, o Poder Executivo do Estado moderno é apenas um comitê para gerenciar os negócios comuns do conjunto da burguesia (MARX; ENGELS, 2005).

É fácil perceber que uma forma particular de o Estado, que podemos chamar de democracia social burguesa, está bem aparelhada para satisfazer as

exigências formais do modo de produção capitalista. Esse tipo de Estado incorpora uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, mobilidade e da liberdade dos indivíduos, ao mesmo tempo que é muitíssimo protetor do direito de propriedade e da relação básica entre capital e trabalho. De modo característico, a economia capitalista de troca, com base no mercado, floresce numa liberdade ambígua, que inclui liberdade de consciência, expressão e emprego, ao mesmo tempo que incorpora a liberdade para explorar, para obter lucro privado às custas do Estado e para monopolizar os meios de produção. (HARVEY, 2005, p. 86).

Desse modo, o Estado capitalista se consolida como campo de ação que envolve seus interesses a partir da exploração, no qual tem a classe trabalhadora como ferramenta desse domínio. Os espaços construídos seguem, então, na dinâmica do favorecimento para os mais privilegiados, que dispõem de espaços privados para desfrutar seus lazeres, enquanto os menos favorecidos ficam aguardando ações, por parte do Estado, que possibilitem a eles espaços públicos capazes de comportar seus anseios. Sendo assim, Corrêa (1989, p. 26) entende que: “a atuação do Estado [...] se faz, fundamentalmente e em última análise, visando, criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista”.

2.1 Parques urbanos

A formação dos parques urbanos no Brasil está historicamente ligada à herança europeia, com seus padrões tanto de uso como estético. Para Melo (2013), a criação desses espaços surge dos jardins das antigas civilizações obedecendo a características específicas tanto no modelo privado como no público. O primeiro tem como frequentadores os reis, rainhas e membros da nobreza, com destaque para os Jardins Suspensos da Babilônia, Egito, Romanos, China e Japão, e na Europa no período pós-Renascimento, com Itália, França e Inglaterra.

Em relação aos jardins públicos, têm destaque os séculos XVI e XVII, que, mesmo tendo essa nomenclatura de público, eram vistos como locais de segregação no interior da cidade, sendo ocupados pela elite econômica da época. Segundo Melo (2013, p. 25), “os jardins públicos eram frequentados pelas elites com exposição de vaidades impostas por um jogo social de comportamento refinado, discreto e silencioso, constituído palco de construção social”.

Com os novos espaços criados, tornava-se limitado o acesso para outras categorias sociais. Havia a intencionalidade de manter tais áreas preenchidas devido ao desenvolvimento de uma elite burguesa.

Outro ponto a se destacar no processo evolutivo dos novos espaços públicos foi sinalizado pela Revolução Industrial, que dinamizou as relações sociais a partir do momento que interfere no desenho geográfico, desencadeando variações espaciais. Para Pacheco e Raimundo (2014), em meados do século XIX, os parques, contendo elementos do campo, aparecem como refúgios na cidade, para que essa sociedade urbana pudesse escapar das agruras da cidade industrial.

A mudança campo-cidade-trabalho gera novos hábitos e necessidades de melhorias na infraestrutura. As medidas sanitaristas ganham relevância na questão da limpeza, devido ao crescimento das cidades e surgimento de áreas sem utilidade.

As queixas dos cidadãos se estendiam também ao fato de a industrialização ter promovido o crescimento das cidades em detrimento dos espaços de natureza. Jardins particulares construídos no século XVII deram lugar às construções habitacionais e comerciais no século XVIII. (SPIRN, 1995, p. 47).

A necessidade de espaços públicos para lazer se dá na medida em que a relação de trabalho vem ocupando o tempo do cidadão e que o tempo livre que resta precisa ser aproveitado como forma de descanso e socialização. Assim, os parques urbanos surgem como demanda para as práticas de lazer (MELO, 2013).

Desde o século XIX até os tempos atuais, os parques representam um lugar de sociabilidade e urbanidade, “o parque público contribui para melhorar a qualidade da vida urbana e oferece aos habitantes das cidades espaços recreativos e de lazer festivo” (SERPA, 2007 apud MELO, 2013, p. 34). Nas cidades contemporâneas, os parques, em sua maioria, foram construídos para a valorização do solo urbano, transformando a área mediante a valorização imobiliária, melhorias na infraestrutura comercial e serviços (MELO, 2013).

Esse formato de parque urbano começa a ser utilizado com interesses capitalistas, como uma maneira de atrair moradores em busca de espaços verdes e “tranquilos”, diferenciando-os de outros grupos sociais. Delineava-se pelas elites uma forma de ocupação de cidades mais salubres e onde o “verde” deveria ter papel de destaque, imitando cidades jardins (PACHECO; RAIMUNDO, 2014).

Conforme explana Melo (2013, p. 33):

Ao longo da história, os parques urbanos assumem diferentes funções e usos, seguindo a influência da estrutura urbana, do fenômeno social e da preservação de áreas verdes. Eles não são submetidos a um padrão, pois se

diferenciam quanto ao tamanho, funções, tipos de equipamentos, espaço de preservação ambiental e de socialização dentro outros.

No Brasil, só a partir do século XX que teremos uma formação de parque urbano com características próprias. Antes disso, temos a cidade do Rio de Janeiro iniciando essa formação urbana.

Iniciou-se o Período Imperial (1822) e o Rio de Janeiro tornou-se a capital federal. Assim, os recursos do País convergem para a cidade propiciando o seu desenvolvimento urbano. Dessa forma, foram realizadas algumas reformas urbanas com aterros, calçamento, água em chafarizes, iluminação pública etc. (MELO, 2013, p. 36).

Com o título de capital federal do país, o Rio de Janeiro deu os primeiros passos para a organização do espaço público, conhecido como “Passeio Público”, que foi construído em 1783, por ordem do Vice-Rei Luís de Vasconcelos de Sousa, e foi concebido pelo mestre Valentim da Fonseca e Silva. Esse espaço passou por uma reforma em 1862, que modificou totalmente sua estrutura paisagística, conservando do projeto original apenas o terraço debruçado sobre o mar:

O Passeio Público foi totalmente reformado por Glaziou, perdendo o traçado neoclássico, geométrico e acadêmico, que deu lugar a um projeto moderno para a época, com água serpenteante, caminhos orgânicos conectados em nós entre si. Foi mantida do projeto original apenas a antiga *terrazza* para o mar. (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 19, grifo dos autores).

Essa obra constituiu os primeiros passos para a valorização do espaço público, com interesse voltado para o lazer urbano, sem a participação da massa urbana. Seguindo ainda o desenho europeu, os Passeios Públicos mantêm-se como uso para o lazer contemplativo e o passear (MELO, 2013).

Com usos diferenciados, surgiram no país os primeiros jardins botânicos, que também ocupam espaço na formação dos parques urbanos. Os primeiros foram projetados nas cidades de Belém, em 1798, São Paulo, em 1799, Rio de Janeiro, em 1808, e Ouro Preto, em 1825. Com base em Macedo e Sakata (2010), tais espaços estavam situados à margem do núcleo urbano e foram construídos, inicialmente, como centro de pesquisa da flora tropical, iniciando-se, assim, no país um processo de divulgação da importância da arborização urbana.

O uso desse espaço não estava direcionado para as práticas de lazer, visto que, a princípio, sua utilidade atendia às necessidades de uso da ciência. Conforme

ressalta Segawa (1996 apud MELO, 2013, p. 40), o jardim botânico não pode ser considerado “um espaço de deleite, contemplação [...]”, mas sim um recinto com finalidades científicas “de coletar, ordenar, preservar e reproduzir espécies vegetais raras para o seu contexto fitogeográfico”.

Com o passar dos anos, a função se alterou, não estando mais restrita à pesquisa e passando para o formato de espaço urbano e pesquisa (MELO, 2013), tendo como exemplo o Parque Botânico de São Paulo, voltado às práticas de lazer e de contemplação. Da mesma forma que ocorreu na Europa, os jardins privados ou particulares tiveram seu espaço preenchido no Brasil, impulsionados pela vinda da Família Real ao país, em 1822. Nesse sentido, Melo (2013, p. 41) assinala que:

A presença dos jardins privados nas moradias da pequena elite – barões da corte, famílias e comerciantes enriquecidos pelo café – no século XIX, que vive em casas modernas, caracterizadas por pequenos palacetes construídos no meio de amplos jardins, antes restritos a pequenos pátios e canteiros e agora destacados e valorizados nas edificações que caracterizavam nova mudança na paisagem urbana.

Nesse contexto, espalham-se pelo Brasil — Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Belém, Manaus, Salvador, Belo Horizonte, Niterói e Petrópolis — diversos jardins de sentido ecletismo, em casas que exibem a riqueza e o requinte dos seus donos, com destaque para as áreas verdes em volta das residências (MELO, 2013).

Assim, seguindo essa tendência, começa a aparecer no país um número maior de jardins particulares (parques e jardins privados) que, posteriormente, foram transformados em parques abertos ao público, destacando-se os Parques Eduardo Guinle, da Cidade e Quinta da Boa da Vista, todos no Rio de Janeiro.

No ritmo em que as sociedades emergentes do país iam se organizando, vinham por meios destas algumas exigências no sentido de adequar a cidade às melhorias urbanísticas. Esse momento era o reflexo da transição urbanística e da modernização. Para Melo (2013, p. 43):

Ocorreu reconfiguração urbana com ruas melhores [*sic*] distribuídas e arborizadas, edificações nos bairros, facilidade no tráfego, melhor uso da arquitetura, ajardinamento, calçadas elaboradas, dentre outros. Seguindo essa linha, principiou-se o uso da vegetação nativa na paisagem urbana, com a presença exuberante da flora brasileira até então despercebida, valorizando os espaços urbanos.

Com isso, prevaleciam no país formatos de parques que lembravam as cidades de Paris e Londres, exemplos de requinte e charme, com o interesse de satisfazer à nova sociedade brasileira em formação. De acordo com Macedo e Sakata (2003 apud MELO, 2013, p. 43):

Dentro da linha Eclética e com intuito de atender à elite, pode-se exemplificar a construção, em 1873, do campo Santana, no Rio de Janeiro. Esse parque foi construído sob influência francesa e inglesa, por conter em sua infraestrutura teor romântico, pastoril, com a presença de extensos gramados e bosques, frondosas árvores e lagos bastante procurados para a prática de lazer [...].

O parque urbano brasileiro, ao contrário do seu congênere europeu, não surge da urgência social de atender às necessidades das massas urbanas da metrópole do século XIX. Os referidos autores esclarecem que:

O parque é criado, então, como uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses. (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 16).

Nesse momento, o traçado paisagístico dos parques construídos no país não foi pensado atrelado à identidade brasileira e acabou por reproduzir os parques europeus (MACEDO; SAKATA, 2010). Contrário a esse modelo, é comum encontrar no país espaços denominados “vazios urbanos”, locais que os menos privilegiados utilizavam no seu dia a dia para a diversão, antes de qualquer outra definição de parque urbano. Para Melo (2013, p. 44):

Durante todo o século XIX e metade do XX, o Brasil possuía muitos vazios urbanos, geralmente compostos por várzeas de rios, considerados nesse período como espaços destinados ao lazer da população, com a prática de banho, jogos e piquenique. Esses espaços são anteriores às práticas de lazer em praças e parques que se desenvolveram na segunda metade do século XX como uma necessidade social.

O século XX no Brasil representou várias mudanças de ordem urbana, tudo isso desencadeado pelo crescimento da população nas cidades. Logo, segundo Melo (2013), foram construídos mais parques públicos, com a intenção tanto de atender aos habitantes, pelo valor estético, cultural e de lazer, quanto pela constituição ambiental e influência na paisagem de seu entorno.

Dessa forma, a valorização do espaço público ganhou novos significados, e os parques urbanos surgiram para impedir os males incorporados pela urbanização nascente. A escassez de espaços para o lazer começou a ser visível, e a construção de novos foi contemplada nesse período. As regiões Sul e Sudeste se destacaram, em Curitiba e São Paulo, com os primeiros parques: Barigui, em 1972, e João Paulo, em 1978; em seguida, com Conceição, em 1975, Carmo Nabuco, em 1977, Anhanguera e Piqueri, ambos em 1978, e muitos outros nas cidades citadas (MACEDO; SAKATA, 2010).

A parte litorânea das cidades começa a receber atenção, uma vez que é considerada parque urbano (MACEDO, 1982), além de desempenhar função social e ser muito utilizada para lazer. Os destaques são para as cidades de Fortaleza (Praia de Iracema) e Rio de Janeiro (Copacabana), que têm o calçadão como atrativo; são caracterizadas com parques lineares (MACEDO; SAKATA, 2010). Vitória, Recife e Santos também ganham destaque, sendo o banho de mar opção principal, levando em conta ainda as atividades esportivas na areia.

À medida que o tempo passa, os parques vão incorporando novos estilos de uso, representados pelo culto ao corpo, importância aos ecossistemas naturais, lagos, nascentes, espelhos d'água, fontes e bicas (MELO, 2013), assim como há o resgate do ecletismo, valorizando-se a contemplação. A plasticidade ganha espaço, além da simetria nos canteiros e árvores frutíferas (MACEDO; SAKATA, 2010).

O processo evolutivo dos espaços públicos no Brasil, conforme destacam Macedo e Sakata (2010), se dá a partir do século XX, quando se nota um interesse político crescente pela implantação e formação de espaços públicos. Essa tendência é influenciada pela crescente urbanização do país, que levou a maioria da população a residir em cidades. Iniciou-se, no final do referido século, um processo crescente de implantação desse tipo de logradouro nos médios e grandes aglomerados urbanos de responsabilidade tanto dos municípios como dos governos estaduais.

Assim, as definições de parque urbano no Brasil são bem amplas; por isso, será utilizada a que mais se aproxima do objeto em estudo e de sua utilidade. Para Macedo e Sakata (2010), consiste em todo espaço público de lazer ou conservação que contém vegetação, qualquer que seja seu porte, seja um pátio ou uma área com milhares de metros quadrados.

Uma grande contribuição do século XX para o conceito de parque urbano foi associar a função de lazer à conservação de recursos naturais, uma estratégia

benéfica para ambos os propósitos (SAKATA, 2018). No século XXI, os parques foram implantados com significativa quantidade nas cidades brasileiras, pois preservam o meio ambiente, ao mesmo tempo que valorizam bairros, ampliam as possibilidades de lazer e atendem aos interesses imobiliários e políticos de diferentes grupos e forças sociais (SAKATA, 2018).

Até porque as áreas protegidas urbanas apresentam benefícios que têm como pressuposto esse princípio de inseparabilidade entre a natureza e o humano: provém a saúde e o bem-estar humanos, ajudam a dar aos habitantes de zonas urbanas um sentido de lugar (sentimento de pertencimento), criam públicos urbanos para apoiar a conservação ambiental, oferecem oportunidades para aprender sobre a natureza e a sustentabilidade, prestam serviços ecossistêmicos, reforçam a resiliência diante das cidades e contribuem com a economia local com renda do turismo e, com mais frequência, também do lazer. (MEDEIROS, 2019, p. 18).

Dessa forma, considerando a importância que o parque urbano tem para a cidade, permitindo dialogar com outros espaços livres ligados a um só propósito, o lazer assume essa conexão, sendo uma conectividade territorial entre espaço, tempo e sujeito. O lazer ganha essa referência na cidade por ser uma necessidade — a qual está incorporada às cidades modernas, fruto do capitalismo. Segundo Gomes (2013), a cidade é o lugar privilegiado da acumulação de capital e concentração de indústrias, comércios, serviços, equipamentos e meios de consumo coletivo; enfim, concentra a produção e o consumo.

A cidade moderna remete ao trabalho para o consumo, que, de alguma maneira, cria espaços segregados, dividindo não apenas os espaços, mas também as pessoas. O espaço público, seja ele praças e parques, surge com a intenção de eliminar essa distância social entre as pessoas, porém nem sempre isso é possível, tendo em vista os interesses capitalistas. Nesse sentido, Gomes (2013) explica que os parques se inserem no contexto da produção do espaço urbano, segundo a lógica de reprodução, que é a lógica do capital.

Assim, os parques urbanos perdem a sua função social, que é integrar as pessoas através do lazer. As mudanças socioespaciais geradas na cidade moderna são reflexos da influência do capitalismo representado por determinados agentes que comungam do mesmo interesse. Para Gottdiener (1997 apud GOMES, 2013, p. 84), essas mudanças são consideradas:

[...] um resultado dialético de fatores políticos, culturais econômicos que se manifestam através da linha de frente dos padrões de desenvolvimento imobiliário que congregam a intervenção do Estado, formas de acumulação de capital e a manipulação dos mercados da terra.

As interferências feitas no espaço urbano pelos agentes imobiliários se refletem também na forma como esse espaço será usado, podendo oferecer acesso para uns e exclusão para outros, promovendo, conseqüentemente, a desigualdade e o aumento das injustiças sociais. Nesse caso, cabe ao Estado o papel de manter o equilíbrio social, eliminando a desigualdade social; para tanto, ele precisa consolidar sua presença sem que haja interferência de outros agentes.

Segundo Gomes (2013, p. 84):

Os usos e as formas de apropriação do espaço urbano ocorrem, portanto, de acordo com os interesses dos diversos agentes que contribuem para a produção das cidades. Entre eles, podem-se destacar: usuários da moradia, corretores de imóveis, proprietários, movimentos sociais, incorporadora, instituições financeiras e governamentais.

Cada um desses agentes, em conjunto com outro agente, assume seus interesses no espaço urbano produzido. Em muitos casos, as incorporadoras, os agentes imobiliários e o Estado tomam o controle do espaço urbano. Quando o Estado se associa a esses agentes, perde sua função pública e se transforma em um Estado capitalista, servindo a uma determinada classe, a saber, a dominante.

Conforme afirma Rodrigues (1988, p. 96): “se o Estado fosse realmente regulador dos desequilíbrios, a aplicação dos recursos na cidade deveria procurar [...] a eficiência urbana, a justiça social e a modernização dos equipamentos”. No entanto, o que se percebe é que o Estado aplica de forma errada determinados recursos em áreas valorizadas, ou seja, privilegia áreas onde as necessidades já estão supridas, como é o caso de alguns bairros nobres (GOMES, 2013).

Desse modo, a idealização do parque urbano tem que alcançar diversos níveis da sociedade. De acordo com Marcellino (2002), para que o espaço público seja um espaço de vivências democráticas de lazer, é necessário que seja planejado e construído de forma que ofereça acesso ao maior número de pessoas de diferentes grupos da sociedade.

O processo de urbanização distanciou as pessoas das áreas verdes, e a escassez desses espaços vem aumentando mais, a cada dia, nas cidades. Com a necessidade de construção de moradias, o concreto assume posição no cenário

urbano. Com o passar do tempo, o sentimento de retorno à natureza vai, então, se intensificando, impulsionando o ser humano a reaproximar-se das áreas naturais, procuradas, sobretudo, com fins para o lazer (CABRAL; BAHIA, 2013).

Essa compreensão é percebida também pelos agentes imobiliários e pelas instituições financeiras, que aproveitam a necessidade humana de reviver momentos próximos da natureza. Essa euforia pelo “verde” vem sendo usada amplamente pela indústria mercadológica, na qual, não raro, se observa a disseminação de produtos “com nomenclaturas atrativas e vinculadas à temática ecológica” (BAHIA; SAMPAIO, 2005, p. 80).

Com isso, alguns parques urbanos são projetados em regiões que, antes, não tinham valor comercial, mas, posteriormente, são transformadas em áreas com grande perspectiva imobiliária, ocasionando a expulsão de pessoas com menor renda financeira, que vão morar em bairros distantes ou, até mesmo, próximos da antiga moradia, sendo resistência aos novos padrões de vida urbana. Segundo Fortunato Neto (2018, p. 63):

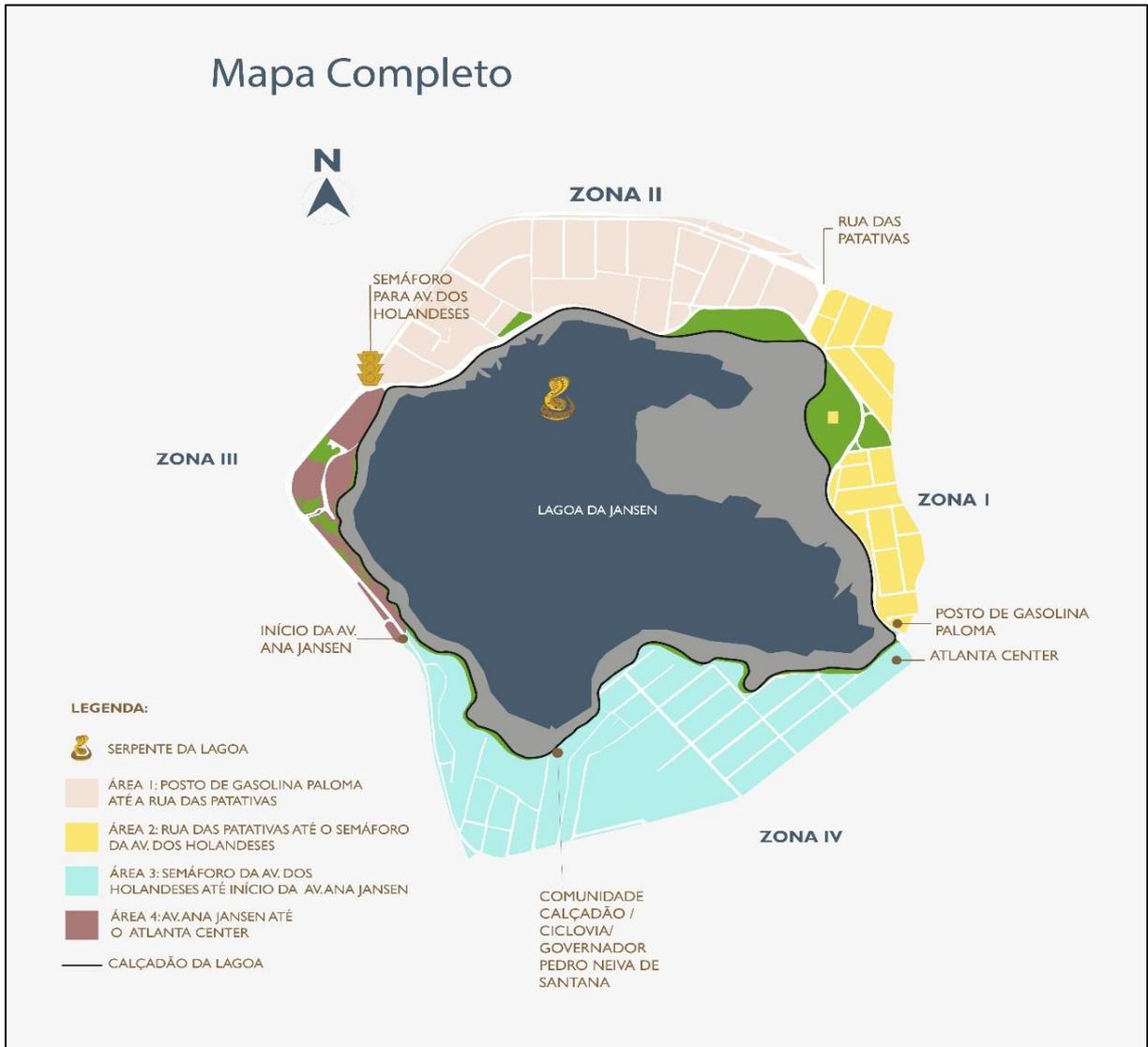
O setor residencial, além de ocupar parcela substantiva do solo urbano, condiciona o tipo e a localização de várias outras atividades urbanas, sendo possível se distinguir variadas formas do espaço; seja pela segregação social entre as áreas; seja pelos padrões de densidade e verticalização do uso do solo; ou pela natureza dos edifícios, com seus complementos e vizinhança.

Assim, a Lagoa da Jansen é um reflexo dessas transformações urbanas, por estar inserida em um espaço urbano de grande valor imobiliário, que, antes da urbanização, não era vista como área nobre. Contudo, após a urbanização feita pelo Governo do Estado do Maranhão, recebeu investimentos expressivos de agentes imobiliários, transformando-se em área de segregação social.

A transformação da Lagoa da Jansen em Parque Ecológico, instituído pelo Decreto Estadual nº 4.870, de 23 de junho de 1988 (MARANHÃO, 1988), abrange uma área de 150 ha, mas isso não possibilitou sua preservação, uma vez que, até hoje, sofre com o descaso do poder público, mesmo sendo considerada uma das áreas mais nobres da cidade de São Luís e estando localizada em área litorânea.

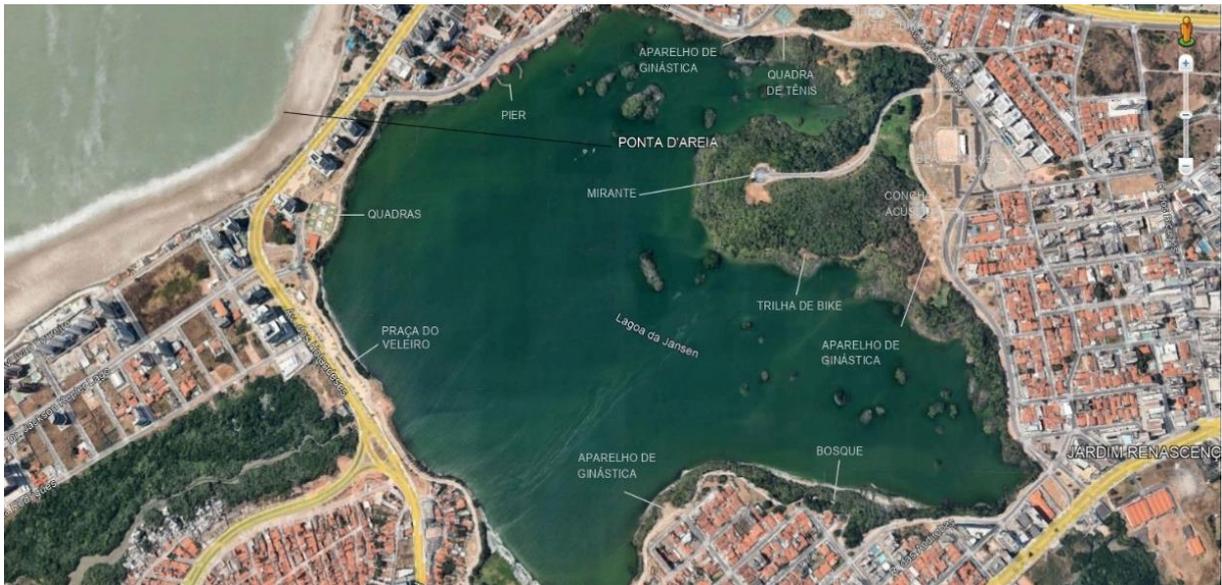
3 LAGOA DA JANSEN: histórico e gestão

Figura 1 – Mapa da Lagoa da Jansen – dividido por quatro zonas



Fonte: Autor (2022).

Figura 2 – Mapa de lazer da Lagoa da Jansen



Fonte: Autor (2022).

O Parque Ecológico da Lagoa da Jansen (Figuras 1 e 2) encontra-se circunscrito à ilha do Maranhão, é constituído pelos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Encontra-se situado na região costeira do Maranhão, limitando-se ao norte com o Oceano Atlântico; ao sul, com a Baía de São José e o Estreito dos Mosquitos; ao leste com a Baía de São José e ao oeste com a Baía de São Marcos.

A Lagoa da Jansen é demarcada pelas coordenadas 02°51"00" Latitude Sul; 44°26"41" e 43°59"41" de Longitude Oeste. Está inserida na feição geológico-geomorfológica do Golfão Maranhense, uma articulação regional da costa brasileira caracterizada por ser um grande e complexo sistema estuarino, destacando-se as baías de São Marcos e São José (RIO BRANCO, 2012).

Ribeiro (2001 apud SANTOS *et al.*, 2013, p. 41) afirma que, “entre os anos de 1930 e 1970, a cidade de São Luís recebeu milhares de migrantes vindos do campo, fazendo com que as áreas da Avenida Getúlio Vargas fossem ocupadas”. Com a chegada dos migrantes, surgem as localidades do Areal (atual bairro do Monte Castelo), Matadouro (atual bairro da Liberdade), Cavaco (atual bairro de Fátima), João Paulo, Filipinho, Anil e outros.

A partir das décadas de 1970 e 1980, com a construção da Ponte José Sarney e da barragem sobre o Rio Bacanga, a cidade se expandiu para outras áreas, o que propiciou o surgimento de diversos conjuntos habitacionais e novos bairros. No

entanto, Barbosa *et al.* (2011) apontam contradições no tocante ao desenvolvimento do Maranhão a partir de 1966.

Nesse período, destacam-se quatro pontos importantes: terras (devolutas), capital, cerca de arame e expulsão do pequeno produtor autônomo, motivo esse que ocasionou uma série de conflitos agrários. O governo, na intenção de desenvolver o Estado, estabeleceu um conjunto de medidas de caráter capitalista (incentivos fiscais e créditos), privilegiando grandes projetos agropecuários. Entretanto, essas ações demonstram a incapacidade de incorporar o pequeno produtor rural.

Em 1980, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), são incorporados grandes projetos nas regiões Norte e Nordeste. O Maranhão é destaque nas áreas de ferro, aço, celulose e alumínio, mas, como evidenciam Barbosa *et al.* (2011), predomina uma visão global de desenvolvimento (transnacional, regional e local), reflexo da dinâmica do capitalismo internacional e oligarquias locais.

Segundo Smith (1988), para a expansão integral do capitalismo, o Estado capitalista desenvolve-se. Como todo Estado anterior, sua função social central está no controle em favor da classe dominante; isso significa que, na sociedade capitalista, ele se torna o controlador do capital privado incapaz de se fazer por si.

A entrada do estado do Maranhão no campo da “modernidade econômica”, canalizado com grandes projetos nacionais, não representa um desenvolvimento de forma heterogênea. Tendo em vista a necessidade de uma inclusão social com a capacidade de atender a todos, o que se nota é um direcionamento que potencializa determinadas categorias sociais e a homogeneização do capital. Dessa maneira, a concepção universal de natureza é apropriada à era pré-capitalista, ao passo que a concepção exterior caracteriza a era burguesa.

O que representa a área da Lagoa da Jansen hoje é bem distante do que já foi, porém alguns aspectos permanecem para algumas categorias sociais, que se encontram distantes do “belo” cartão postal que serve como mídia para o turismo local e nacional. Consoante Ribeiro Júnior (2001), antes da construção da ponte, o bairro do São Francisco era de extrema precariedade, não havia escolas e as crianças que estudavam tinham que atravessar para o centro de São Luís. Esse percurso era feito de canoa e o fluxo era intenso. Os comerciantes eram os principais responsáveis pela manutenção do intercâmbio com outras áreas da cidade.

Ademais, Ribeiro Júnior (2001, p. 58) afirma:

A construção de uma ponte que desse acesso ao São Francisco era um projeto. Em 1950, o engenheiro Rui Mesquita (então diretor do DER) apontou no “Plano Rodoviário da Ilha de São Luís” a necessidade da edificação de uma ponte sobre o Rio Anil, em razão de um crescimento descentralizado, que desafogasse o centro da cidade e possibilitasse uma maior circulação de veículos. Segundo Mesquita, a descentralização provocaria uma “maior concentração de atividades com o aumento de velocidade dos veículos, dando, ao mesmo tempo, a São Luís, proporções de uma grande metrópole”.

A construção da ponte não só mudou o cenário urbanístico da cidade, como também proporcionou ações com o propósito de expandir a cidade para novos caminhos, surgindo o “Plano de Expansão da Cidade de São Luís”, com indicações de medidas adotadas pelo governo para uma expansão mais organizada da cidade, e sinalizando intervenções urbanas, com a construção de outras pontes sobre o Rio Anil. Conforme elucida Burnett (2011, p. 38):

A partir dos anos 70, com a construção da ponte que de acesso ao São Francisco, nossa cidade optou por uma nova forma de urbanização, diferente daquela organizada na praia grande e que cresceu por adição, expandindo-se em direção ao Monte Castelo e João Paulo, mas conservando a tipologia dos quarteirões, calçadas e ruas do centro ainda que com maiores dimensões.

Ainda segundo Burnett (2008), o processo de urbanização de São Luís está caracterizado em dois momentos. Primeiro, tem-se o tradicional: primeira fase, situada nos anos de 1615-1750, que corresponde ao início e à consolidação da ocupação portuguesa; segunda fase, 1750-1820, relacionada à Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e à vocação comercial; terceira fase, 1820-1900, que reflete a expansão industrial e o parque têxtil; quarta fase, 1900-1965, que representa o momento da integração à economia nacional e da renovação urbana.

Em seguida, tem-se o modernista. A primeira fase, 1965-1980, foi apoiada em grandes projetos nacionais e na urbanização fordista. Destaca-se a construção da Ponte do São Francisco, que se consolidou no processo de expansão moderna de São Luís. Como assinala Burnett (2008), a ponte se transformou em elemento de conexão do antigo com o novo e representou, de forma efetiva, a única expansão do período como adição ao tecido urbano preexistente. A segunda fase, 1980-2000, ficou caracterizada com a crise urbana e os polos de urbanização.

O desenho do espaço urbano modernista se difere do tradicional por estar dividido por zonas e setores, segundo as suas funções e as características do sítio (BURNETT, 2008). Esse tipo de urbanização tem como principal consequência a

independência isolada de cada uma das zonas da cidade, que podem ser implantadas em qualquer local do território.

A iniciativa de uma empresa, a margem de uma estrada, a atração de um ponto turístico, muitos fatores podem iniciar um processo de urbanização modernista (Quadro 1), que prescinde da cidade existente para se realizar. Esses elementos se encaixam de maneira direta, quando observamos os investimentos produzidos pelo capital imobiliário, mas, antes, pavimentado pelo Estado.

Quadro 1 – Características espaciais da urbanização modernista

(continua)

FATORES	CATEGORIAS ESPACIAIS	URBANIZAÇÃO MODERNISTA
O solo urbano	Forma de expansão	Pela implantação de novos polos, desconectados do núcleo urbano original, a eles ligados através de grandes vias de circulação veicular.
	Ocupação do solo	Ocupação da edificação no centro do lote, com áreas livres em volta. Gabarito diversificado pela variação das exigências municipais, com perfis diferenciados.
	Uso do solo	Setorizado conforme o critério da zonificação das funções — moradia, trabalho, lazer — dispersas pelo território segundo suas necessidades.
	Parcelamento do solo	Lotes pré-dimensionados pelos empreendimentos imobiliários, com mesmo padrão nas quadras de cada zona, para atender às mesmas funções.
O espaço urbano	Espaços públicos	Vias dimensionadas para os veículos, com imagem de espaço aberto. Parques e áreas verdes de grandes dimensões, desconectados das edificações.
	Espaços privados	Localizados na parte posterior dos lotes, conectados aos espaços semipúblicos, utilizados como áreas de lazer de uso coletivo.
	Espaços semipúblicos	Presenças disseminadas pela exigência de recuos e afastamentos, utilizados como jardins, áreas de estacionamento.
O edificado	Edificações públicas	Isoladas das vias de circulação e acesso, através dos recuos e afastamentos, com o mesmo tratamento das edificações privadas, perdem condição de monumentos.

Quadro 1 – Características espaciais da urbanização modernista

(conclusão)

FATORES	CATEGORIAS ESPACIAIS	URBANIZAÇÃO MODERNISTA
O edificado	Edificações privadas	Isoladas das vias de circulação e acesso, através dos recuos e afastamentos, utilizadas de pilotis, reforçando a desconexão das vias e aumentando a privacidade.
	Edificações semiprivadas	Isoladas das vias de circulação e acesso, através de recuos usados como estacionamentos. Ocupação de usos comerciais e serviços no térreo.

Fonte: Adaptado de Burnett (2008).

Como já frisamos, a Lagoa da Jansen está localizada entre os bairros do São Francisco, Ponta D’Areia, Renascença I e II e Ponta do Farol. O Parque Estadual da Lagoa da Jansen foi criado pela Lei nº 4.870, de 23 de junho de 1988, município de São Luís, estado do Maranhão, com uma área de 150 ha (MARANHÃO, 1988). É tido como um local turístico referenciado por sua beleza ambiental, pesca artesanal e lazer. A área em estudo contém restaurantes, quadras poliesportivas, ciclovias, pistas de *cooper* e muito espaço livre.

O nome “Lagoa da Jansen”, sob o ponto de vista toponímico, é originário da lendária Dona Ana Joaquina Jansen ou, simplesmente, “Donana”, filha do senhor Vicente Gomes de Lemos Albuquerque e de Dona Rosa Maria Jansen Moller — ou Müller, como mais tarde veio a grafar-se o nome. Bisneta materna de Henrique Jansen Moller, descendente de antigas famílias holandesas, portuguesas e italianas, e neta do mestre de campo Theodoro Jansen Moller, Ana Jansen nasceu em São Luís, no ano de 1787, e faleceu na mesma cidade, em 11 de abril de 1869, aos 82 anos de idade (MORAES, 1999).

Compete salientar que a Lagoa da Jansen não se constitui um elemento geográfico natural, no sentido de que não é resultado de dinâmicas da natureza, mas sim da ação humana. Anteriormente, a área era formada por manguezal, entrecortada pelo Igarapé da Jansen e sujeita aos fluxos e refluxos normais e permanentes dos mares (RIO BRANCO, 2012).

Por conta dessas características, há questionamentos em relação ao nome correto da área em estudo: Lagoa da Jansen ou Laguna? Os estudos apontam que os conceitos são diferentes por representarem formações específicas de cada uma.

Como bem elucida Fortunato Neto (2011), no *Dicionário ambiental básico* do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, o termo “lagoa” refere-se a um pequeno lago e pode ser classificada como aerada, aeróbica, anaeróbica, de estabilização, de maturação, distrófica e eutrófica.

Já no *Novo dicionário de geografia: termos e conceitos*, conforme aponta Terezo (2008 apud RIO BRANCO, 2012), lagoa é definida como uma depressão de formas variadas, existindo principalmente as circulares, de profundidade pequena e cheias de água doce ou salgada. Nessa acepção, a lagoa poder ser tida como lago de pequena extensão e profundidade. Da mesma maneira, Alencar (2009) conceitua lagoa como uma depressão com forma variada, mas com predominância de formas circulares, de profundidade pequena e cheias de água doce ou salgada; além disso, algumas são temporárias, existindo só durante a estação chuvosa.

Em relação à laguna, de acordo com Fortunato Neto (2011), é conceituada como massa de água rasa, relativamente calma, separada do mar por uma barreira ou restinga; recebe água doce, com sedimentos dos rios, e água salgada do mar, quando sobe a maré. Por sua vez, Suguio (1992 apud RIO BRANCO, 2012) define o termo “laguna” como corpo de água rasa e calma, em geral mantendo comunicação restrita com o mar; comumente forma um sistema de ilha laguna-barreira, relacionado geneticamente à distância costeira. A salinidade das suas águas varia desde quase doce até hipersalina, e muitas vezes é chamada “laguna costeira” ou “albufeira”.

Para Rio Branco (2012), as lagunas costeiras formam com os estuários e os manguezais um dos conjuntos mais produtivos da zona costeira, pois em suas águas salobras abrigam uma rica e variada gama de formas de vida, sendo um ambiente criador de inúmeras espécies de peixes e invertebrados e habitat de outras espécies. Portanto, as lagunas costeiras são caracterizadas conforme a quantidade de água trocada com a região marítima, marítima adjacente e com intensidade da ação da maré ou do interior (RIO BRANCO, 2012).

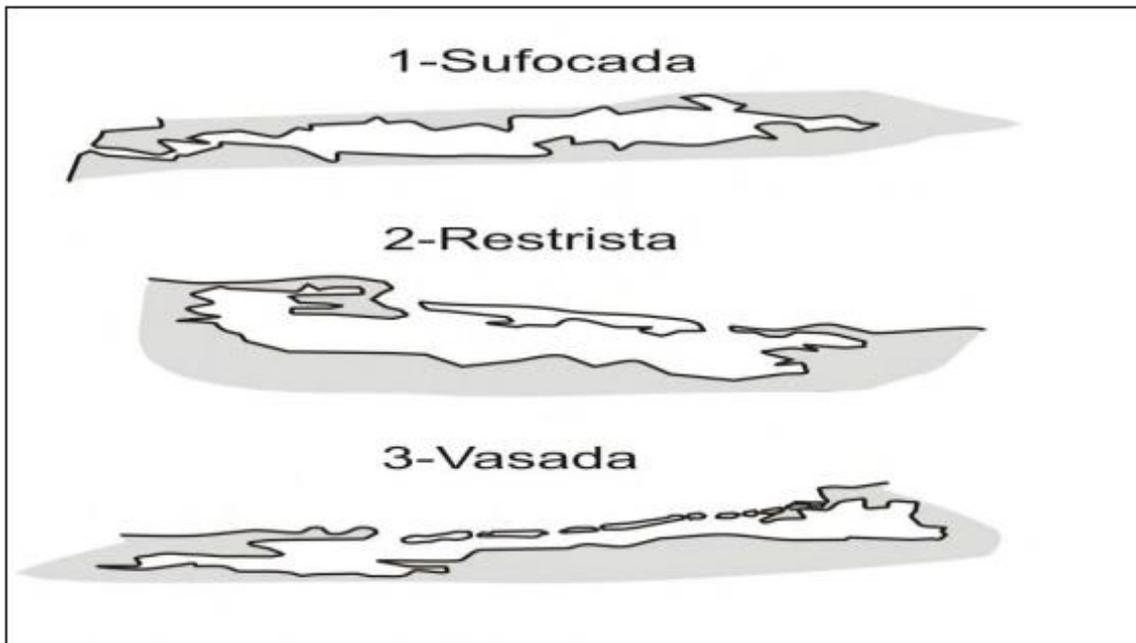
Consoante Kjerfve (1986 apud RIO BRANCO, 2012), as lagunas costeiras são subdivididas em três formas — ilustradas na Figura 3 — que representam apenas condições típicas de um amplo espectro de possibilidades geomorfológicas:

- a) “laguna sufocada” – aquela que, geralmente, é formada por uma série de células elípticas, conectadas ao oceano adjacente por um único canal estreito; é típica de regiões costeiras com alta energia das ondas de

gravidade, significativa, deriva litoral e maré com altura moderada (mesomaré). O canal atua como um filtro dinâmico, conseqüentemente os efeitos da oscilação da maré e das correntes associadas são muito atenuados no interior da laguna. As condições hidrográficas dessas lagunas dependem do balanço local de água e dos efeitos das ondas geradoras da deriva litoral que determinam a forma da boca da laguna. Esse tipo de laguna também se caracteriza por grandes tempos de descarga, efeito dominante do vento e variação intermitente da estratificação vertical devido ao aquecimento solar e descarga de água doce. Exemplos típicos de grandes sistemas lagunares ao longo da costa brasileira são: sistema Mundaú e Manguaba, em Alagoas; sistema Itaipu (lagunas Piratininga e Itaipu), sistema Maricá (lagunas Maricá e Guarapina) e sistemas saquarema (Lagunas Urussanga e Fora), no litoral Fluminense, Rio de Janeiro, e Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul;

- b) “laguna restrita” – ambiente costeiro amplo, geralmente orientado na direção paralela à costa, que se desenvolveu em região com suprimento moderado de sedimentos de origem marinha. A maré e as energias das ondas de gravidade também têm intensidade moderada. Nesse tipo, a troca de água com o oceano adjacente ocorre através de dois ou mais canais estreitos, e a circulação é forçada pela maré bem definida. Sob a ação do vento, pode apresentar fraca estratificação vertical de salinidade. Um exemplo disso é a laguna dos Términos, no México;
- c) “laguna vasada ou aberta” – é um sistema marinho alongado com entradas múltiplas (canais de maré) e é típica de regiões com amplitude de maré moderada ou grande. As correntes de maré nesses canais são suficientemente intensas e inibem a sedimentação. Esse tipo de laguna caracteriza-se por fraca estratificação vertical e salinidade muito próxima à do oceano adjacente. Os tempos de descarga são relativamente pequenos quando comparados ao do extremo oposto do espectro (lagunas sufocadas). Um exemplo desse tipo é a Mississippi Sound, nos Estados Unidos.

Figura 3 – Três tipos de lagoa



Fonte: Miranda *et al.* (apud RIO BRANCO, 2012).

Considerando as características apontadas, Rio Branco (2012) aprofunda seus estudos para uma explicação mais ampla em relação à Lagoa da Jansen, tendo como base teórica o seguinte relato:

Diante do referencial teórico exposto, aquele corpo hídrico pode ser classificado como uma laguna de origem antrópica, a qual apresenta fluxo e refluxo com as águas marinhas da Baía de São Marcos, através de um canal artificial (o bueiro duplo celular). Sua origem deve-se ao barramento do Igarapé da Jansen, na década de 70, pela construção das avenidas Ana Jansen e Colares Moreira. A laguna da Jansen apresenta fauna e flora típica de ambientes marinhos [informação verbal]¹ (RIO BRANCO, 2012, p. 135).

Coelho (2002 apud RIO BRANCO, 2012) atesta que a formação geológica da Lagoa é recente, pois surgiu em meados da década de 1970, está totalmente inserida no perímetro urbano da capital e apresenta uma superfície de 3,5 km², incluindo áreas de terra firme, manguezal e espelho d'água. Sua profundidade média é de 1 m e a máxima é de 3,50 m. Sua área original era de 169 ha, mas, em 1991, seu espelho foi reduzido para 150 ha e, devido à crescente ocupação de sua orla e

¹ Informação verbal fornecida pelo Prof. Dr. Jorge Hamilton Souza dos Santos, da Universidade Federal do Maranhão, Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujas linhas de pesquisas versam sobre geomorfologia.

áreas adjacentes, já se reduziu para cerca de 140 ha, com um perímetro total de 7.942 m.

O surgimento da Lagoa da Jansen ganha importância a partir do crescimento da cidade de São Luís quando sua expansão se dá para o lado do litoral e, mais especificamente, para o bairro do São Francisco. O processo de colonização de São Luís é caminho para melhor entender o surgimento do núcleo habitacional do São Francisco. Segundo Pacheco (2007 apud RIO BRANCO, 2012), a compreensão da construção geográfica da estrutura ambiental urbana do bairro do São Francisco, segundo seus processos socioespaciais, remete à sua história e apresenta momentos significativos.

Dentre esses momentos, é oportuno mencionar o iniciado nas primeiras décadas do século XVII, que resultou direta e indiretamente das incursões europeias, especialmente as francesas, que elegeram o espaço do atual bairro São Francisco como Jevirre, tanto no sentido de encontros quanto para abrigo de embarcações e estrangeiros alojados naquele espaço. Constituiu-se território no qual eram planejadas parcerias e estratégias para a tomada definitiva da Ilha Grande do Maranhão, justamente com os habitantes pioneiros, os índios tupinambás.

Gayozo (1818 apud RIO BRANCO, 2012) atribui aos portugueses a construção da fortaleza ou forte do Sardinha, associado ao São Francisco, mais tarde reedificado e denominado Forte do São Francisco. Os franceses foram responsáveis por pequenas edificações em parcerias com índios tupinambás, no entanto foi no próprio Forte do Sardinha que assinaram a rendição francesa. O Jevirre era também o ponto de produção de matéria-prima para as estratégias de ataque e defesa de portugueses e franceses, como a de olarias, salinas e muita madeira. Nascia, assim, o bairro do São Francisco, permeado por fatos históricos.

O Forte do Sardinha, sob a guarda do Senhor Manoel Sardinha, foi construído no século XVII, sob a invocação de São Francisco. Tem forte vinculação com a história do atual bairro e da própria cidade de São Luís, de modo geral. No século XVIII, o então Forte do São Francisco, impunha-se de frente para a baía de São Marcos, construído na porção mais elevada da área geográfica, com aproximadamente 12 metros de altitude. Posteriormente, seria local de uma olaria, correspondendo a uma significativa parte de onde, hoje, está edificado o conjunto residencial de classe média, denominado Sítio Campinas, também conhecido como Basa. Dos Sardinhas aos Jesuítas e destes aos Jansen, as terras do São Francisco mudaram de dono. Foi nas "terras da viúva", finalmente, que o bairro passaria a ganhar forma e essência. (RIO BRANCO, 2012, p. 148).

Auxiliando na composição da análise da evolução histórica de São Luís, Bontempo (2008 apud RIO BRANCO, 2012) aponta que a cidade foi fundada, em 8 de setembro de 1612, pelo francês Daniel de La Touche, que inaugurou o forte dos franceses entre os estuários dos rios Bacanga e Anil. Em 1616, os portugueses reconquistaram o território. A instalação seguiu o traçado ortogonal dos arruamentos utilizado como diretriz para a malha de expansão da cidade.

O Plano Urbanístico de 1647, adotado pelo engenheiro-mor Francisco de Farias da Mesquita, foi baseado na Lei das Índias, código de origem renascentista, contribuindo para a organização do espaço urbanístico da cidade. Nos anos seguintes entre 1960 e 1970, São Luís viveu momentos de aquecimento econômico oriundo de investimentos patrocinados pelo setor privado e público, em decorrência do Projeto Corredor “Ferro Carajás”. Essas ações só foram possíveis devido ao “Plano de Expansão da Cidade de São Luís” de 1958, cujos reflexos se davam em medidas para a ampliação da cidade, sobretudo em direção aos caminhos do São Francisco, do Renascença e da Ponta D’Areia (RIO BRANCO, 2012).

A configuração social dos moradores do São Francisco dos anos em destaque se apresenta com características semirrurais, vindos do interior para morar em São Luís. Essa característica é alterada a partir da construção das pontes sobre o Rio Anil nos anos 1960. Com o passar dos anos, a necessidade de expandir a cidade fica expressa no “Plano de Transporte e Desenvolvimento de São Luís” e de um zoneamento, inclusive industrial.

Seguindo Bontempo (2008 apud RIO BRANCO, 2012), esse plano definiu os principais eixos de expansão da cidade, acessando áreas que, em função dessas ligações, tornaram-se de grande valor imobiliário, principalmente na faixa litorânea, local onde está situada a Lagoa da Jansen. Com isso, o núcleo habitacional da região, mais especificamente da Lagoa da Jansen, vai se fixando a cada ano que passa.

Com o *boom* imobiliário na região, fica evidente o surgimento da desigualdade com o processo de verticalização da cidade. A segregação toma passos visíveis, com destaque para a Ponta d’Areia, a Praia de São Marcos e o Renascença II (RIO BRANCO, 2012). As edificações dos prédios tornam-se uma necessidade a partir do interesse de uma parcela da sociedade, junto à oportunidade das construtoras de efetuar bons negócios.

Nessa perspectiva, iniciou-se o debate para o processo de urbanização da Lagoa. De acordo com Rio Branco (2012), através da Superintendência de Urbanismo

da Capital (Surcap), os primeiros lotes começaram a ser vendidos. Em posse dos lotes, logo apareceram os aterramentos. Com a proposta de evitar o aterramento total da área, os ex-deputados Gastão Vieira e Conceição Andrade propuseram um projeto de lei que visava transformar a Lagoa da Jansen em Reserva Ecológica.

Devido aos interesses econômicos projetados, deputados contrários, no entanto, interferiram no projeto de lei, evitando que ele não fosse votado, alegando aspectos que não deixavam claro o interesse ambiental. Mesmo diante do impasse, a Lagoa da Jansen foi transformada em Parque Ecológico Estadual conforme preceitua o Decreto nº 4.878, de 23 de junho de 1988, para fim de uso público, diversão, esporte e áreas verdes, dentro do limite a ser fixado pelo poder público (RIO BRANCO, 2012).

Em entrevista concedida, no dia 9 de março de 2012, Conceição Andrade, ex-Deputada e atual Secretária de Estado de Desenvolvimento Agrário, afirmou que:

Independente dos problemas e conflitos que até hoje a Lagoa da Jansen possui é necessário entendermos que o surgimento dessa unidade de conservação, no cenário urbano da cidade, constituiu-se uma necessidade política, um anseio popular de preservação ambiental desse rico ecossistema, localizado no espaço urbano de São Luís. [...] foi muito importante o ato legislativo de criação do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, proposto por mim e ex-deputado Gastão Vieira, pois era preciso fazer a tomada de posição política em benefício da cidade e garantir a recuperação e conservação da Lagoa da Jansen [...]. A Lagoa da Jansen é um espaço muitíssimo importante par a ilha do Maranhão, tanto no que tange à área cultural e desportiva como no aspecto ambiental e de agregação de renda à comunidade de baixa renda, da área circundante da lagoa. Precisa de manutenção adequada e permanente, precisa de inovação tecnológica que garanta saneamento ambiental necessário, mas não resta dúvida que a Lagoa da Jansen cumpre um importante papel na paisagem de nossa ilha. (RIO BRANCO, 2012, p. 164).

Ao longo das últimas décadas, quando o espaço em estudo recebeu atenção da comunidade científica, representantes do meio ambiente, sociedade civil organizada e, principalmente, moradores do entorno que retiram o seu sustento da pesca presenciam a apropriação indevida por parte da especulação imobiliária, que se inicia sem uma política pública adequada para solucionar os problemas existentes.

Não devemos estranhar qualquer fato que desvia a importância ambiental, econômica e social que a Lagoa da Jansen tem para a cidade. As contradições que envolvem o referido espaço permeiam diversos debates, cujas responsabilidades são esquecidas por quem deveria assumi-las. Essas responsabilidades, quando não assumidas legalmente, têm um valor alto para quem vive e sobrevive, considerando o aspecto social.

Sob esse viés, os modelos de gestão adotados na Lagoa levantam vários questionamentos no que se refere ao seu alcance e objetivos para o interesse social. Segundo Rio Branco (2012), o grupo gestor desse Parque Ecológico, conforme o Decreto nº 22.383, de 28 de agosto de 2008, define competências dos órgãos da administração pública estadual relativa à Avenida Litorânea e ao Parque Ecológico, com a finalidade de preservar o meio ambiente, fiscalizar, conservar e garantir a segurança dos espaços e equipamentos existentes, além da tarefa maior de realizar ações integradas com participação comunitária.

Nesse contexto, convém ressaltar que, até chegar à definição de Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, diversos caminhos foram percorridos na tentativa de manter preservada a área em análise. O próprio nome “Parque Ecológico” não tinha reconhecimento legal previsto na legislação ambiental brasileira, mas serviu como referencial para avançar em direção a outros projetos que evidenciassem a sua importância como área de conservação e preservação, como também evitar o uso irregular e construções que alterassem o desenho urbano original.

Considerando as mudanças ocorridas na Lagoa da Jansen desde a sua criação até os dias atuais, tem-se nos Planos Diretores peças fundamentais para a compreensão desse espaço.

O primeiro Plano Diretor de São Luís, elaborado em 1974, mediante a Lei Municipal nº 2.155, de 26 de junho de 1975, e sua respectiva Lei Complementar de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano – Lei nº 3.253/1992, definiram, com diretrizes, três elementos: a hierarquização das vias urbanas; a organização do espaço urbano em zonas de uso diferenciado; e a preservação da paisagem. Essas medidas tiveram por objetivos básicos disciplinar a circulação de veículos e pedestres e o desenvolvimento harmônico da cidade, além de assegurar a proteção ao meio ambiente natural, os quais resultaram e induziram a ocupação de determinadas áreas, bem como restringiram o uso de outras (SÃO LUÍS, 2006).

Além disso, seguiram-se alguns objetivos gerais, tais como: proporcionar ao município condições para receber os impactos dos investimentos programados; estabelecer uma política adequada ao uso da terra; definir as condições de equilíbrio entre ocupação e meio ambiente; indicar hipóteses de desenvolvimento urbano, de modo a obter uma utilização racional das diferentes áreas, mesmo fora dos limites; promover a adequação dos mecanismos da administração municipal ao sistema de planejamento proposto; estimular a coordenação intergovernamental a desenvolver

as funções urbanas e regionais de São Luís (COELHO, 2002 apud RIO BRANCO, 2012).

Por conseguinte, apontam-se alguns objetivos operacionais: fornecer as diretrizes para o uso da terra e o zoneamento; definir os parâmetros de proteção do meio ambiente, em seus aspectos ecológicos e estéticos; estabelecer as bases de um plano de transporte; valorizar o patrimônio histórico. Esses mecanismos serviram de base para organizar e preparar a cidade para os impactos oriundos dos possíveis investimentos que seriam implantados, bem como seus reflexos seriam percebidos em alguns pontos da cidade.

Diante desse cenário, a próxima etapa se daria no sentido de caracterizar a cidade em zonas, quanto à função, classificando em zona residencial e centros de empregos, direcionando para os setores de serviços e áreas industriais. Para cada zona apontada, a lei estabelecia seus limites de uso permitido (RIO BRANCO, 2012).

Com o Plano Diretor de 1975 (Figura 4), especificamente o Igarapé da Jansen ou a Laguna da Jansen ficou identificado como Zona Especial 7 (ZE-7) e Zona Residencial 2 (ZR-2), zona especial caracterizada como toda área atingida pela maré.

Figura 4 – Zoneamento da área da Lagoa da Jansen – Plano Diretor de 1975



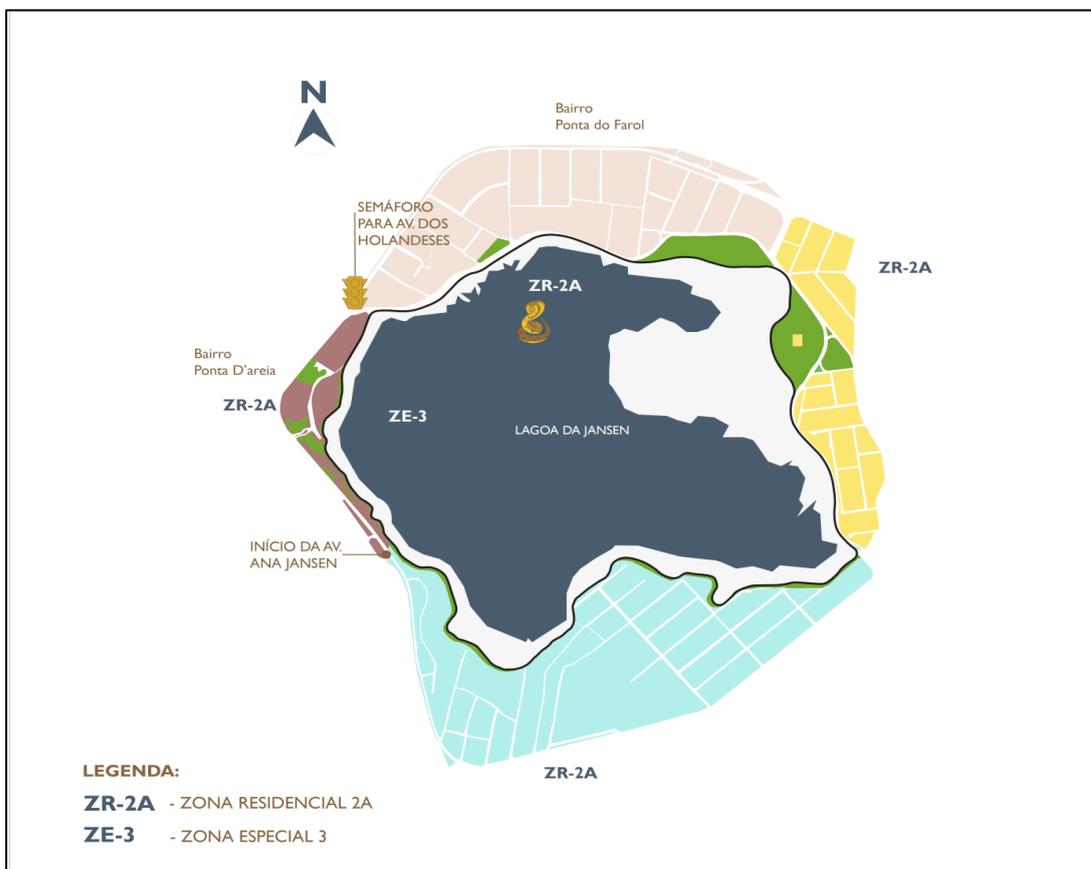
Fonte: Rio Branco (2012).

Já o Plano Diretor de 1981 (Figura 5), estabelecido pela Lei Municipal nº 2.527, de 24 de julho de 1981, sobre zoneamento, parcelamento, uso da terra e intensidade de ocupação, sofre alteração em relação ao plano anterior.

Assim, ficam assegurados os seguintes objetivos: orientar e estimular o desenvolvimento urbano; minimizar a existência de conflitos entre áreas residenciais e outras atividades sociais e econômicas; permitir o desenvolvimento urbano racional e integrado; assegurar a concentração urbana equilibrada, mediante o controle do uso e aproveitamento da terra; e garantir a reserva de espaços necessários à expansão disciplinada da cidade.

As mudanças ocorridas estão relacionadas à área referente ao Igarapé da Jansen e entorno, no que tange a delimitações e nomenclaturas. Dessa forma, a ZR-2 ficou estabelecida como Zona Residencial 2A (ZR-2A), e a área inundável, por sua vez, passou a ter a nomenclatura de Zona Especial 3 (ZE-3) (COELHO, 2002 apud RIO BRANCO, 2012).

Figura 5 – Zoneamento da área da Lagoa da Jansen – Plano Diretor de 1981

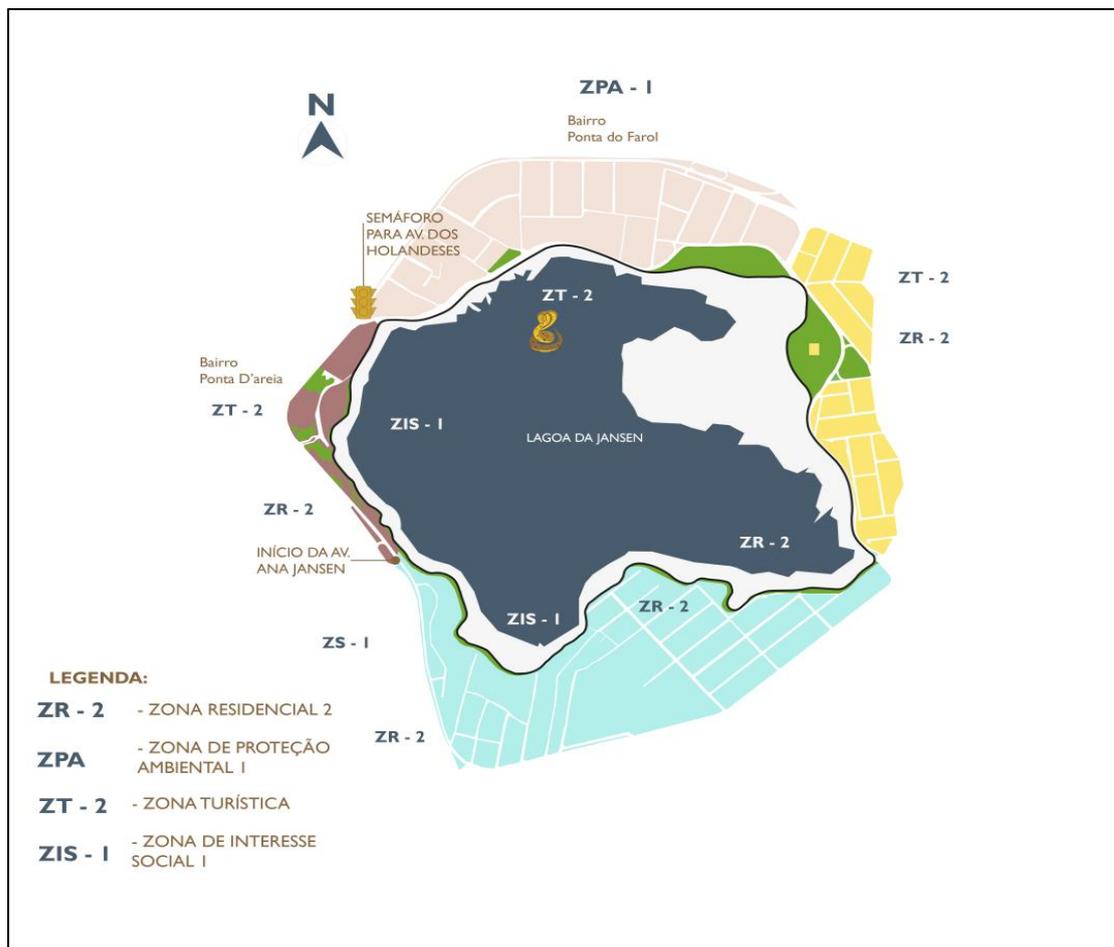


Fonte: Autor (2022).

Referente ao Plano Diretor de 1992 (Figura 6), por meio da Lei Municipal nº 3.252, de 29 de dezembro de 1992, as mudanças ocorridas foram mais amplas, no tocante ao zoneamento, parcelamento, uso e ocupação da terra urbana. Outras zonas foram criadas: Zona de Interesse Social 1 (ZIS-1) e Zona Turística 2 (ZT-2), Zona de Proteção Ambiental 1 (ZPA-1) e ZR-2. Dessa maneira, a ZIS-1 corresponde à área ocupada espontaneamente por assentamentos habitacionais da população de baixa renda, com interesse de regularização jurídica da posse da terra.

A ZPA-1 refere-se à proteção paisagística, ocupando toda a extensão da praia. A ZR-2 é utilizada pela classe média e alta. Por sua vez, a ZT-2 é separada para o turismo e tem maior interferência do setor imobiliário; essa área corresponde não apenas à parte da laguna, mas também à Praia da Ponta d'Areia, Península e Espigão. Assim, o Plano Diretor de 1992 conteve avanços nas áreas correspondentes.

Figura 6 – Zoneamento da área da Lagoa da Jansen – Plano Diretor de 1992



Fonte: Autor (2022).

Além disso, é importante apontar que, diante de tão valioso espaço público que representa a Lagoa da Jansen para São Luís, o processo de urbanização ocorrido não representou avanços para todos os moradores do entorno, sobretudo para os moradores de baixa renda, levando em consideração as práticas de lazer ofertadas pelo poder público.

O “Plano de Recuperação Ambiental e Urbanístico da Lagoa da Jansen” começou a ser projetado na gestão da governadora Roseana Sarney. A área recebeu transformações na sua estrutura, quanto à instalação de vários equipamentos para a prática esportiva e lazer. Segundo Rio Branco (2012), uma das grandes vantagens colaterais da intervenção inaugurada pela governadora foi a definição física, visível por todos e intransponível, de uma perímetro oficial da área da Lagoa da Jansen.

Esse impulso urbano de alguma forma serviu para a melhoria na mobilidade urbana, dando aos moradores da região, bem como de São Luís, outra opção de trânsito, como também o ordenamento territorial. A responsabilidade para a execução da obra ficou a cargo da Gerência de Estado de Infraestrutura (Geinfra) do Maranhão. Conforme dados levantados por Rio Branco (2012, p. 231):

O programa de intervenção do governo estadual era executar, por intermédio da GEINFRA, a [...] Urbanização e proteção das margens da lagoa, definindo e preservando um espelho d’água, de aproximadamente 87 hectares. [...] Construção de uma estrutura hidráulica adequada na ligação da lagoa com o mar, de forma que as águas provenientes da maré pudessem fazer a necessária renovação da lagoa. [...] Implantação de redes coletoras de esgotos sanitários e pluviais. [...] Solução dos problemas decorrentes da poluição ambiental. [...] Recuperação e saneamento de áreas urbanas ou urbanizáveis, inclusive as alagáveis. [...] Criação de um centro de recreação, lazer, cultura e esportes. [...] Criação de áreas comerciais possíveis de serem exploradas pelo setor público. [...] Implantação de infraestrutura e equipamentos de uso comunitário, valorizando a área e beneficiando a população. [...] Melhoria das condições para desenvolvimento da piscicultura na Lagoa da Jansen. [...] Proteção e preservação do meio ambiente, com recuperação da área poluída e manutenção dos recursos naturais da área da lagoa.

Além do aspecto ambiental, o Governo do Estado seguiu atuando em outras áreas da Lagoa — dessa vez, na instalação dos equipamentos de lazer:

Foram instaladas a ciclovia e o calçadão, contornando toda a Lagoa, interligando os demais equipamentos, com arborização de vegetação ornamental, ao longo dos caminhos, com marcações a cada 100 metros, para prática de “Cooper”. [...] Nos alargamentos das ciclovias e do calçadão, foram instalados bancos, lixeiras, postes de iluminação e árvores de sombra, proporcionando o contato com a natureza e favorecendo a contemplação da mesma. [...] Foram construídos três playgrounds: dois junto à praia da Ponta

da Areia e outro nas proximidades da Avenida Grande Oriente, todos sobre caixas aterradas. Esses equipamentos foram dotados dos mais diversos tipos de brinquedos, construídos em material resistente como madeira, estimulando a criatividade e oferecendo segurança à população infantil. [...] Teve-se o cuidado de planejar a localização desses, em função da facilidade de acesso e evitando o cruzamento com circulação de veículos de grande porte. [...] Foram instaladas quadras polivalentes, quadras de futebol soçaita, aparelhos de ginástica, pista de skate e jogos de mesa. Os aparelhos de ginástica foram agrupados em módulo, junto à ciclovia e permitem a realização de exercícios físicos variados. [...] Construiu-se um Anfiteatro, destinado à apresentação de grupos locais e manifestações folclóricas, circundado por vegetação, criando uma barreira para isolamento acústico, fornecendo também sombreamento. É conhecida hoje, como Concha Acústica, tem palco tipo arena e arquibancadas em forma circular, local onde se realizam importantes shows na Cidade. [...] Foram construídos quatro bares, dotados de toda infraestrutura, com sanitários públicos e cozinha aparelhada para servir a gastronomia maranhense, todos eles posicionados ao longo da ciclovia, às margens da lagoa, favorecendo uma vista geral da Lagoa da Jansen e sua área de abrangência. [...] Buscando dar segurança aos frequentadores do Parque Ecológico, foi construído um posto policial (tipo PM-Box) e posto de informações turísticas. [...] Três estacionamentos foram construídos junto aos equipamentos de lazer, ficando dois mais próximos à praia da ponta da Areia e um atendendo a área dos restaurantes, com aproximadamente setecentas vagas. [...] A península com vegetação nativa que avança para a Lagoa da Jansen, foi transformada no Mirante da Lagoa e de lá se tem uma visão bastante ampliada da Serpente da Lagoa, que hoje não mais flutua nas suas águas, precisando de reparos. (RIO BRANCO, 2012, p. 232-233).

Quanto à concepção do projeto de melhorias na infraestrutura e questões ambientais da Lagoa com referência ao governo e ano citado, percebemos que hoje muitos desses itens não compõem mais o cenário urbanístico da área, como é o caso dos restaurantes, do Mirante da Lagoa e da própria serpente. Para Rio Branco (2012, p. 238):

É fato incontestável na análise e interpretação do Programa de Saneamento e Recuperação Ambiental da Lagoa da Jansen, que não ocorreu a melhoria das condições ambientais para desenvolvimento da piscicultura, muito menos para os múltiplos usos do turismo sustentável em suas águas, dado os altos índices de poluição registrados. Assim, a proteção e preservação do meio ambiente para aquele ecossistema, com recuperação da área poluída e manutenção dos recursos naturais da Lagoa da Jansen, não se consolidaram.

Passados mais de dez anos da intervenção governamental da gestão de Roseana Sarney, com interesse em melhorar o espaço da Lagoa, oferecendo à população um ambiente agradável e seguro, que promoveu mudanças significativas, com ênfase no aspecto urbanístico, mudando sua função, e mesmo diante de alguns questionamentos em face dos objetivos alcançados, os governos posteriores pouco fizeram em relação à preservação do meio ambiente e melhoria na estrutura.

Na gestão de Flávio Dino de 2015 a 2022 (dois mandatos), com o Decreto nº 35.115, de 22 de agosto de 2019, que dispõe sobre a administração e conservação da APA do Itapiracó, do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e do Parque Estadual do Sítio do Rangedor e dá outras providências, estabelece-se, no art. 1º, que compete à Secretaria de Estado de Governo (Segov) administrar, conservar, fiscalizar, manter, controlar e proporcionar lazer, limpeza e vigilância da APA do Itapiracó, do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e do Parque Estadual do Sítio Rangedor, conforme a legislação ambiental (MARANHÃO, 2019). Para o cumprimento do disposto no referido artigo, caberá à Segov proceder a celebração de convênios, parcerias, acordos de cooperação e instrumentos congêneres que vierem a beneficiar as unidades de conservação mencionadas.

Ainda nas mudanças ocorridas no modelo de gestão do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, com a Portaria nº 41, de 18 de maio de 2022, resolve-se, conforme o art. 1º, designar a servidora Milena Coelho de Oliveira Moreira, sob matrícula de nº 00255647-3, ocupante do cargo em comissão de Assessor Especial III (DANS-3) para desempenhar a função de Administradora dos Parques Estaduais e *Shoppings* da Criança de competência dessa secretaria (MARANHÃO, 2022).

A importância de um administrador para conduzir a gestão de um parque estadual e a relevância que tem para a cidade não estão apenas na criação da função e muito menos do cargo, mas na atuação e execução de projetos e programas que darão ao Parque o seu real valor para a cidade e seus frequentadores. Desse modo, cada item apontado no decreto precisa ser respeitado e executado de forma que seja alcançado corretamente.

A partir das atribuições pontuadas no decreto e das ações realizadas pela secretaria responsável, fica constatado que, diante das observações feitas ao longo da pesquisa de campo e segundo relato de alguns moradores, é visível o descaso do poder público, não cumprindo o que determina o decreto. Para esses moradores, as ações voltadas para o lazer são restritas e favorecem um determinado local, quando em toda a sua extensão existe diferença de equipamentos de lazer, embora a Lagoa represente um espaço livre para todos.

Somado a isso, em 8 de junho de 2009, foi encaminhado o documento “Proposta Esportiva de Revitalização do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen”, para o Secretário de Estado de Esporte e Juventude, Sr. Roberto Costa, encaminhado pelo Sr. Paulo César Pacheco Pereira, Administrador das Praças Esportivas do Parque

Ecológico da Lagoa da Jansen. Em conjunto com outras secretarias (Administração, Cidades, Cultura, Meio Ambiente, Segurança e Turismo) da gestão da Governadora Roseana Sarney, foi proposto um grande trabalho de revitalização esportiva (física e operacional) no entorno da Lagoa da Jansen.

Segundo o documento analisado, foram encontradas várias irregularidades que consistem, especificamente, na área de caminhada, correspondente a 5.300 m². Os itens apontados no documento são referentes às placas indicativas de localização e quilometragem, que estão sem condições de uso, todas danificadas, dificultando a localização de quem utiliza o espaço para a prática esportiva.

O documento aponta ainda a falta de orientação para os praticantes dessa modalidade, que consiste em avaliação física e prescrição do ritmo de caminhada; falta de um posto de atendimento no local para aferição da pressão arterial; ausência de segurança, iluminação e manutenção da pista de *cooper*, ciclovia, lixeiras e cortes das árvores; destruição total dos mapas de localização da Lagoa e atualização em geral. Também foram constatados danos nas estações de exercícios.

Dessa forma, no intuito de sanar os danos, foi proposto um planejamento estratégico. A ideia foi fazer parcerias com a população e empresas existentes no entorno da Lagoa da Jansen — nesse caso, academias que desenvolviam algumas atividades no referido espaço — com a perspectiva de dar mais visibilidade a essas empresas e à Secretaria de Estado de Esporte e Juventude (SESPJUV).

Diante do acordo firmado, ficaria na responsabilidade das academias: montagem de uma tenda ao lado da estação de exercício, para atender ao público praticante de caminhada, nos períodos da manhã (das 6 h 30 min às 9 h 30 min) e da tarde-noite (das 15 h 30 min às 20 h 30 min), para prestar os serviços de avaliação física subjetiva, aferição da pressão arterial e atendimento de um fisioterapeuta, orientando o praticante quanto à maneira, frequência ou meio que deve realizar sua caminhada.

Os avaliadores serão remunerados pela SESPJUV e auxiliados por acadêmicos do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), os quais receberiam ajuda de custo ou vale transporte. Como parte da parceria, as academias também ficariam responsáveis pela substituição de todas as 53 placas indicativas de localização, adoção de uma ou todas as estações de exercícios da pista de *cooper* e pela sua manutenção e conservação.

Assim, as academias parceiras teriam direito em divulgar as suas marcas nas placas indicativas, fazer a montagem de uma tenda para divulgar as atividades desenvolvidas por elas e indicar o profissional para exercer as funções de avaliador, orientador físico e fisioterapeuta. Segundo a secretaria, o sucesso dessa parceria só seria possível se houvesse envolvimento dos órgãos públicos, como a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), Secretaria de Estado da Infraestrutura (Sinfra), SESPJUV, Limpel Limpeza Urbana Ltda. e Instituto Municipal da Paisagem Urbana (Impur), e parceria com empresas privadas (academias).

Os idealizadores do projeto apontam que, a partir da vontade política e da dedicação de cada membro envolvido, seria importante a Lagoa ser transformada em um dos maiores cartões postais da cidade e o mais bonito, igualando-a à importância do Cristo Redentor para os cariocas e a Torre Eiffel para os parisienses.

O documento em análise expressa toda uma preocupação em organizar o espaço da Lagoa, para que seja transformado em área de uso contínuo, democrático e prazeroso para aqueles que moram no entorno, assim como para outros que se deslocam de vários bairros de São Luís.

O segundo documento analisado, nº 24, datado de 15 de junho de 2009, também direcionado para a SESPJUV, ao Secretário Sr. José Roberto Costa Santos, enviado pelo setor de Supervisão de Praças Esportivas, sob a responsabilidade do Sr. Fernando Lima, solicita ao Setor de Licitação da referida secretaria procedimentos legais para contratar empresas visando à execução dos serviços de manutenção e conservação do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen. Esse documento segue as características do primeiro, apontando várias irregularidades no que tange ao espaço da Lagoa.

Chama atenção, no documento mencionado, os seguintes pontos: posto de informações turísticas, parque infantil de madeira, quadras poliesportivas, quadra de voleibol, estação de exercício de madeira, quadras de tênis, parque infantil de fibra, quadra de rampas de *skate*, pista de bicicross, ponte para pedestre, entrada do mirante, mirante e trilhas, arena *beach soccer*, concha acústica, bosque da Lagoa, sede da administração, pista de *cooper* e de ciclovias e comporta.

As orientações sugeridas são que sejam feitas limpezas, coletas de lixo, consertos, capina, contratação de vigilância privada e de pessoal para coordenação, pintura e limpeza. Alguns dos itens citados não compõem, hoje, o meio do parque,

que são: parque infantil de fibra e mirante. A administração, que na época funcionava na costa acústica, atualmente está localizada próximo do posto de polícia.

Os dois documentos analisados referem-se a quando a Lagoa estava sob a responsabilidade da secretaria citada. O texto final do documento em pauta faz a seguinte consideração:

O Parque Ecológico e Estadual da Lagoa da Jansen apresenta problemas, consideravelmente graves, tanto na sua administração, quanto na sua manutenção, preservação e urbanização, que se avolumam de forma gigantesca ao longo do tempo, seja por gestão deficiente, seja pela escassez de recursos humanos e financeiros, capazes de implementar as ações que se fizeram necessárias no transcorrer de sua vida útil aos dias atuais.

O terceiro documento analisado, vindo da Supervisão de Praças, aponta algumas benfeitorias a serem providenciadas para a Lagoa da Jansen, tais como a aquisição de carregador de baterias para o carro elétrico que atende aos usuários do Parque, a Situação do Comitê do Parque e melhores condições de trabalho para os servidores da Administração.

O quarto documento analisado, nº 85/2015, vindo do Supervisor de Praças Esportivas, o Sr. Fernando Lins, para o Secretário de Estado do Esporte e Lazer, o Sr. Márcio Batalha Jardim. Vale lembrar que se trata da gestão do Governo Flávio Dino, a nomenclatura da secretaria não é a mesma, abrangendo apenas as áreas do esporte e lazer, sendo designada Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (Sedel).

O documento supracitado enfatiza os vários decretos editados a respeito do posicionamento do espaço em estudo, cujo objetivo é tornar a Lagoa “verdadeiro cartão postal de São Luís”, mas que, ao longo dos anos, sofreram alterações de poder administrativo, impossibilitando uma “melhor qualificação específica do funcionamento mais preciso e confiável”. Diante disso, o funcionamento da Lagoa se dá através do Comitê Gestor, composto pelas respectivas secretarias:

- a) Secretaria de Estado do Meio Ambiente – compete autorizar, fiscalizar, monitorar e acompanhar as atividades na área da APA;
- b) Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – compete administrar e conservar espaços e equipamentos esportivos, pista de *skate*, bicicross, quadra poliesportiva, quadra de tênis, arena *beach soccer* e quadra de vôlei de praia;

- c) Polícia Militar do Maranhão – compete manter a segurança permanente desse espaço, no que se refere às pessoas e ao patrimônio público;
- d) Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – compete manter e conservar as obras de engenharia desses espaços;
- e) Secretaria de Estado da Cultura – compete administrar e conservar a Concha Acústica e o Anfiteatro.

Dessa forma, ficam claras as atribuições de cada secretaria. Em 14 de novembro de 2012, o Decreto nº 28.690/2012, em vigência, reclassificou o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen para Unidade de Conservação de Uso Sustentável do tipo APA da Lagoa da Jansen e deu outras atribuições, revogando outros decretos de respectivos interesses do local. Com o novo decreto, ficam excluídas as seguintes secretarias: Secretaria de Estado da Cultura (Secma), Secretaria de Estado do Turismo (Setur), Sinfra, Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (Segep) e Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) (MARANHÃO, 2012).

Com a exclusão das secretarias, ficou o vazio das competências, relativo aos espaços físicos, tais como: Concha Acústica, Anfiteatro, divulgação do potencial turístico e outras competências. Portanto, sendo de sua responsabilidade alguns dos equipamentos de lazer, a Sedel tem interesse em dialogar com todas as secretarias para o bom uso da Lagoa.

Com isso, apresenta uma proposta a fim de que seja montada estrutura para as práticas de competição náutica (canoagem, remo e pedalinho), a exemplo, conforme cita o documento, da cidade de Recife, quando utiliza as margens do Rio Capiberibe, entre as Pontes Conde da Boa Vista e Duarte Coelho. Assim como os demais documentos já analisados, ele também faz o registro para o item segurança, quando solicita o reforço da Polícia Militar e do Comando de Polícia de Turismo (CPTUR), com destaque para o slogan “Lagoa segura”.

O Parque Ecológico da Lagoa da Jansen não envolve apenas questões relacionadas ao lazer. A questão ambiental também faz parte, pois está inserida em uma região de intenso comércio e moradia em que os esgotos são jogados direto na Lagoa, conforme define o documento produzido pela Caema, intitulado *Relatório de identificação – cadastro em pontos de lançamento de esgotos “in natura” na orla das praias*.

Obedecendo à Portaria nº 443/2012, foi construída ainda uma comissão composta pelos empregados, para preceder o levantamento, identificação e cadastro de pontos de lançamento de afluentes sanitários de responsabilidade da Caema, que fluem para a bacia hidrográfica e rede de drenagem que atingem as praias da Ponta D'Areia, São Marcos, Calhau, Marcela, Praia do Meio, Olho D'Água e Araçagy.

Conforme consta no relatório, a equipe intersetorial iniciou a primeira etapa com a inspeção da Praia da Ponta D'Areia, precisamente na Avenida Nina Rodrigues (em frente ao manguezal), terminal do Corpo de Bombeiros, Estação Elevatória de Esgoto (EEE) Ponta D'Areia (Iate Clube), entorno da Lagoa da Jansen — registro feito por meio de fotografias e cadastro técnico.

No resultado da primeira etapa, foram identificados pontos de lançamento de esgotos ao longo do percurso feito entre a Praia da Ponta D'Areia e o entorno da Lagoa da Jansen, sendo a maioria (área da Lagoa) proveniente de derivações (*bypass* – dispositivo de controle de passagem de fluídos como óleos etc.) da rede de esgotos para a rede de drenagem, como bares, casas comerciais e residenciais. Vale destacar, então, os pontos identificados: cadastro, lançamento de esgotos na rede de drenagem (D) e córregos-mangues (C) na Lagoa da Jansen:

- D 1 Bar da Mendonça
- D 2 Bar Creole
- D 4 Rua Projetada
- D 5 Bar Kitaro (inexistente)
- D 6 Bar “Por Acaso” (inexistente)
- D 7, 8 e 9 – Rua Coronel Amorim
- D 13 Rua São José (referência: Restaurante Passo Fundo, Tio Pepe)
- D 14 Rua dos Maçaricos
- D 15 Extravasor da EEE 1.2
- D 17 Rua dos Corrupções
- D 18 Concha Acústica (rio de esgotos)
- D 21 Rua das Alamandas
- D 23 Rua Antúrios
- D 23 Rua das Gardênia
- D 23 Rua dos Lótus
- Ponta D'Areia (Península):

C 5 – Avenida Nina Rodrigues, C 13 e C 6 – Avenida Nina Rodrigues com Rua 19.

Após análise dos documentos, entendemos que, por diversas vezes, houve por parte dos responsáveis (governos) tentativa de buscar soluções para equacionar os problemas existentes na Lagoa, quer sejam de ordem estrutural ou administrativa. O engajamento de diversas secretarias e as sequentes trocas de gerenciamento não foram suficientes para solucioná-los, sendo apontada, em vários momentos, a falta de profissionais habilitados.

Considerando a atual situação da Lagoa, alguns dos itens já citados ao longo do trabalho passaram por reformas e adequações no sentido de melhor servir a população que a utiliza para praticar o lazer, mas ainda estão distantes de alcançar o ponto ideal. A falta de segurança, de limpeza constante e (o mais importante) da despoluição total da Lagoa são quesitos lembrados por todos que moram no entorno e pelos frequentadores.

3.1 Teoria do Desenvolvimento Desigual

Para Smith (1988), três escalas primárias surgem com a produção do espaço sob o capitalismo: o espaço urbano, a escala da nação-Estado e o espaço global. Em distintos graus, cada umas dessas escalas separadas são historicamente dadas antes da transição para o capitalismo. Inerente à determinação do valor, a criação de um espaço-economia é integrada e organizada nessas escalas.

Em um nível mais baixo, o espaço urbano está dividido entre espaços de produção e espaços de reprodução, que levam à concentração local de atividades e usos específicos, indústria, transporte, residencial, recreação, varejista, comércio e financeiro. Dessa forma, o espaço em estudo se enquadra nos interesses do capital. O mesmo autor afirma:

Entre os teóricos do subdesenvolvimento e mundo desenvolvido Samir Amim é provavelmente quem vai mais longe na diferenciação entre mundo subdesenvolvido e mundo desenvolvido. Para Amin, o capitalismo periférico tem uma estrutura fundamentalmente diferente do capitalismo central. Enquanto o capitalismo central conhece a acumulação auto-centralizada [sic], as “formações sociais” periféricas conhecem uma estrutura de desenvolvimento essencialmente desequilibrado. No centro, o desenvolvimento gira em torno da produção de “bens de capital” e do

incentivo ao consumo de massa; na periferia, contudo, é a produção para a exportação e o consumo de bens de luxo que formam a base da economia, sendo uma estrutura essencialmente desequilibrada. (SMITH, 1988, p.167).

Por conseguinte, a orla marítima de São Luís, principalmente a Ponta d'Areia ganha novos significados. Analisando o contexto por uma escala nacional, percebemos também mudanças que interferem no uso da orla marítima em algumas regiões do país. A importância da orla como espaço de lazer encontra respaldo no poder público, que, percebendo sua relevância social, trata de “arrumar” e estruturar áreas que antes eram impróprias para dadas categorias sociais, e que, influenciado pelo capital imobiliário, redefine o espaço urbano.

É, então, a partir do processo de produção do espaço que Smith (1988) parte para a construção de sua concepção de desenvolvimento desigual. O espaço é alvo de cobiça do capital, sendo uma mercadoria que varia de valor conforme a sua localização. Não só o espaço tem a necessidade de se desenvolver, mas o homem se fundamenta no desenvolvimento das suas relações no espaço. Considerando a tripartição espacial, o desenvolvimento desigual e a diferenciação territorial se complementam e se tornam essenciais para o sistema capitalista de produção.

Assim, a economia do espaço cria condições para se erguer, impondo os seus interesses. Para Harvey (2005), a atividade capitalista produz o desenvolvimento geográfico desigual, mesmo na ausência de diferenciação geográfica em termos de dotação de recursos e possibilidades, fatores que acrescentam o seu peso à lógica das diferenciações e especializações espaciais e regionais.

Desse modo, a transformação do espaço em mercadoria caminha para as mãos do capital, o qual determina quem tem o direito de utilizá-lo da melhor forma possível. O espaço transformado faz parte do processo, que beneficia o capital e cria um conjunto de desigualdades socioespaciais que, ao longo do tempo, estabelecem as relações de poder. Os sinais de poder estão inseridos em diversas escalas, representados por bairros próximos ou distantes da zona litorânea.

É possível que esses espaços não necessitem de distanciamento para impor certos costumes. Com isso, as relações sociais se misturam em espaços “blindados”, possibilitando lazer diferenciado para cada grupo social. Nesse sentido, a Lagoa da Jansen se transformou em um espaço de status para poucos, cuja representatividade se dá através dos prédios residenciais de alto padrão e dos restaurantes requintados construídos nas últimas décadas, bem como do lazer.

O processo urbanístico ocorrido na Lagoa ultrapassou determinadas fases, o que impossibilitou uma reação dos menos favorecidos, ou melhor, dos excluídos de se organizarem para uma melhor condição social, embora a força do estado burguês se fez presente, quando na tentativa de retirar alguns moradores para outros pontos da cidade. Dentro desse prisma, Harvey (2004, p. 111) afirma:

O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mas capaz de orquestrar mais arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito.

Nessa linha de análise, o espaço urbano, de acordo com Botelho (2007 apud DRUMM; SILVEIRA; BRANDT, 2018), tem cada vez mais importância para o capital. Um exemplo do uso do espaço urbano produzido em consonância com interesses do capital financeiro é a construção de *shoppings*, centros empresariais, empreendimentos de turismo e lazer, grandes condomínios verticais e horizontais, hotéis e *flats*. Esse cenário foi constituído ao longo dos anos no espaço da Lagoa, proporcionando segregação.

A respeito, Seldin (2015, p. 70) assinala que, nas cidades, há em curso:

[...] um “planejamento cultural estratégico”, que combina os conceitos de “planejamento cultural” [...] e de “planejamento estratégico” [...]. O primeiro se refere à combinação dos equipamentos culturais com design urbano, tendo como implicação um conceito ampliado de cultura, que, mais do que o campo das artes, abrange também a indústria cultural, o turismo, o patrimônio histórico e o lazer. Já o segundo carrega um caráter mais crítico, condenando a forma de pensar o espaço em função de interesses específicos dentro de um esquema internacional de competição. Nesse contexto, a predileção por certas áreas de maior visibilidade da cidade surge como uma das maiores críticas acerca da “culturalização” urbana, pois gera níveis de desenvolvimento díspares entre as regiões ou entre as próprias cidades. Consequentemente, o acesso aos novos espaços culturais também é desigual, uma vez que privilegia apenas certas camadas da população.

Os que permanecem resistem às intempéries do dia a dia, ficando clara a distinção entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos, mantendo distância dos muitos que sobrevivem e que não têm acesso a moradias adequadas. A ideia de desenvolvimento perpassa por um discurso excludente, que não oportuniza, mas apenas utiliza como ferramenta de trabalho. Segundo Smith (1988, p. 122) aponta:

Entre o primeiro e o terceiro mundos, estão hoje irremediavelmente nubladas e a pobreza dos povos mais pobres torna-se cada vez maior, mais ampla e mais obscena do que as épocas precedentes como testemunham as séries infundadas de fomes antropicamente induzidas na África subsaariana. Os destinos das diferentes regiões subnacionais divergem dramaticamente; agora as regiões não são mais necessariamente entidades subnacionais, mas sim produtos diretos do mercado mundial e do sistema de produção.

O desenvolvimento geográfico desigual, a produção do espaço e os ajustes espaciais se conciliam com as diferenciações territoriais que se tornam elementos básicos do capital, como a acumulação, o trabalho, o consumo, o valor e a renda, os quais são essenciais para a análise dessa situação local, mas que se repetem em várias localidades, principalmente naquelas que agregam interesses econômicos.

Atualmente, a cidade pertence ao capital e pode ser pensada “como um ímã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra homens” (ROLNIK, 2004, p. 12). Essa cidade é essencialmente o lócus da produção, da concentração dos meios de produção, do capital, da mão de obra, mas é também concentração de população e bens de consumo coletivo (CORRÊA, 2011).

O tempo representa um ponto importante para o capital, quando de acordo com as demandas das elites, se materializa nos grandes prédios residenciais, nas áreas arejadas de fácil acesso, que possibilitam uma melhor relação. A desigualdade é símbolo dessas transformações ideológicas, impulsionada pelo capital, haja vista que o espaço produzido para fins de mercado é especulador e segregado, em que tudo muda com o dinamismo do capital-mercado especulativo.

O capital tem por base a especulação e a exploração, principalmente em localidades onde se tem certa valorização-acumulação da terra promovida por seus produtores, aspectos que se encaixam perfeitamente na região da Lagoa da Jansen, que se encontra em plena expansão imobiliária e onde, hoje, ainda habitam antigos moradores, que resistem a esse modelo. Esse processo homogêneo dinamiza, então, a propriedade privada, que é essencial para o desenvolvimento do capitalismo.

A globalização modifica, assim, as relações sociais, “aproximando” todos em espaços segregados. As cidades tornaram-se espaços de disputas, revalorizando e desenvolvendo-se. A configuração global atual interfere no mundo contemporâneo e direciona as novas formas de viver. Desse modo, o caos urbano e as grandes aglomerações e redes intercalam-se e direcionam os investimentos feitos pelos agentes do capital, dinamizando a localidade selecionada (SANTOS; MANOLESCU, 2008).

No entanto, os fatos que aceleram a forma de fazer a produção do espaço desigual estão articulados em benefícios das áreas urbanizadas. A base determina o processo de gentrificação, exclusão e segregação social, habitacional, que fragmenta o espaço, território. Com isso, inclui-se nesses processos o que podemos chamar de “negação do direito à moradia e à cidade”, que acarreta inúmeras situações e consequências ruins ao convívio social, como é o caso da violência e da questão da moradia, com destaque para a sua qualidade.

Há uma regra básica para aqueles que se beneficiam do capital imobiliário. O mercado financeiro, em união ao mercado imobiliário, organiza o espaço urbano à medida que cresce a necessidade de moradia, estabelecendo dados parâmetros de funcionalidade e acarretando um desequilíbrio social visível na maioria das cidades brasileiras. Portanto, o espaço em estudo se encaixa nesse modelo, pois há diversos atores envolvidos, divididos por classes que ocupam o mesmo espaço, mas com oportunidades diferenciadas de usos.

Nessa esteira, conforme evidenciam Drumm, Silveira e Brandt (2018, p. 149), ao considerarem o espaço urbano um território, isto é, um espaço construído, “no qual os sujeitos são atores e protagonistas e se posicionam diante do processo de reestruturação produtiva, destacam-se duas abordagens de desenvolvimento: a globalização e a regionalista”.

A primeira abordagem, fortemente marcada pela homogeneização e menor participação do Estado, pauta-se na competitividade e na organização de empresas em redes globais, o que as caracteriza pela sua especificidade, determinada por um processo de venda e exploração do território. A segunda, pautada na territorialização do desenvolvimento, ocupa-se com a valorização das identidades regionais, que se constituem pela diversidade e, em razão do protagonismo local e regional, conformam-se como particularidades.

Os reflexos oriundos das duas abordagens são representados por cada etapa da urbanização ocorrida na Lagoa da Jansen, de modo que o crescimento da cidade é impulsionado pela globalização e pelo capital externo. Assim, o capitalismo, na busca por novas recombinações, procura valorizar e reproduzir o capital por meio da apropriação de espaços por incorporações imobiliárias.

Segundo Harvey (2009), as diferenças, mais que processos históricos, são perpetuamente reproduzidas por processos políticos, econômicos e sociológicos que ocorreram no passado e ocorrem no momento presente — agora, cada vez mais

aceleradas pela globalização, são perversamente potencializadas e apropriadas pelas forças capitalistas em seu próprio benefício.

Essas representações são típicas do Estado burguês, com as suas regras contratuais, impulsionado pelas instituições de mercado, com normas, ou seja, que regulamentam. Com isso, ele assume papel central na acumulação original, sendo o agente principal da dinâmica do capitalismo global. Nos termos de Harvey (2004, p. 79): “A formação do Estado em associação com o surgimento da constitucionalidade burguesa tem sido, por conseguinte, características cruciais da longa geografia histórica do capitalismo”.

3.2 Políticas Públicas do Lazer na Lagoa da Jansen: lazer como categoria de estudo

Figura 7 – Mapa representativo de lazer – Zona I



Fonte: Autor (2022).

Figura 8 – Mapa representativo de lazer – Zona II



Fonte: Autor (2022).

Os espaços urbanos são construídos a partir do crescimento do contingente populacional de uma região. Assim, o tempo histórico é responsável pela dinâmica da sociedade que representa. Para Rodrigues (2019), a arquitetura das cidades é testemunha e, ao mesmo tempo, resultado da forma como as sociedades se relacionam nos espaços, das pessoas entre si e com o meio. As mudanças que ocorrem nos espaços urbanos são frutos de importantes marcos históricos.

O espaço em estudo representa esse marco histórico quando discutimos a mudança urbana ocorrida na cidade de São Luís e as relações com as práticas do lazer. Segundo Pacheco (2019, p. 24):

A cidade, para maioria da população, é o equipamento mais oportuno para que as vivências do contexto do lazer consigam se desenvolver, pois, é nela que encontra o maior número de habitantes. Sendo assim, é na cidade que se encontra o local mais propício para estimular e desenvolver as produções no âmbito do lazer e atingir um número expressivo de participantes.

Mas, para que isso ocorra, é preciso a implantação de políticas públicas adequadas que socializem e democratizem os espaços públicos. Considerando a região da Lagoa da Jansen como espaço público, o processo de urbanização a transformou em uma grande área para o lazer (Figuras 7 e 8).

Sendo o Estado o condutor das políticas públicas ofertadas, é importante a interlocução com ampla participação dos habitantes da cidade. Para Pacheco (2019), as políticas públicas caracterizam-se por um conjunto de planos, ações e metas, voltado a solucionar problemas de interesse público e ao bem-estar da sociedade. O autor expressa uma condição em que políticas públicas não fazem apontamento de classe social. O fundamento principal é atender a todos independentemente da classe social e local. Segundo Silva (2008, p. 150):

De acordo com o Manual de Capacitação do Conselho Municipal de Políticas Públicas, esta é entendida como o conjunto de ações que devem ser desenvolvidas pelos municípios, estados e União para atender às necessidades básicas da sociedade com bens e serviços que garantam uma vida digna, ou seja, são ações do governo referentes à saúde, educação, lazer e a outras áreas e serviços essenciais à vida na cidade.

A importância da implementação de políticas públicas de lazer faz com que um maior número de pessoas tenha acesso. Desse modo, é primordial a manutenção ou construção de espaços públicos capazes de comportar e dar acesso livre, não só quantitativa, mas sobretudo qualitativamente, impedindo o controle daqueles que propagam o lazer como mercadoria.

A prática do lazer não depende necessariamente de um equipamento, mas está condicionada a um espaço. Para Santini (1993), é possível exercer atividades de lazer sem um equipamento, mas não sem a existência de um espaço. Discutindo as práticas do lazer praticado na Lagoa da Jansen após a urbanização, observamos uma segregação em dadas áreas do espaço em estudo. Segundo Bruel e Vargas (2011, p. 22):

Ao se estabelecer políticas públicas para uma cidade há que se aprofundar nas reflexões sobre as questões geradoras das desigualdades sociais. Ao se considerar a situação caótica gerada pelo processo excludente de urbanização, que empurra a população menos favorecida para as margens da cidade, forçando o jargão que lhe é pejorativamente conferido – de marginal, e pela lógica da economia de mercado, que é regida pela competição, que cria situações opostas aos interesses coletivos, depara-se com a máxima da “crise de valores” que assola a sociedade contemporânea e dificulta o pleno exercício da cidadania.

Essa cidadania sofre, então, com os obstáculos acarretados pelo discurso hegemônico, evitando o livre acesso aos espaços de lazer. É relevante a legitimidade das políticas públicas de esporte e lazer por parte dos governantes, fazendo com que

sua importância deixe de ocupar a lista de últimas prioridades para o bem-estar do cidadão em sua coletividade. Conforme Flores (2013, p. 37):

No Brasil a partir de 1988, o planejamento da cidade tornou-se exercício obrigatório, na medida em que a Constituição Federal (nos artigos 182 e 183) dispõe sobre a ordenação do processo de desenvolvimento das funções sociais da cidade, para garantir o bem-estar dos habitantes. Entretanto, só em 2001, com a aprovação do Estatuto das Cidades, é que foram regulamentados os artigos da Constituição sobre a função social da propriedade e da cidade – Lei 10.257-01. O Estatuto da Cidade estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso de propriedade urbana em prol do bem coletivo, segurança e bem-estar dos cidadãos, bem como equilíbrio ambiental (cap. I, art. 1º, parágrafo único).

Os direitos sociais, quando são garantidos em sua amplitude, favorecem o melhor ordenamento das cidades, evitando conflitos e disputas por espaços. Nesse prisma, Bonalume (2007 apud FLORES, 2013) acredita que, mais do que oferecer programas e atividades, uma política pública precisa criar condições para que o lazer passe a ser um valor indispensável na vida das pessoas, mudando a qualidade dessa vida e fazendo com que a população passe a buscar tal direito junto ao poder público. Acerca de política pública de lazer, Marcellino *et al.* (2007, p. 8) explicam que:

[...] falar numa política de lazer significa falar não só de uma política de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados, e não em política de animação como processo; significa falar em redução de jornada de trabalho - sem redução de salários, e, portanto, numa política de reordenação do tempo, numa política de transporte urbano, etc.; significa, também, falar numa política de reordenação do solo urbano, incluindo aí os espaços e equipamentos de lazer, o que inclui a moradia e seu entorno; e, finalmente, numa política de formação de quadros, profissionais e voluntários para trabalharem de forma eficiente e atualizada.

Diante disso, percebemos a contradição no espaço da Lagoa da Jansen, quando relacionado com as práticas do lazer, o espaço, os frequentadores, os novos e os antigos moradores. Conforme indicado pelos participantes da pesquisa, antes do processo de urbanização, além do abandono, não havia nenhuma preocupação por parte do poder público com a pavimentação e a valorização ambiental da região.

Por ter moradores de baixa renda inseridos em uma área de mangue, o Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, a reestruturou, construindo praças, pista para bicicross, ciclovia, quadra de tênis e calçada para caminhada. A iniciativa privada, aproveitando os benefícios alocados pelo poder público, construiu

ambientes requintados, transformando a localidade em novo espaço de lazer, sendo hoje um dos principais pontos da sociedade ludovicense.

Em contrapartida, ainda habitam antigos moradores (por enquanto, já que a localização passa por um processo de especulação imobiliária) em seus arredores, cidadãos de baixa renda, com moradias humildes e que não dispõem de condições financeiras para frequentar restaurantes e bares, visto que a relação desse espaço entre os antigos moradores era bem diferente. A utilização era feita de forma direta, sem intervenção, e o lazer era praticado de maneira livre, existindo uma afetividade com o espaço, onde essa relação afetiva passa a ter um significado para o indivíduo.

Prevalendo os privilégios gerados pelo processo de urbanização, já os novos moradores, tanto dos prédios residenciais de alto padrão como das casas, mantêm uma distância no tocante aos modelos das moradias, impondo padrões de vida que, antes da urbanização, não eram vistos. A urbanização não só melhorou a área, como as opções de lazer foram diversificadas, dispondo de vários equipamentos ofertados pelo poder público. Ademais, tais moradores possuem recursos financeiros que os possibilitam ir a outros lugares.

Em comparação, os antigos moradores, situados na Rua Pedro Neiva de Santana ou Calçadão da Lagoa ou Ciclovía, embora utilizem o espaço da Lagoa, no seu dia a dia, como caminho para o trabalho, não dispõem dos mesmos recursos financeiros e de uma área adequada para o lazer próximo de suas casas, ficando limitados apenas à área do Calçadão e da Ciclovía. Segundo Santos e Manolescu (2008, p. 2):

Em uma cidade o lazer pode ser realizado em diversos locais, locais esses que muitas vezes, são construídos exclusivamente para o lazer dos moradores e que são considerados espaços públicos, ou seja, espaços de uso comum ou de posse coletiva, pertencentes ao poder público.

Embora o espaço da Lagoa denomina-se espaço público, o seu uso está condicionado a determinadas categorias, com livre acesso para uns e limitado para outros. Assim, acaba-se segregando o espaço público devido ao grande apelo de consumo, o que estimularia a discriminação. Entretanto, o espaço público não pode se manter como área de circulação para alguns grupos e como lazer para outros. Dessa forma, o significado de espaço público perde a característica de socialização. Para Rolnik (2000 apud MARCELLINO, 2002, p. 184), é importante:

[...] implementar uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade do espaço da cidade, na retomada da sua multifuncionalidade e beleza, na retomada da idéia [sic] de uma cidade que conecta usos, funções e pessoas diferentes, em segurança. Esse modelo não só é urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, mas também porque é mais sustentável.

Os espaços públicos construídos nas cidades precisam alcançar a todos, dispor de acesso e formas que despertem interesse independentemente do contexto social. Nos termos de Marcellino (2002, p. 161):

Se o espaço para o lazer é privilégio de poucos, todo esforço para a sua democratização não pode depender unicamente da construção de equipamentos específicos. Eles são importantes e sua proliferação é uma necessidade que deve ser atendida. Mas a ação democratizadora precisa abranger a conservação dos equipamentos já existentes, sua divulgação, “dessacralização” e incentivo a utilização, por meio de políticas específicas, e a preservação do patrimônio ambiental urbano.

Tendo em vista os aspectos naturais da Lagoa da Jansen, é importante a conscientização para as questões ambientais, tanto por parte do poder público como da sociedade, para que, de algum modo, a área seja útil em todos os seus aspectos.

A visão utilitarista do espaço é determinante também nos processos de renovação urbana, ou seja, nas modificações do espaço já urbanizado, ditadas pelas transformações verificadas nas relações sociais. Além da alteração da paisagem, fato mais facilmente observado e que, pela ausência de critérios, geralmente contribui para a descaracterização do patrimônio ambiental urbano e a perda das ligações afetivas entre o morador e o habitat, há a diminuição dos equipamentos coletivos e o aumento do percurso casa-trabalho, enfim, o favorecimento de pequenos grupos sociais em detrimento dos antigos moradores. (MARCELLINO, 2002, p. 152).

As transformações ocasionadas pela urbanização alteraram a maneira de uso, considerando as diferenças sociais existentes em torno do espaço. Se o lazer é colocado pela sociedade capitalista como momento de consumo, o espaço para o lazer também é visto como espaço para o consumo (MARCELLINO, 2002), ou seja, a relação espaço-lazer-consumo é possível para determinada categoria, que, com os seus hábitos elitistas, ou melhor, burgueses, contribui para a transformação do lazer em mercadoria, perdendo o verdadeiro sentido (MARCELLINO *et al.*, 2007).

É necessário que o poder público esteja ciente dos riscos de se tratar da questão do espaço, em especial do espaço de lazer, conforme a lógica do mercado e

a especulação imobiliária. O lazer é considerado um direito social tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1948, quanto na CF/88 (BRASIL, 1988), assim como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

A discussão sobre o lazer surge a partir das tensões existentes no bojo da modernidade. As forças de produção nascente remetem a uma cultura de dominação que pretende impor em seus espaços um modelo de como o lazer deve ser praticado e o uso do tempo livre. De acordo com Mascarenhas (2003), o lazer é um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, materializado como tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar e organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia.

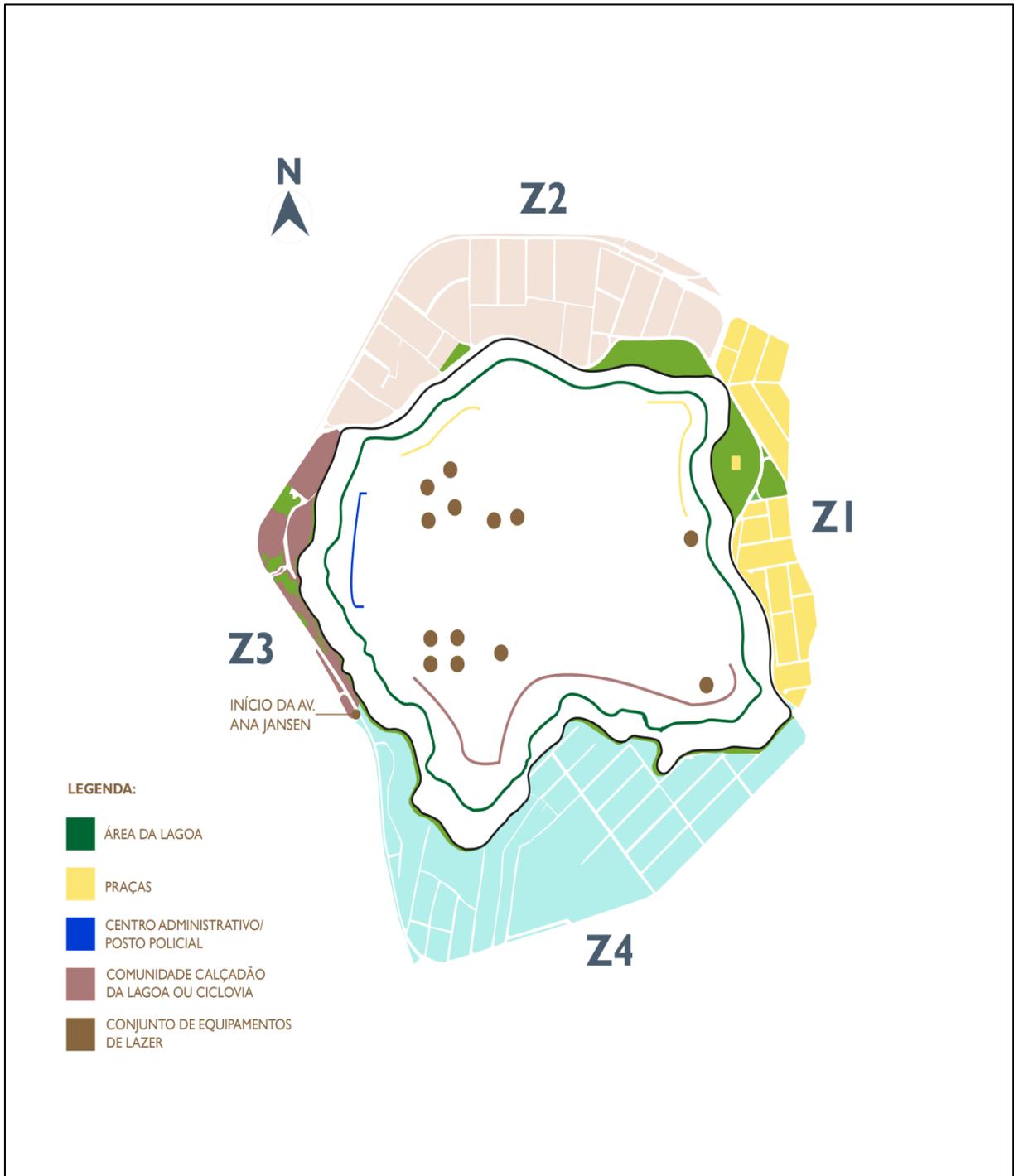
Como afirma Faria (2008), pensar a cidade pressupõe viver nela e vivê-la. Diante disso, a cidade, ou melhor, os espaços de lazer são construídos a partir do interesse do capital, direcionado para o proveito de poucos. Segundo Silva (2020), o lazer continua sendo patrimônio do consumo cultural das elites, uma vez que nem todos os seus tipos e formas estão ao alcance de toda a humanidade, embora a nova ordem social proclame como direito e o reconheça como extensivo a todos.

Nessa ótica, Marcellino (2007, p. 3) explica que a relação que se constitui “entre lazer e sociedade é dialética, ou seja, a mesma sociedade que o gerou e exerce influências sobre o seu desenvolvimento também pode ser por ele questionada, na vivência de seus valores.”. Portanto, é fundamental a experiência do cotidiano, de movimentos e elementos materiais e imateriais que irrompem de memórias coletivas e individuais, que também estão na cidade.

Assim, o lazer se configura na vida das pessoas, em que a cidade remete ao moderno e ao dinâmico e requer espaços para tal. Nesse sentido, a CF/88 assinala que o lazer é um direito de todos (BRASIL, 1988), todavia cabe ao Estado proporcionar os meios adequados e o desenvolvimento de políticas públicas para o fomento dessa atividade.

4 ANÁLISE DOS DADOS: observações e pesquisa de campo

Figura 9 – Mapa de localização – observação e pesquisa



Fonte: Autor (2022).

As informações levantadas no presente capítulo correspondem à pesquisa documental (Plano Diretor, decretos e leis); pesquisa de campo (com questionários, entrevistas e registros fotográficos), em que pontuamos a importância das fotos, pois

darão ao leitor, principalmente àquele que não conhece a Lagoa da Jansen (Figura 9), uma perspectiva do lugar, capaz de fornecer elementos distintos de percepção do espaço relacionado ao texto; pesquisa bibliográfica e observações que permitiram apontar o contexto no qual se desenvolveu o estudo.

Uma questão relevante da pesquisa de campo é que todo o trabalho foi feito de bicicleta, cedida pelo gestor do Parque. O pesquisador fez uso de um colete caracterizado, uma vez que a identificação traria mais segurança, facilitando o acesso na área da comunidade mencionada.

Observação de campo

1º dia: 16.05.2021 (domingo)

Horário: 8 h às 9 h

O objetivo deste item é descrever quatro eixos de observação: acesso à Lagoa, serviços ambientais, gestão e usos para lazer. O percurso realizado durante a pesquisa de campo deu-se de bicicleta, aqui designado “pedaladas de campo”, em alguns momentos realizadas pelo pesquisador acompanhado e em outros, sozinho.

Nesse primeiro dia, foi observado um grupo de seis pessoas praticando o esporte caiaque. Segundo o monitor E., tal prática vem ocorrendo há seis meses com aluguel dos equipamentos, mediante duas modalidades: de passeio (dois lugares) e pesca (um lugar). Esses equipamentos são alugados por hora, no valor de R\$ 20,00 a R\$ 30,00 a partir das 6 h 30 min.

Esse esporte é uma iniciativa particular, ou seja, privada, o que pressupõe que a segunda modalidade, ou seja, a pesca, é esportiva e realizada por sujeitos com maior poder aquisitivo. Não obtivemos informações sobre se a prática tem autorização de algum órgão público ou, especificamente, dos bombeiros.

Nesse mesmo dia, observamos que a quadra de tênis (Figura 10) estava ocupada por um grupo de oito pessoas; duas pessoas utilizavam a academia ao ar livre; cinco pessoas faziam caminhada, sendo um casal e os demais sozinhos. Além disso, vimos grupos de ciclistas passando pela Lagoa da Jansen, mas sem utilizar a ciclovia (Figura 11).

Figura 10 – Quadra de tênis



Fonte: Autor (2022).

Figura 11 – Ciclovia



Fonte: Autor (2022).

Os demais equipamentos estavam sem uso nesse horário. Observamos ainda aspecto de “abandono”, falta de segurança (policciamento) e alguns pontos de sujeira, embora fiquem disponíveis pontos de coleta de lixo.

2º dia: 23.05.2021 (domingo)

Horário: 8 h às 9 h

As atividades observadas apresentaram poucas alterações, havia o mesmo grupo jogando tênis; o mesmo quantitativo de pessoas fazendo caminhada; e duas pessoas praticando caiaque. Quanto à limpeza, estava sendo feita capina em toda a extensão da Lagoa da Jansen, mas, no que tange à segurança, havia a ausência de policiamento, embora funcione um posto dos Bombeiros e da Polícia Militar.

3º dia: 30.05.2021 (domingo)

Horário: 8 h às 9 h

Observamos a presença de oito pessoas indo em direção ao local onde tinha um Mirante, fizeram alguns minutos de alongamento e, depois, se dirigiram à área de trilhas.

4º dia: 06.06.2021 (domingo)

Horário: 8 h às 9 h

Observamos movimento na quadra de tênis, seis pessoas do sexo masculino; e um grupo de ciclistas passando fora da ciclovia. Nos dias e horários que fizemos a observação, percebemos que os ciclistas não utilizavam a ciclovia. Duas pessoas utilizavam a área que corresponde à academia livre. Um casal fazia caminhada e uma pessoa do sexo feminino passeava com um cachorro.

Considerando o período pandêmico, não foi realizada, nesse momento de observação, nenhuma abordagem com os frequentadores para obter informações preliminares do uso do Parque. Devido à pandemia de Covid-19, suspendemos a pesquisa de campo por alguns dias. Nesse período de observação, percebemos o quanto é importante a prática de lazer ou atividade física.

Percebendo a Lagoa como área livre e próximo da natureza, os espaços públicos abertos ganharam atenção e a procura estava sendo intensa e bem utilizada pela população do entorno, assim como outras partes da cidade.

Após intervalo da observação de campo, ocasionado pela Covid-19. Com o avanço da vacina, planejamos o retorno para a Lagoa, seguindo os protocolos de segurança, uso de máscaras e álcool em gel, para melhor definir estratégias para as entrevistas, considerando local específico da Lagoa, dia e horário.

Pesquisa de campo

No dia 11.11.2021 (quinta-feira), às 9 h, agendamos um encontro com o gestor, o Sr. J. B. L. N. F., 33 anos, cursando Gestão de Projetos. Na oportunidade, conversamos sobre a sua função. Ele fez a apresentação do quadro de funcionários, estagiários e terceirizados:

- a) I. M. R., servidora da Segov-MA, 23 anos, estudante de Fisioterapia. Exercia, no momento da pesquisa, função administrativa no Parque da Lagoa, há dois anos, cumprindo horário de segunda a sexta-feira, das 8 h às 12 h e das 14 h às 18 h;
- b) L. M. C. C., estagiário, 21 anos, estudante do Curso de Ciências da Computação, 4º período. Exercia, no momento da pesquisa, a função há um mês. Suas atribuições eram: fazer ronda de fiscalização e atividades administrativas, cumprindo horário de segunda a sexta-feira, das 14 h às 18 h, e domingo das 16 h às 21 h;
- c) M. M., 26 anos, estudante do Curso de Agronomia. Um ano de tempo de serviço, mas, no momento da pesquisa, não integrava mais o quadro de funcionários;
- d) Dois terceirizados responsáveis pela limpeza do Centro Administrativo e da área em volta.

Após a apresentação do quadro funcional do Parque, o gestor convidou o pesquisador para o reconhecimento da Lagoa em sua total extensão. Nessa ocasião, ocorreu o primeiro contato com a comunidade da Rua Pedro Neiva de Santana – Calçada da Lagoa ou Ciclovía. Nesse momento, nos deparamos com uma realidade

espacial bem diferente e constatamos que existem “duas Lagoas”, considerando os aspectos sociais, infraestrutura, urbanização e ausência de equipamentos de lazer.

O início da pesquisa de campo ocorreu no dia 29.11.2021, no período da tarde, das 16 h às 18 h. O local escolhido fica próximo do Centro Administrativo da Lagoa, onde ficam o gestor e os demais funcionários. Além do Centro Administrativo, há um posto da Polícia Militar, que serve como base para atendimento aos turistas e outras ocorrências. Nesse dia, o pesquisador fez um reconhecimento da área, quando constatou que era intenso o movimento de pessoas circulando pelo Parque. Nessa etapa, aplicamos o questionário modelo “Frequentadores da Lagoa da Jansen”.

A continuidade da pesquisa ocorreu em dias seguidos e alternados devido a compromissos acadêmicos, visto que, no Mestrado, estava sendo oferecida a última disciplina (Seminário de Dissertação). Em 29.11.2021, demos sequência à pesquisa. Depois, houve mais uma parada, retornando nos dias 6, 7, 9, 10, 13 e 20.12.2021. Fizemos outra pausa, antes do Natal. Após essa data, não retornamos em virtude do aumento de casos de contaminação pela Covid-19. Levando em conta os dias que utilizamos entre a observação e a pesquisa de campo, contabilizamos um total de 13 dias na primeira etapa.

Após um período de afastamento da pesquisa em razão de compromissos acadêmicos, retornamos ao campo nos dias 17.05.2022 e 01.06.2022, permanecendo das 15 h às 17 h, finalizando a etapa de registro de imagens e contabilizando um total de 15 dias em atividades de campo.

No segundo momento de pesquisa de campo, retornamos com a intenção de fazer alguns registros de imagens da área. Como nos dias anteriores, foi utilizada a bicicleta do Parque, cedida por uma funcionária. Dessa vez, não foi possível usar o colete de identificação como ocorreu nos primeiros dias da pesquisa, enfatizando-se que ele contribuiu para garantir a segurança do pesquisador e um melhor acesso para circular pela Lagoa e, assim, facilitar o contato com alguns moradores.

É importante ressaltar que, no período das entrevistas, o pesquisador ficou conhecido por alguns moradores, e quando retornou ao campo foi reconhecido e questionado se tinha alguma novidade para eles em relação à urbanização, limpeza e segurança etc. Percebemos, então, o quanto é importante essa aproximação entre determinadas instituições — no caso específico, a universidade pública, Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por meio de um discente do Programa de Mestrado

em Desenvolvimento Socioespacial e Regional — e a população, principalmente em áreas de conflitos sociais.

Ao falar da pesquisa para alguns moradores, a perspectiva deles foi de que resolveria os problemas encontrados na comunidade, aumentando dessa maneira, mais ainda, a responsabilidade durante o estudo. Diante de conversas informais que tivemos com alguns moradores, ficou visível o vazio deixado pelo poder público.

Durante o contato com o campo empírico, o período de observação foi importante. Como já citado, propiciou compreender a dinâmica do Parque da Lagoa através de quatro eixos de observação: Acesso à Lagoa, Serviços Ambientais, Gestão e Uso para Lazer.

Em relação ao acesso, caso um cidadão de São Luís, que não é morador do bairro ou do entorno, deseja ir até a Lagoa e dispõe de uma condição própria, ou seja, de um automóvel, não terá dificuldade de chegar ao seu destino, pois é de “fácil acesso”, com avenidas e ruas que se interligam com vários bairros da cidade, mesmo percorrendo distantes quilômetros.

Por sua vez, os usuários do transporte público não encontrarão facilidade para chegar ao Parque da Lagoa, tendo em vista que o município não oferece linha de ônibus com circulação por dentro do Parque. Os ônibus que circulam na localidade passam pela Avenida dos Holandeses e Ponta D’Areia, sentido Centro-Renascença e São Francisco-Centro, ficando distante de alguns equipamentos de lazer. Utilizamos o termo “dentro” para sinalizar a área referente à Lagoa onde se encontra o “melhor” atrativo de equipamentos para a prática do lazer, como Praça do Foguete, brinquedos com acessibilidade, escorregadores, pula-pula, área livre para bicicletas, patins e *skates*.

Nessa área, há a comercialização de outros brinquedos, que funciona na categoria de aluguel para quem tem condições de pagar, e várias opções de lanches. Essa parte específica da Lagoa tem grande movimento de pessoas no sábado, domingo e feriados devido à oferta de brinquedos. Nesse espaço, acontecem também alguns eventos relacionados ao Carnaval (programação infantil, com bandas e outras brincadeiras).

Durante muitos anos, o espaço foi palco de um arraial, mas, em virtude de reclamações, a justiça suspendeu o uso. Na atual gestão estadual, as brincadeiras juninas retornaram ao espaço; dessa vez, na Concha Acústica, área específica para

shows. As apresentações acontecem aos domingos a partir das 19 h, como parceria entre a Secma, a Segov e a Setur.

No que tange à questão ambiental do Parque da Lagoa, foi algo bastante questionado por alguns moradores, principalmente pelos que a utilizam para pesca — lembranças de tempos em que a fartura de pescados era presente. A convivência com o mal cheiro e a sujeira ao longo de muitos anos, mesmo sendo fator de reivindicação, deixa de ser solicitação prioritária, quando tem disponível a tranquilidade que o espaço oferece.

No total, foram realizadas 53 entrevistas, sendo 31 frequentadores e 22 moradores da comunidade. Para os frequentadores, o modelo de entrevista adotado foi o semiestruturado, em que o entrevistado tem a opção de escolher uma resposta. Já para os moradores da comunidade, a entrevista foi com perguntas abertas a fim de alcançar melhor êxito nas respostas e percepções dos entrevistados com relação ao Parque.

4.1 Questionário aplicado aos moradores da Lagoa da Jansen (Comunidade Calçadão da Lagoa ou Ciclovía – Governador Pedro Neiva de Santana)

Considerando a área da Lagoa como espaço de usos múltiplos, não sendo exclusiva para o lazer, percebemos, ao entrevistar 22 moradores da comunidade, que alguns a usam como deslocamento para várias funções, lembrando que o acesso é muito utilizado por motoristas em deslocamentos para outras áreas de São Luís.

A definição de comunidade adotada se insere no contexto social fruto da problemática habitacional da cidade. A Comunidade Calçadão da Lagoa ou Ciclovía está localizada em uma Área de Proteção Permanente (APP) nas proximidades do mangue. Segundo Weimer (2005, p. 21):

Os mangues são formações típicas dos litorais tropicais. Plantas adaptadas à água salgada, especialmente do gênero *Rhizophora*, crescem na beira d'água nas desembocaduras dos rios e nas areias da praia, retendo entre suas raízes matéria orgânica em decomposição que forma uma lama negra da qual se alimenta uma rica fauna.

A riqueza de alimentos que possuía o mangue era outro motivo para se estabelecer nessa região, pois, além de saciar a fome, servia como renda para a

aquisição de outros produtos. Hoje, a prática da pescaria ainda é vista, mas sem a fartura de anos anteriores. De acordo com Moraes (1995, p. 35):

O resultado dessa situação tem sido o ingresso anual de elevada taxa de imigrantes procedentes, em sua maioria, do interior do Estado, e que aqui se incorporam em uma vida de marginalidade virtual ou efetiva. Desempregados ou subempregados, subalimentados e sujeitos a outros subs de suas vidas sem horizontes, juntam-se, por compreensíveis razões, aos contingentes da população miserável, cujo modo subumano de morar tem como símbolo a palafita.

Muitos desses moradores estão há mais de 40 anos situados em uma área permeada de dualidade entre: uma cidade informal, o aglomerado subinformal, cujas características remetem à inexistência de planejamento, sem rua e com casas sem requinte estrutural e ausência de espaço adequado para o lazer; uma cidade formal, planejada, repleta de embelezamento nas praças, ruas iluminadas e novas moradias em estilo vertical.

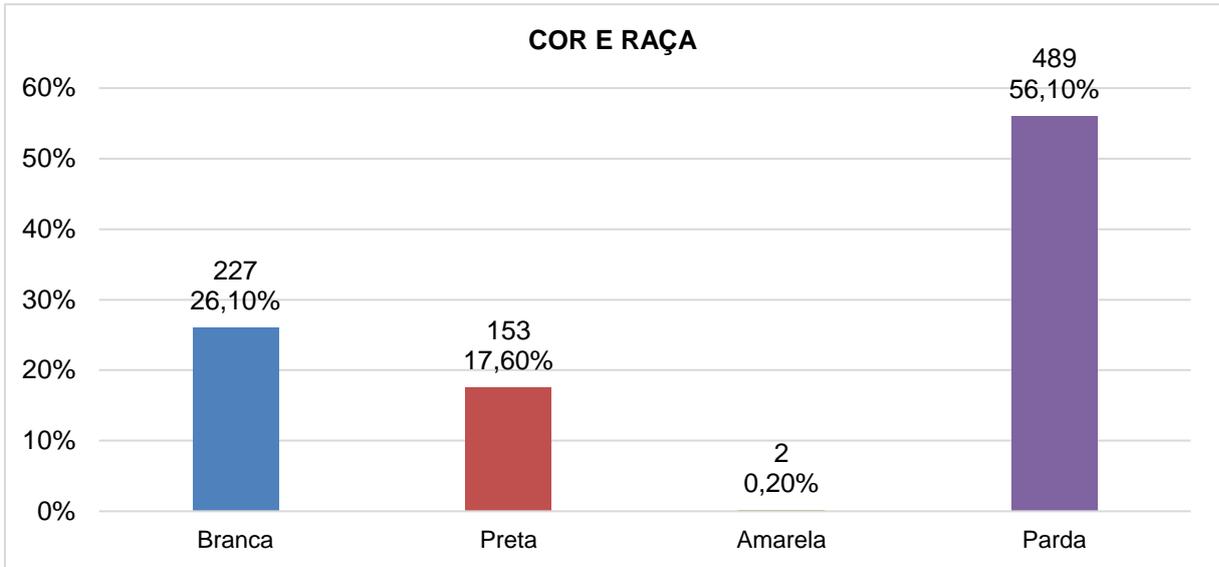
Mesmo com indiferenças sociais, a área da Lagoa vive em razão dessas categorias negligenciadas pelo poder público. Assim, a mistura social segregada entre novos moradores, frequentadores e Comunidade Calçadão oferece à Lagoa caminhos para resistir a entraves do dia a dia. Segundo desabafo de uma moradora:

Foi dada a oportunidade de permanecer aqui sem a expectativa de prosperidade, só a coragem e determinação. Hoje tenho minha casa, meu carro e sou dona do meu negócio, vendo flores em feiras livres [...]. O cheiro incomoda, falta de segurança também, mas estou perto da natureza (informação verbal).

Assim como essa moradora, outros também desabafaram em relação a morar na Lagoa. Alguns não tiveram a “sorte” de alcançar os seus sonhos. Viver nas proximidades da Lagoa é “bom”, no entanto poderia ser melhor se houvesse mais atenção das autoridades, com investimentos e melhorias, da forma como ocorreu do outro lado da Lagoa (Praça do Foguete).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), no Censo Demográfico de 2010, a área em estudo, isto é, a Comunidade da Ciclovía ou Calçadão da Lagoa, é próxima de quatro setores censitários: 146, 147, 148 e 1086, cujo levantamento entre a população residente, no quesito “cor e raça”, apontou os seguintes dados:

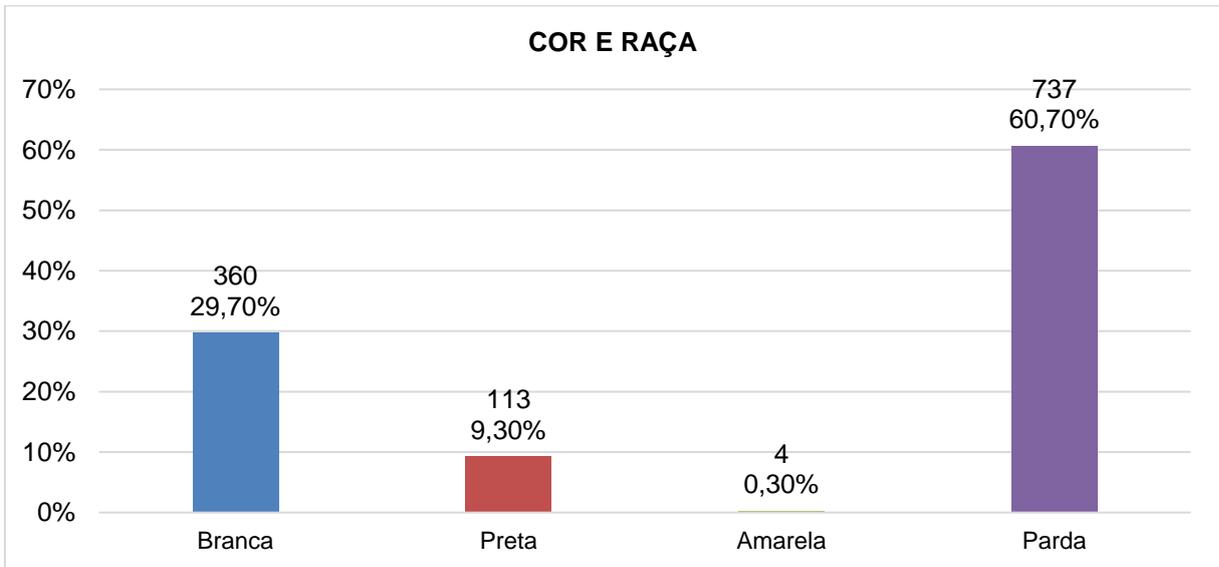
Gráfico 1 – Setor censitário nº 2111 3000 5000 146*



Fonte: IBGE (2010).

*Nota: Essa numeração representa: País, Unidade da Federação, Município e Subdistrito.

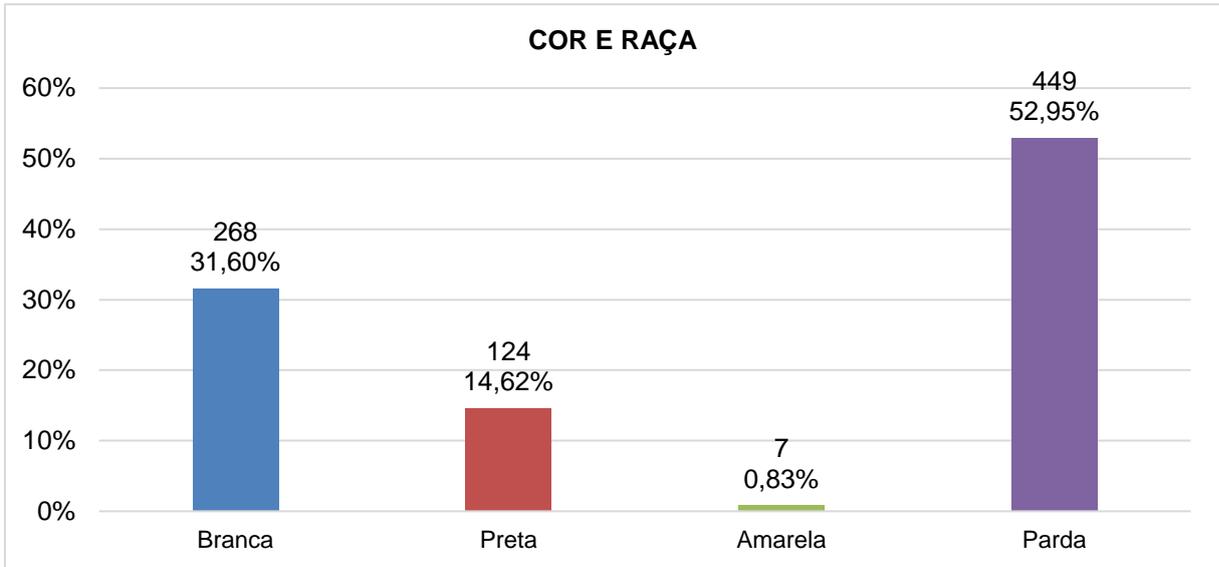
Gráfico 2 – Setor censitário nº 2111 3000 5000 147*



Fonte: IBGE (2010).

*Nota: Essa numeração representa: País, Unidade da Federação, Município e Subdistrito.

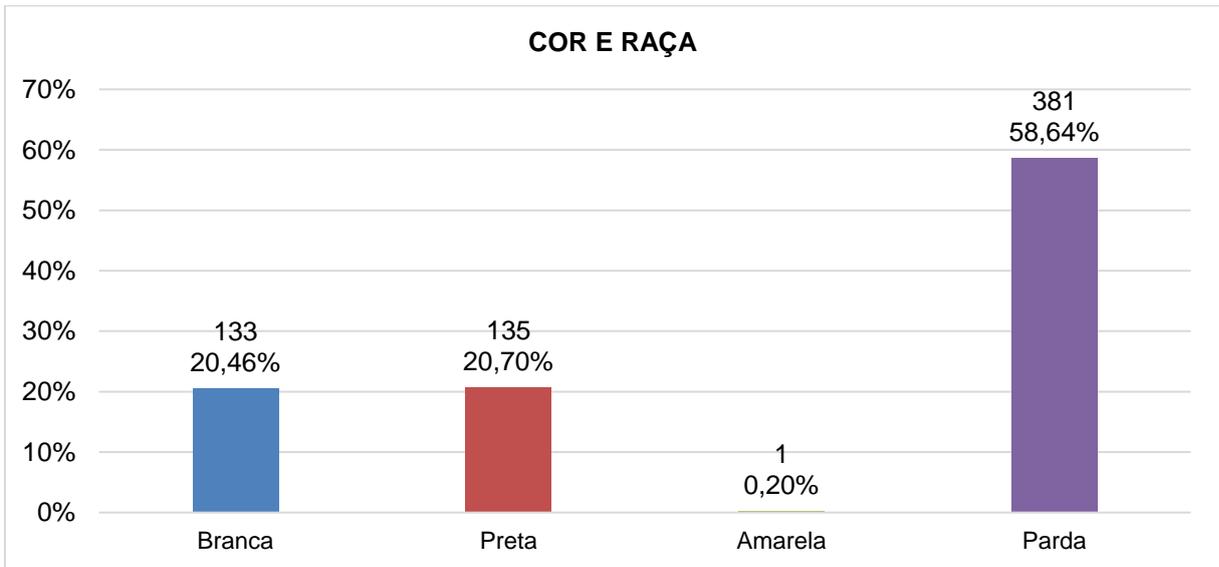
Gráfico 3 – Setor censitário nº 2111 3000 5000 148*



Fonte: IBGE (2010).

*Nota: Essa numeração representa: País, Unidade da Federação, Município e Subdistrito.

Gráfico 4 – Setor censitário nº 2111 3000 5001 1086*



Fonte: IBGE (2010).

*Nota: Essa numeração representa: País, Unidade da Federação, Município e Subdistrito.

Em pesquisa realizada, junto ao IBGE, para identificar a designação oficial atribuída aos moradores da Rua Pedro Neiva de Santana – Calçadão da Lagoa ou Ciclovia, não encontramos, nos documentos pesquisados, nenhuma definição para esses moradores enquanto comunidade. Diante disso, fomos orientados, no referido instituto, a coletar dados do setor censitário, que concerne à “menor porção de área

utilizada pelo IBGE para planejar, coletar e disseminar os resultados dos Censos e Pesquisas Estatísticas” (IBGE, 2022, p. 1).

Portanto, cada porção de São Luís contém uma definição correspondente a um setor censitário, que é constituído por cidadãos categorizados como eleitores. Como tal, os dados apresentados, nos Quadros 1, 2, 3 e 4, demonstram o quanto é significativo o número de moradores da área em estudo, enquanto eleitores, com o compromisso legal de cumprir seus deveres.

Contudo, a condição de cidadão e os direitos dos moradores se mostram limitados quando não são atendidos perante suas necessidades, e quando não chegam a todos. Logo, são mais de três mil pessoas aguardando por melhores condições de moradia, lazer e urbanização. Nessa configuração de raça, cor e espaço, composta no cotidiano social e historicamente, o espaço é representativo pelo poder simbólico (BOURDIEU, 1989).

Nesse viés, para Guimarães (2018), as diversas formas de capital, cultural, simbólico, econômico e intelectual, compõem a teia de dramas e tramas que se apresenta no jogo da vida moderna. Assim, essa dominação simbólica, manifestada nas culturas modernas, aponta o controle das classes menos favorecidas, e o espaço urbano, construído e mantido pela burguesia, expressa esse poder.

No presente estudo, os mecanismos de manutenção de poder que foram observados apontam uma compreensão de controle social, quando é mantido pelo aspecto urbanístico por meio das relações sociais. A pesquisa não foi estruturada apenas em um campo de investigação, a linearidade dos fatos não foi obedecida, o que, segundo Bourdieu (1989), culmina em um método de investigação que dialoga com vários campos do saber. Desse modo, a dialética de Marx, com o materialismo histórico, também se faz presente como suporte de investigação.

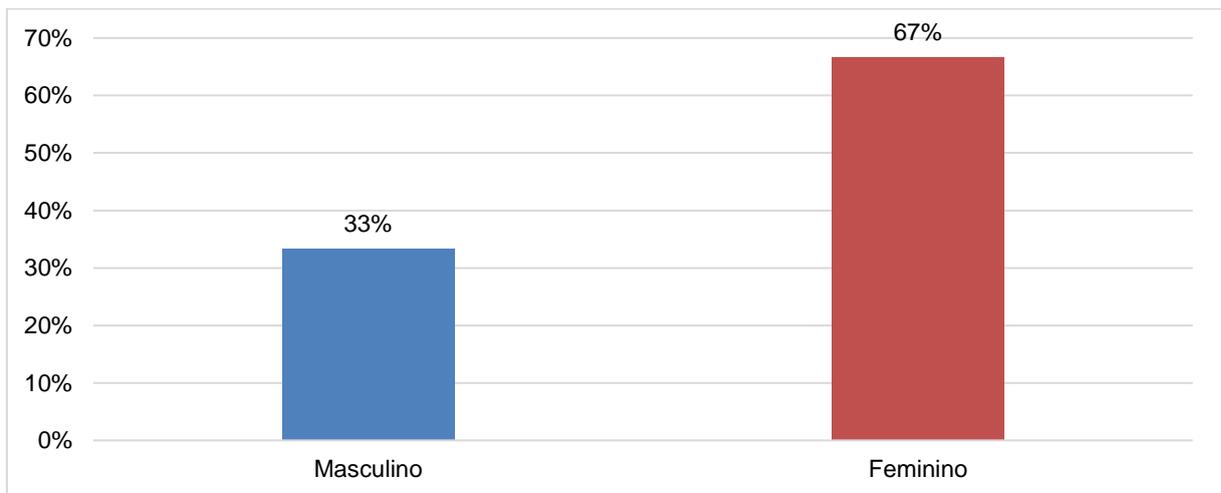
O método de Bourdieu se sustenta em três pilares: praxiológico, sistêmico e relacional. O praxiológico consiste na noção da prática reflexiva da realidade e de uma crítica teórica sobre a atividade humana em sociedade. O sistêmico abarca os agentes sociais inseridos em um sistema que se integra e interage nas mais diversas esferas da vida cotidiana. Já no relacional, as ações dos agentes não se dão de forma desconexas de outras instâncias formativas, sociais e históricas e a compreensão da realidade não pode ser apreendida como fato isolado da própria historicidade coletiva.

Com essa estrutura de investigação é possível ir além de apontar um dado fenômeno, mas também compreender o sentido de uma dada ação social. É quando

Bourdieu (1989) diz para trazer à luz as estruturas simbólicas que legitimam o *habitus* e o *ethos* de determinada realidade já naturalizada no senso comum.

Conseqüentemente, as contradições existentes na Lagoa da Jansen, sejam no aspecto social, urbanístico e econômico, já estão naturalizadas no olhar de muitos que utilizam as mais diversas ações. Logo, cabe aqui construir outros olhares para apresentar as contradições que existem há anos.

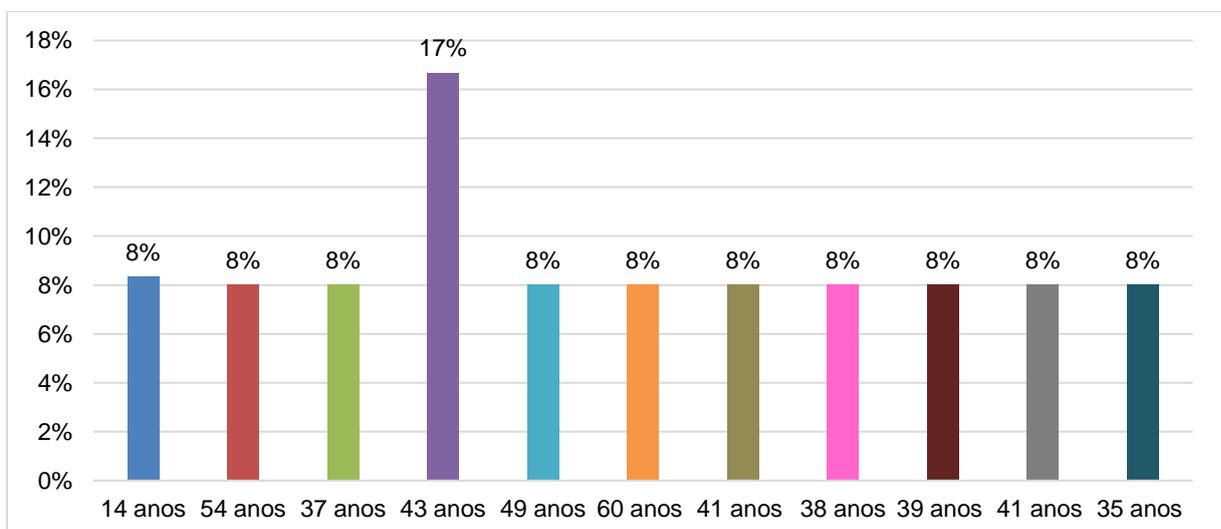
Gráfico 5 – Sexo



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A maioria dos moradores entrevistados na pesquisa é do sexo feminino, cuja representação se dá pela função profissional.

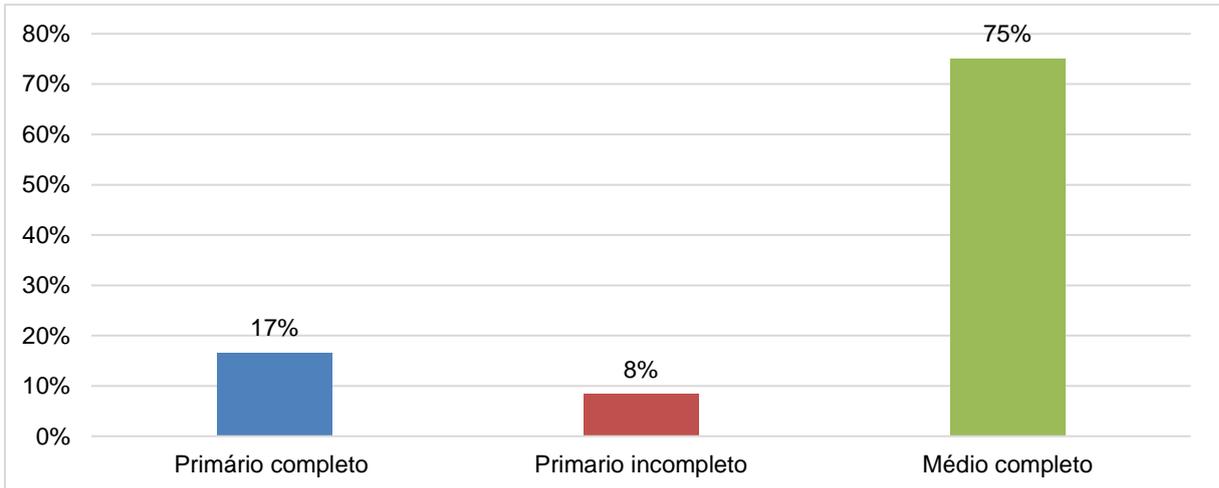
Gráfico 6 – Idade



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em relação à faixa etária, há uma variação, com predomínio acima dos 40 anos, com destaque para a idade de 43 anos.

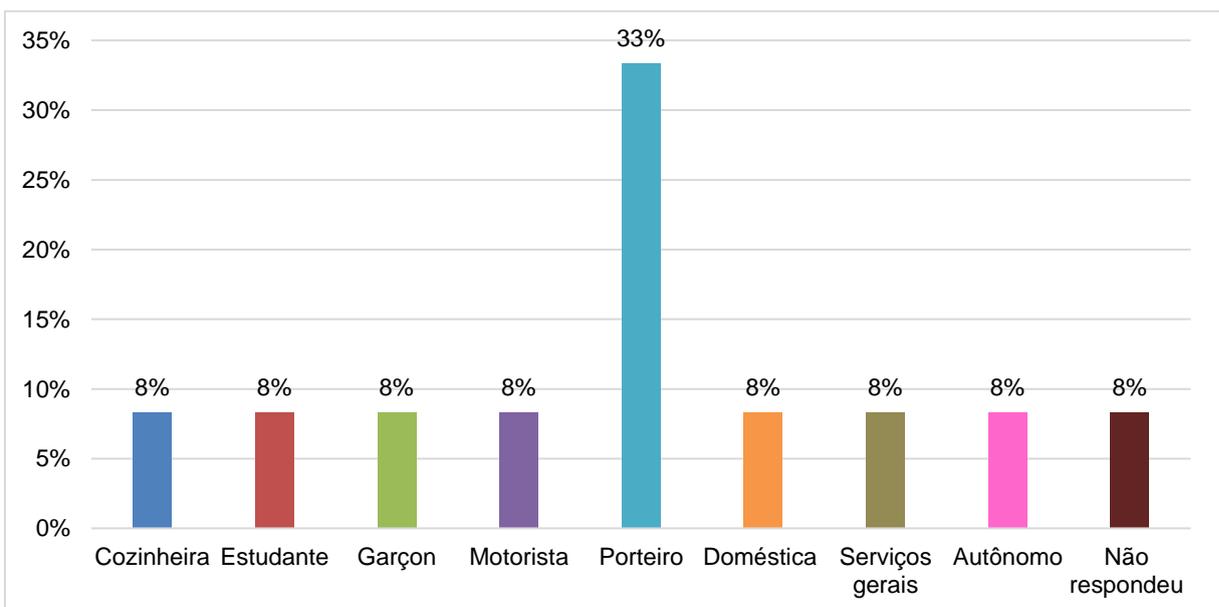
Gráfico 7 – Escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A maioria dos usuários tem o ensino médio completo, seguido por primário completo e primário incompleto. Esse perfil de escolaridade é característico do nível social da comunidade.

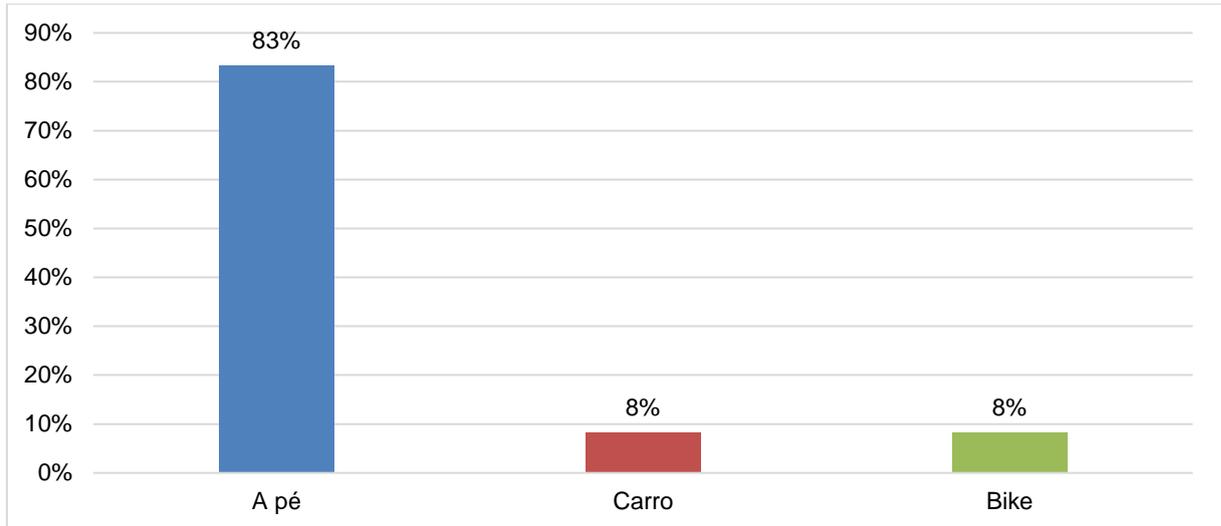
Gráfico 8 – Profissão



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O item profissão também apresenta variações, com destaque para porteiro. É importante destacar que, no entorno da área em estudo, há vários condomínios de prédios residenciais e casas, além de uma variedade de estabelecimentos comerciais (bares, restaurantes, hotéis e clínicas), justificando a profissão em destaque.

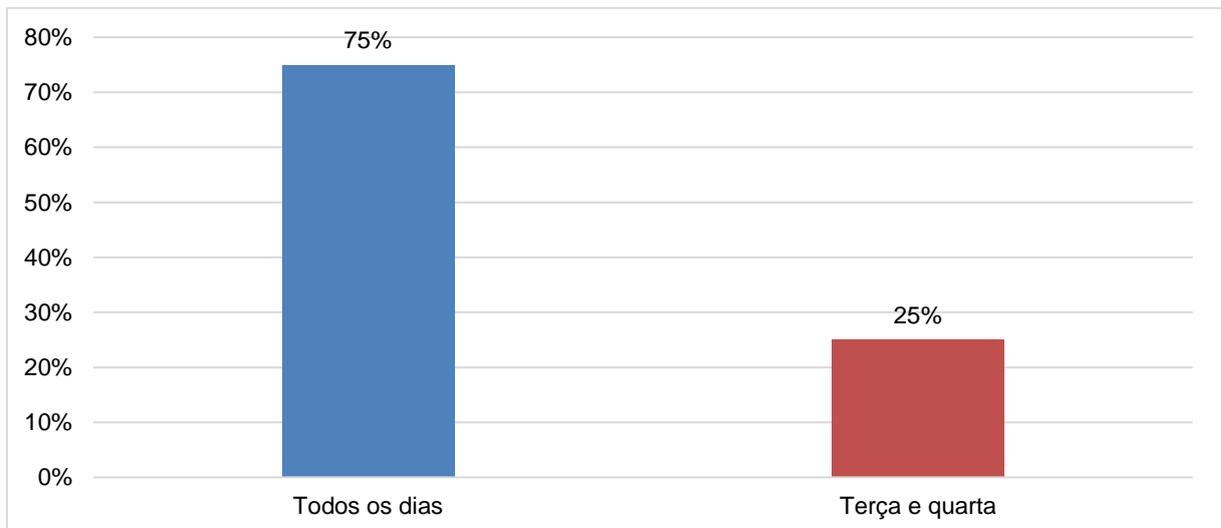
Gráfico 9 – Meio de transporte utilizado para chegar à Lagoa



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quando perguntando qual meio de transporte utilizado, a maioria circula a pé, seguido por carro e *bike*.

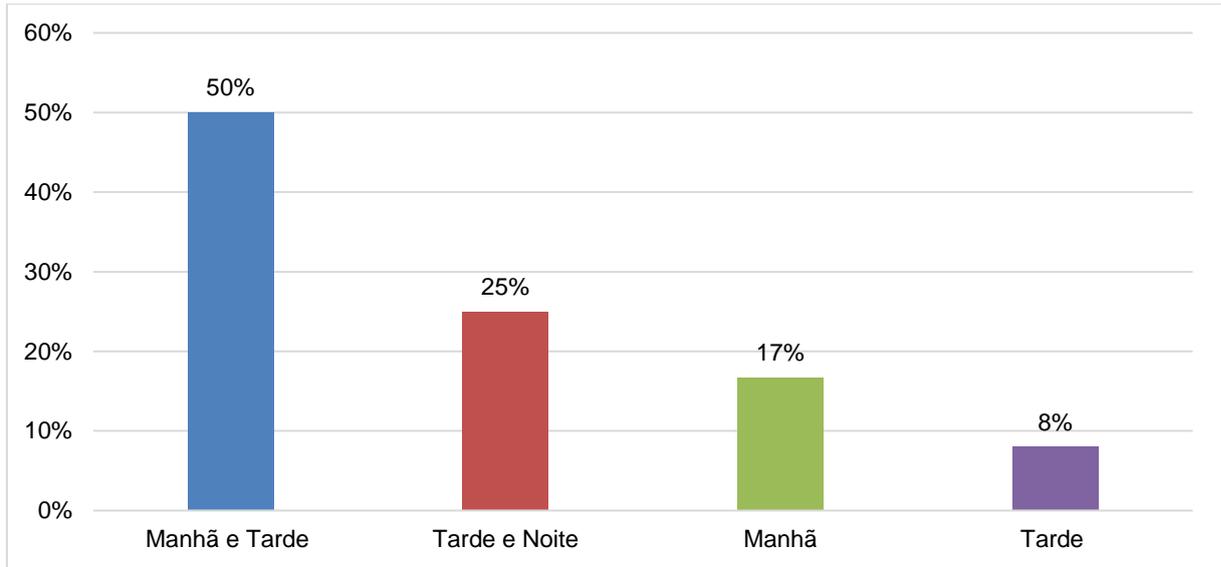
Gráfico 10 – Dia da semana que geralmente frequenta a Lagoa



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A maioria dos moradores entrevistados circula todos os dias pela Lagoa. Essa representação se dá devido ao deslocamento “trabalho e casa” e à proximidade “local de trabalho e moradia”, fechando a semana trabalhando, já os demais circulam nos dias de terça e quarta-feira.

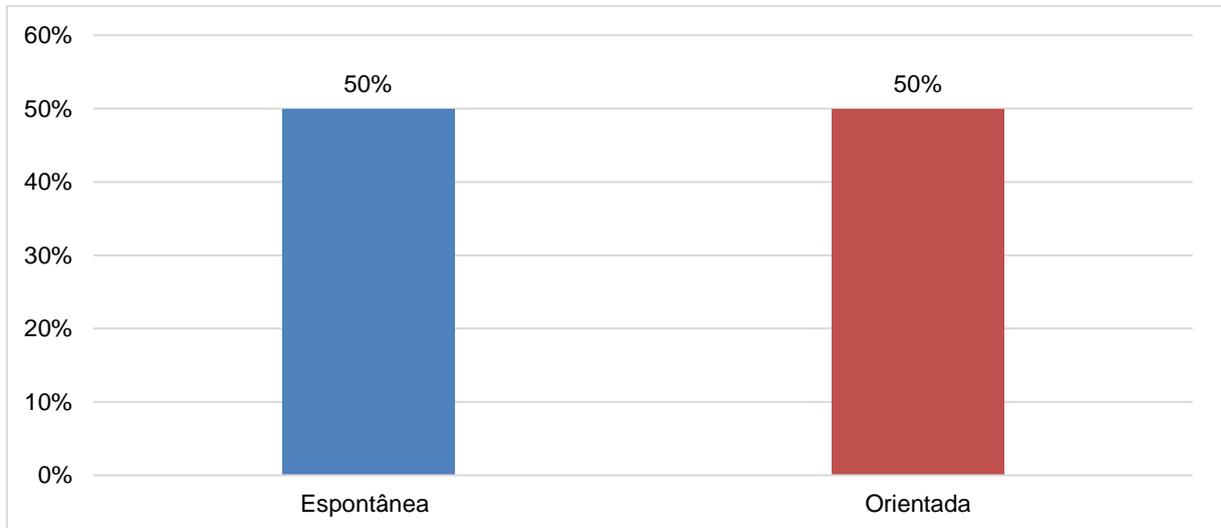
Gráfico 11 – Horário que frequenta



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A maioria dos entrevistados usa o horário da manhã e tarde; seguido por tarde e noite e pela manhã; outros só à tarde.

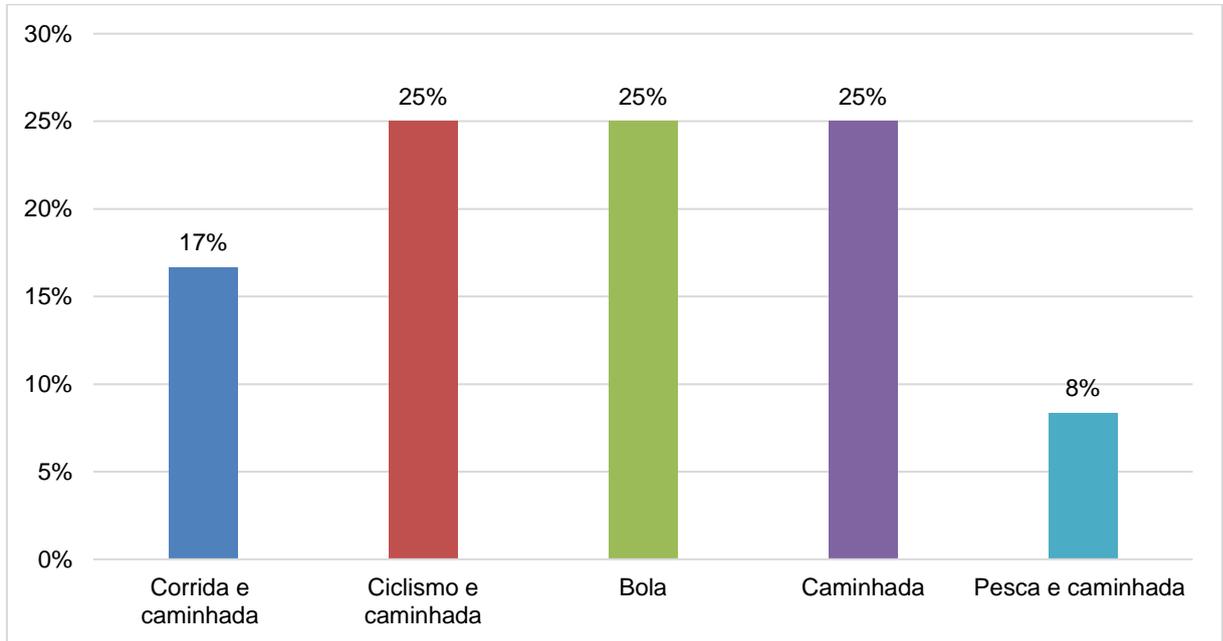
Gráfico 12 – Como é feita a atividade de lazer praticada



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Percebemos aqui um equilíbrio entre as duas opções apontadas.

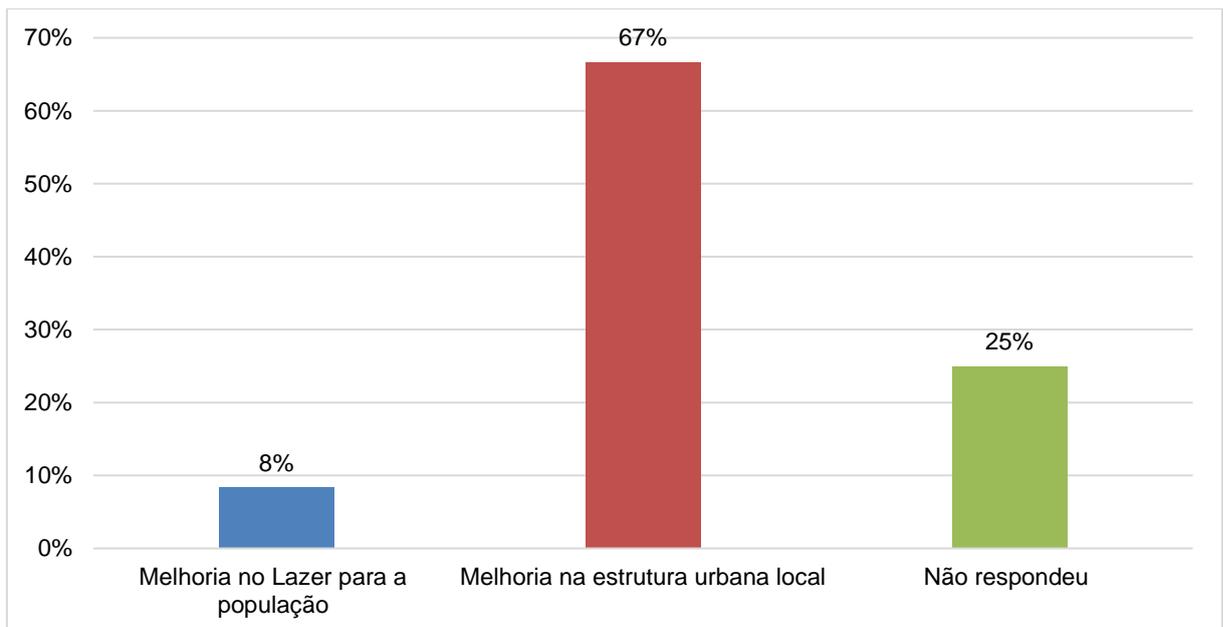
Gráfico 13 – Quais atividades de lazer pratica na área da Lagoa



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Percebemos aqui um equilíbrio em três modalidades: corrida e caminhada; em segundo, pesca e caminhada.

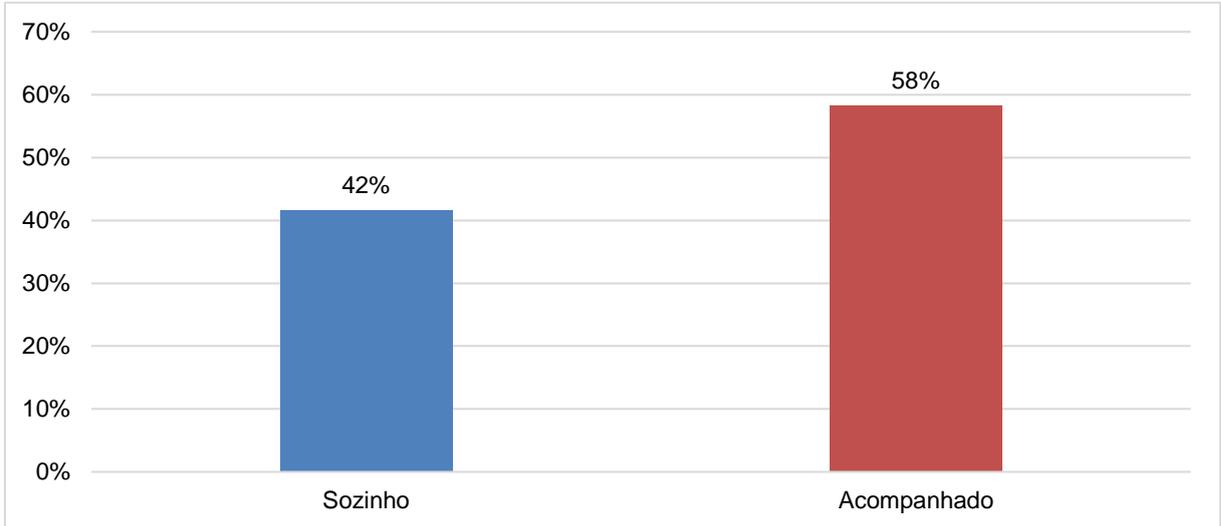
Gráfico 14 – Como avalia as intervenções do governo na área da Lagoa



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A maioria dos entrevistados considera que houve melhoria na estrutura urbana local. Para outros 8%, houve melhorias apenas no aspecto do lazer para a população; os demais não responderam.

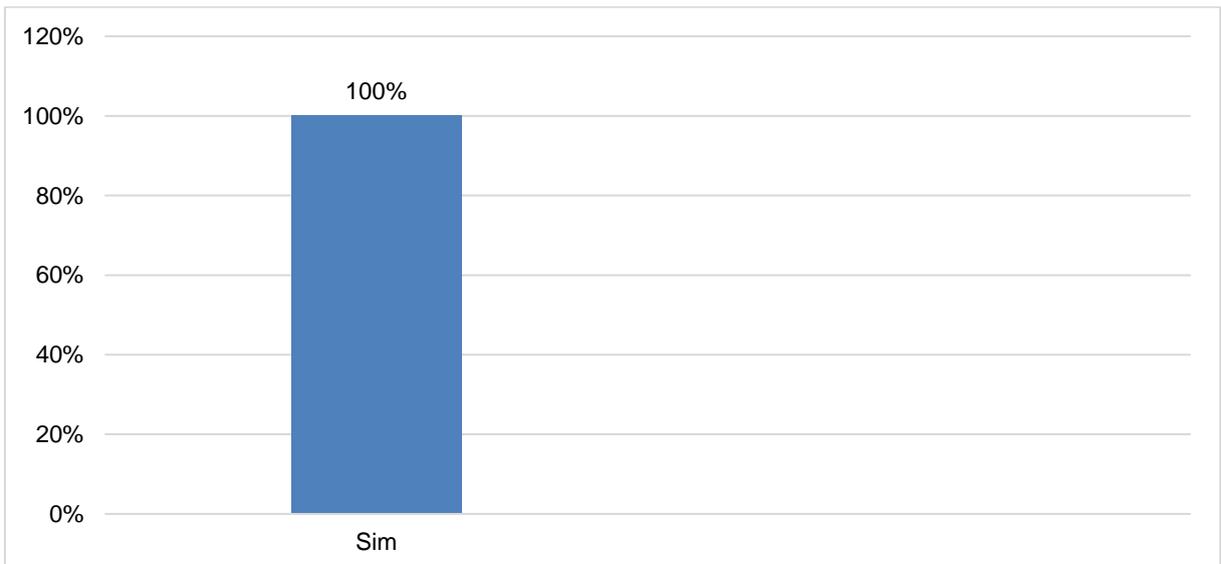
Gráfico 15 – Como costuma frequentar o local



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A maior parte frequenta a Lagoa acompanhada, em que a companhia está relacionada à segurança; já os demais frequentam o local sozinhos.

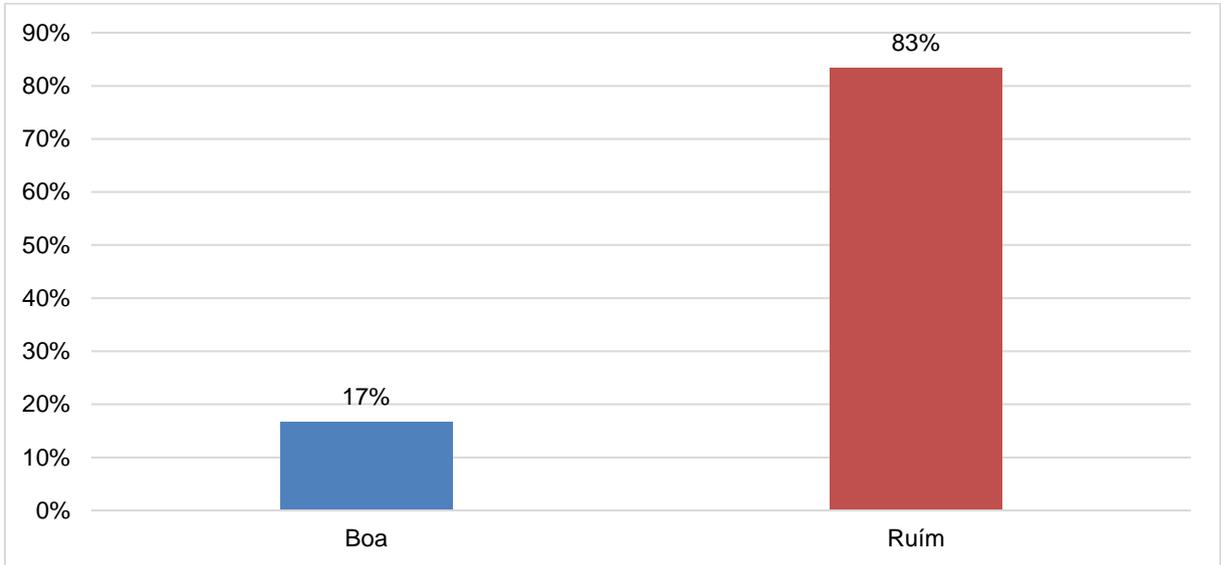
Gráfico 16 – Considera os espaços de lazer como direito da população



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Todos os entrevistados entendem que os espaços de lazer ofertados pelo poder público na área da Lagoa é direito da população.

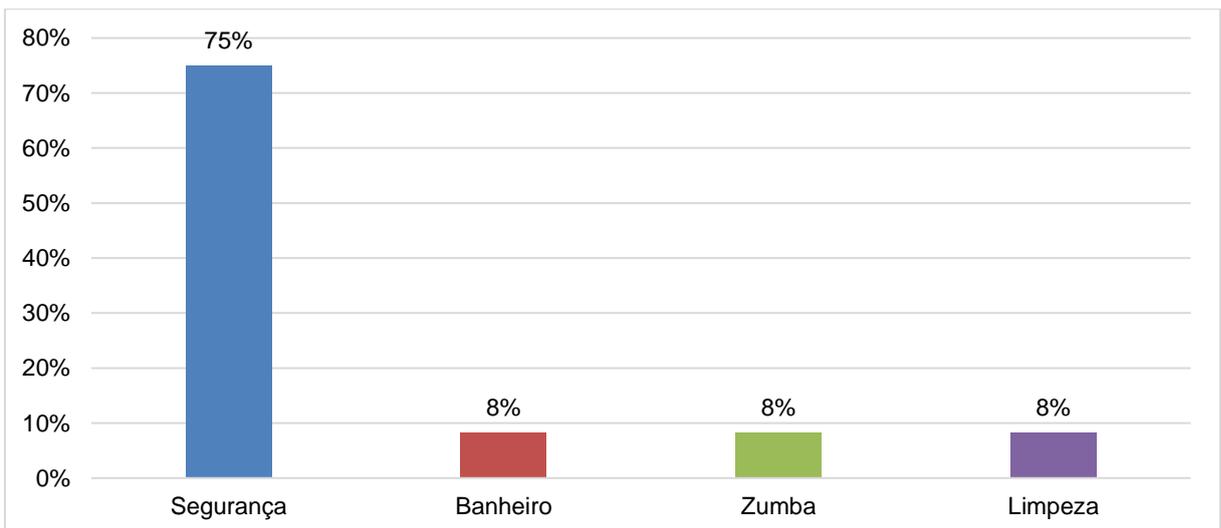
Gráfico 17 – O que acha da limpeza e manutenção



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No item manutenção, a maioria entende como ruim.

Gráfico 18 – O que melhoraria no espaço da Lagoa

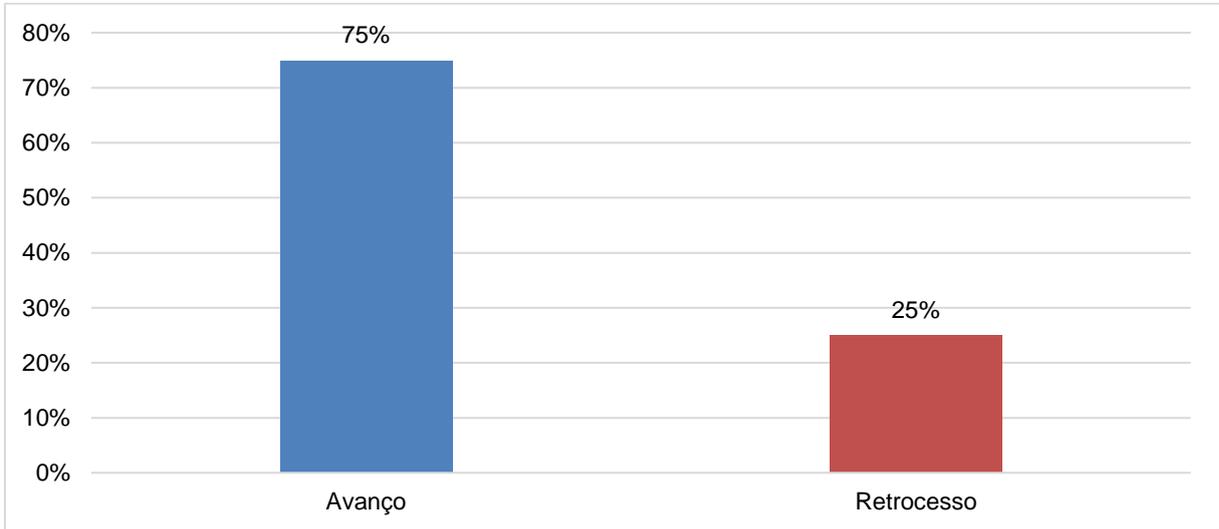


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quando perguntado o que melhorariam na Lagoa, o item segurança ficou em destaque, justificando-se quando a maioria informou preferir praticar o seu lazer

acompanhado de alguém, uma vez que a companhia proporciona mais segurança. Os demais itens lembrados foram: banheiro, limpeza e zumba.

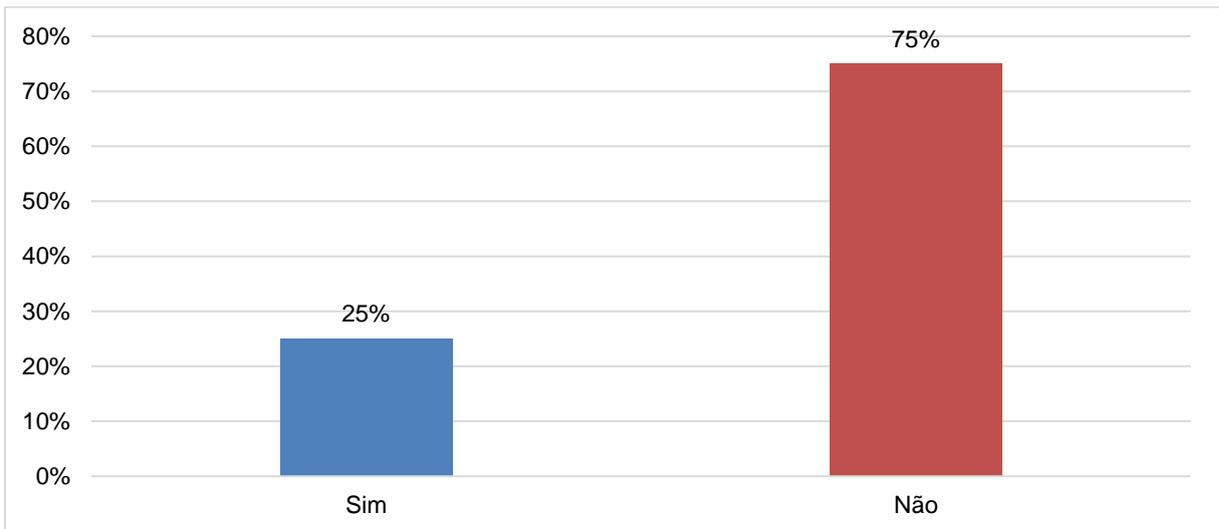
Gráfico 19 – Como entende o processo de urbanização da Lagoa



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O processo de urbanização ocorrido na Lagoa é visto pela maioria como avanço; e pelos demais como retrocesso, pois entendem que o avanço se deu só em determinada área.

Gráfico 20 – Sabe da existência de um gestor



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A maioria dos entrevistados desconhece a existência do gestor.

4.2 Questionário aplicado aos frequentadores da Lagoa da Jansen

O espaço de lazer, independentemente da sua localização, é considerado um ponto de partida para que tal prática seja exercida. Assim, o cidadão, a partir do uso, estabelece uma relação de aproximação com seus pares, constituindo um círculo social e categorizando os espaços. Segundo Santos e Manolescu (2008, p. 2):

Os espaços públicos livres podem ser definidos como espaço de circulação (ruas, praças, etc.), espaços de lazer e recreação (parques urbanos), de contemplação (jardins públicos) ou de preservação (grandes parques e reservas ecológicas). Temos também espaços públicos como instituições de ensino, hospitais, centros culturais (dentre outros) que, apesar de ainda serem considerados públicos, possuem circulação restrita.

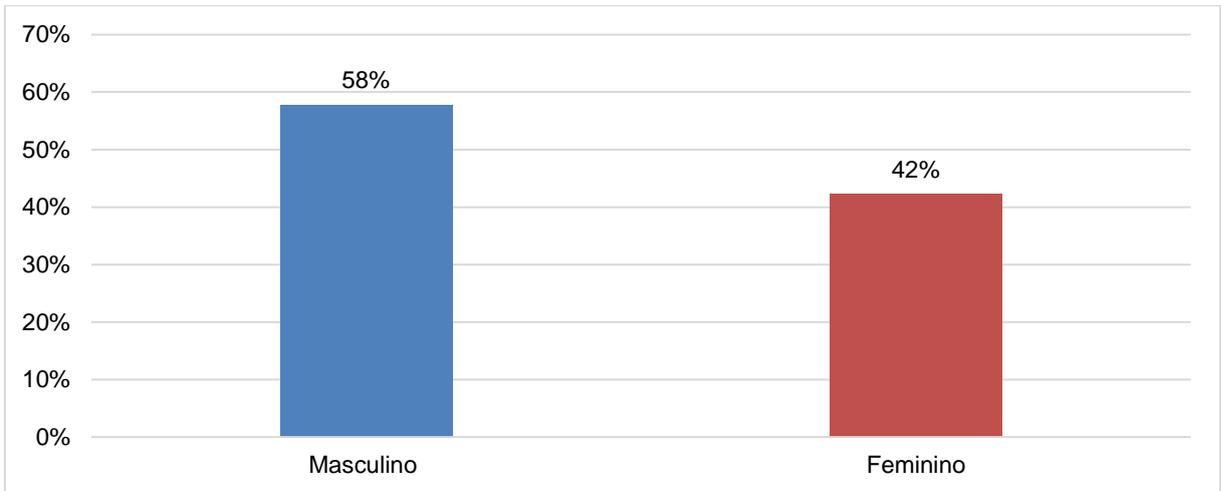
Desse modo, levando em conta a área em análise, podemos apontar que ela se caracteriza como uma reserva ecológica, tendo em seu entorno moradores de diferentes níveis sociais, os quais, por esse motivo, acabam utilizando-a de formas distintas, seja para lazer (Figura 12) ou passagem. Nesse sentido, entrevistamos 31 frequentadores da Lagoa da Jansen.

Figura 12 – Mapa de equipamento de lazer – Zona III



Fonte: Autor (2022).

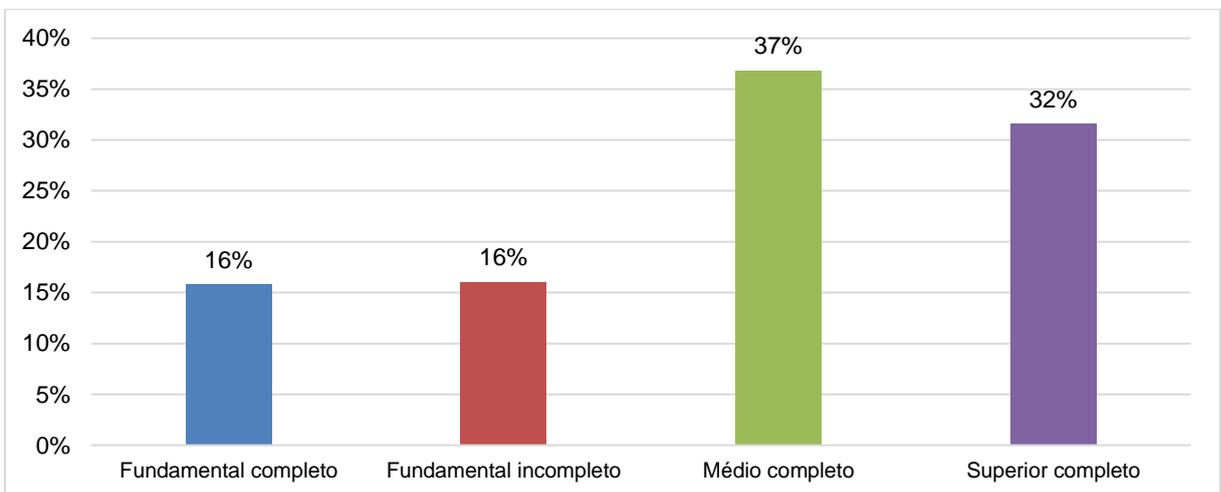
Gráfico 21 – Sexo



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Percebemos um equilíbrio entre os frequentadores da Lagoa da Jansen, quanto ao gênero na prática do lazer. Homens são os que mais utilizaram o Parque durante a pesquisa, ficando as mulheres em segundo na condição de frequentadoras.

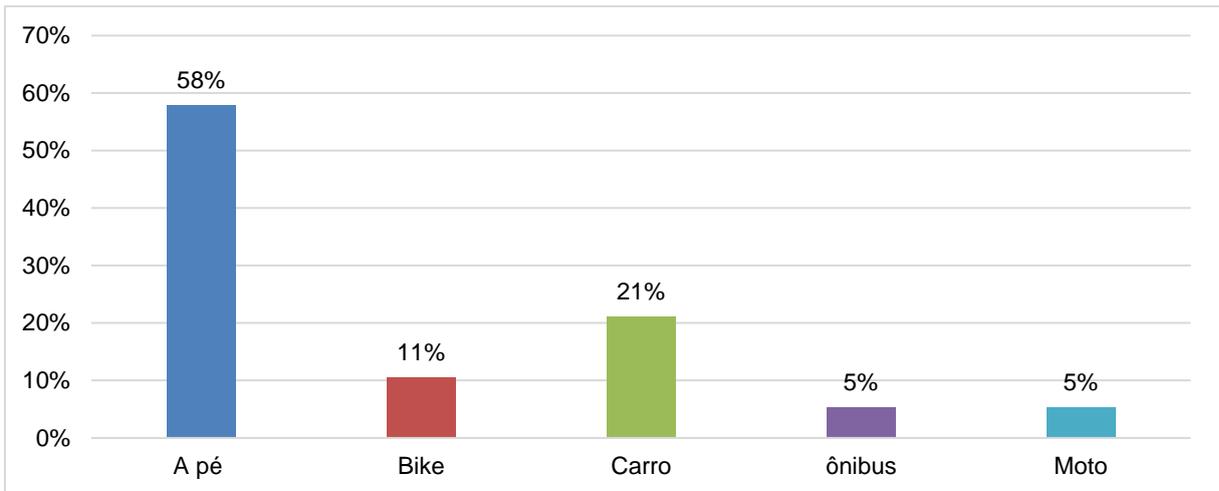
Gráfico 22 – Escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme o gráfico, no quesito escolaridade, a maioria dos frequentadores tem ensino médio completo, seguido de superior completo e permanecendo equilíbrio entre ensino fundamental completo e fundamental incompleto.

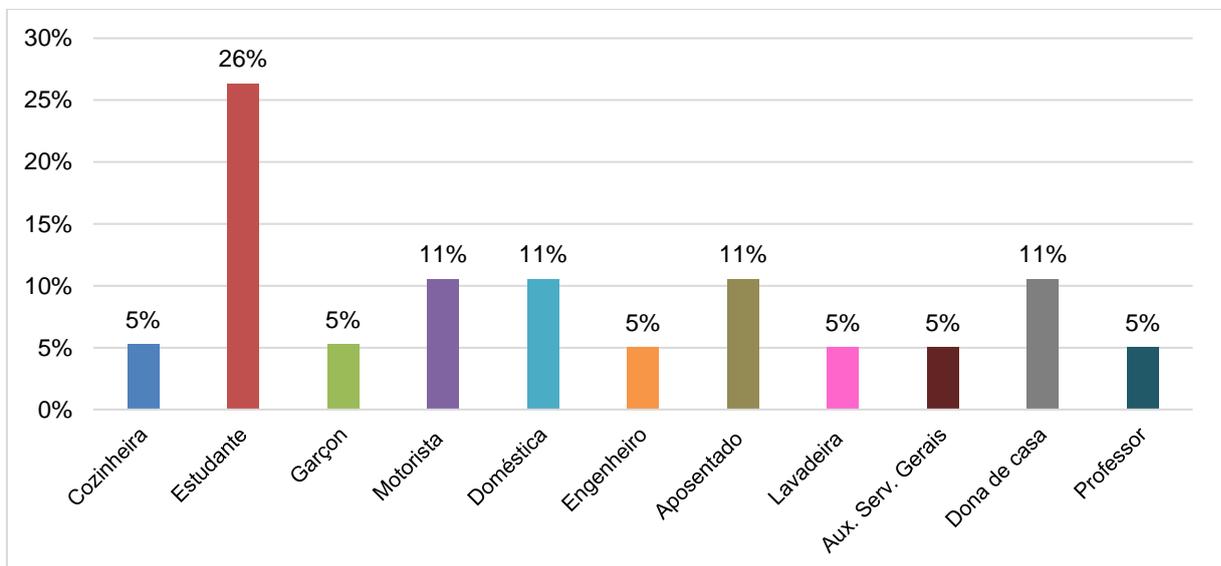
Gráfico 23 – Meios de transporte



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quanto ao meio de transporte utilizado, a maioria vai a pé, isso demonstra que são pessoas que moram próximo da Lagoa; em segundo, os que utilizam carro; em terceiro, *bike*, pois se favorecem da ciclovía para se deslocar; em quarto, os que usam ônibus e moto.

Gráfico 24 – Profissão

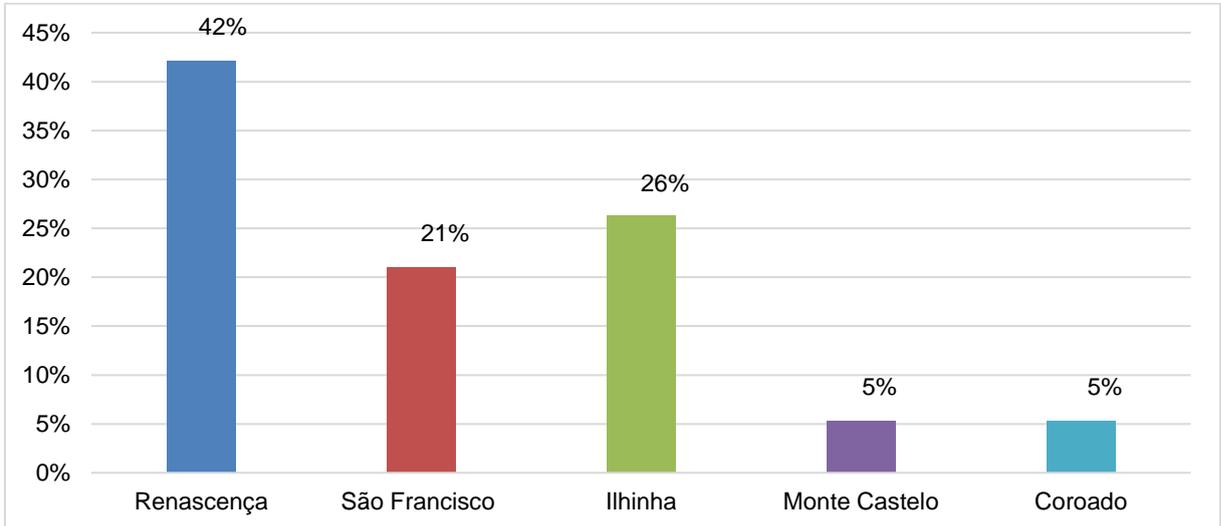


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em relação à análise do gráfico profissão, observamos uma variedade de profissionais, tendo em vista que o espaço em estudo é muito utilizado por pessoas que se deslocam da sua residência para o trabalho diariamente. A categoria estudante se destaca; seguida pelas categorias motorista, doméstica, aposentado e dona de

casa; por fim, cozinheira, garçom, lavadeira, professor, auxiliar de serviços gerais e engenheiro compõem as demais categorias.

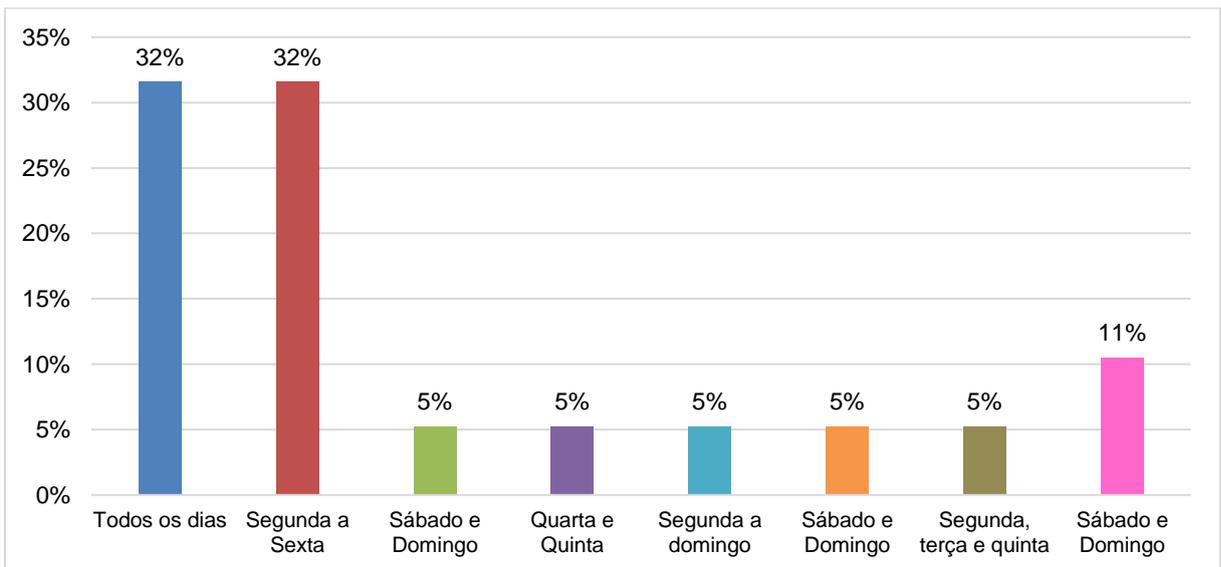
Gráfico 25 – Bairro residencial



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No tocante ao local de residência, a maioria é morador do Renascença; seguido por moradores da Ilhinha, São Francisco, Monte Castelo e Coroadó.

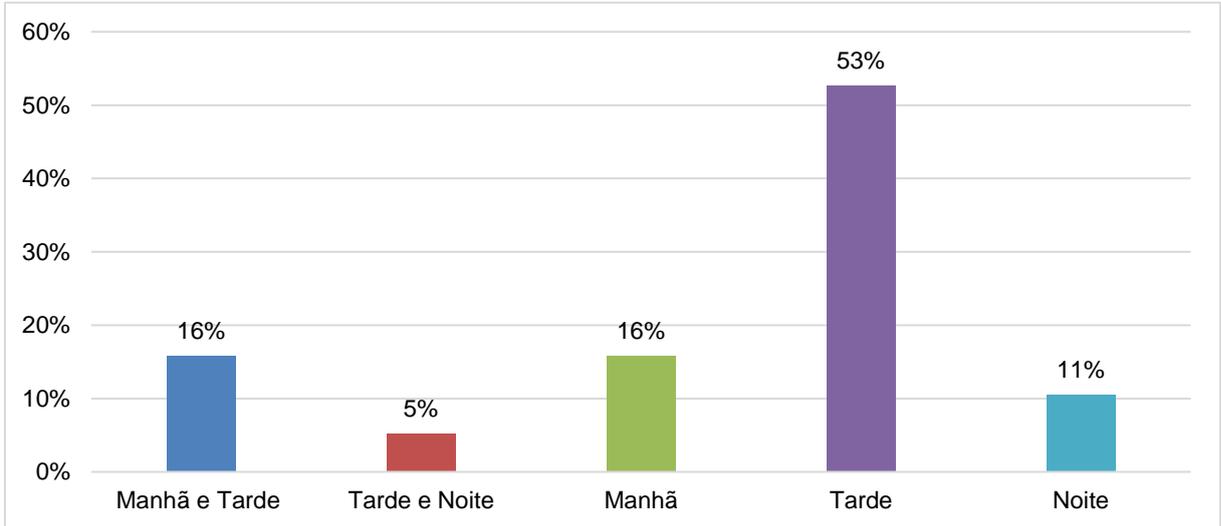
Gráfico 26 – Dia da semana que frequenta a Lagoa da Jansen



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os dias da semana mais frequentados correspondem a todos os dias, de segunda à sexta-feira e sábado e domingo; os demais dias são bastante variados, e essa movimentação representa a ida de casa para o trabalho.

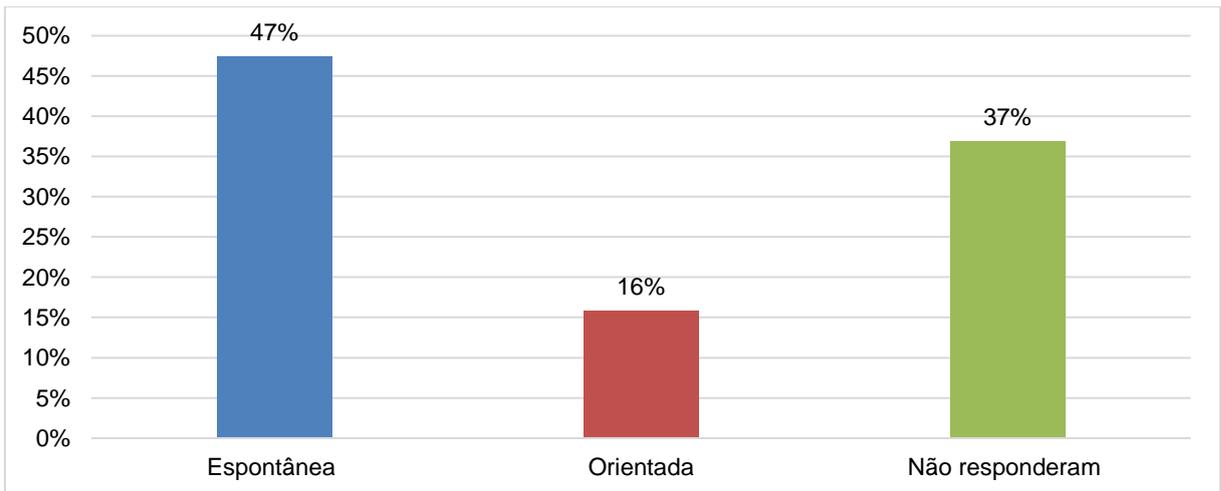
Gráfico 27 – Horário que frequenta



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No que concerne ao horário, tarde, manhã e tarde e manhã são os mais frequentados; seguidos por noite e tarde e noite.

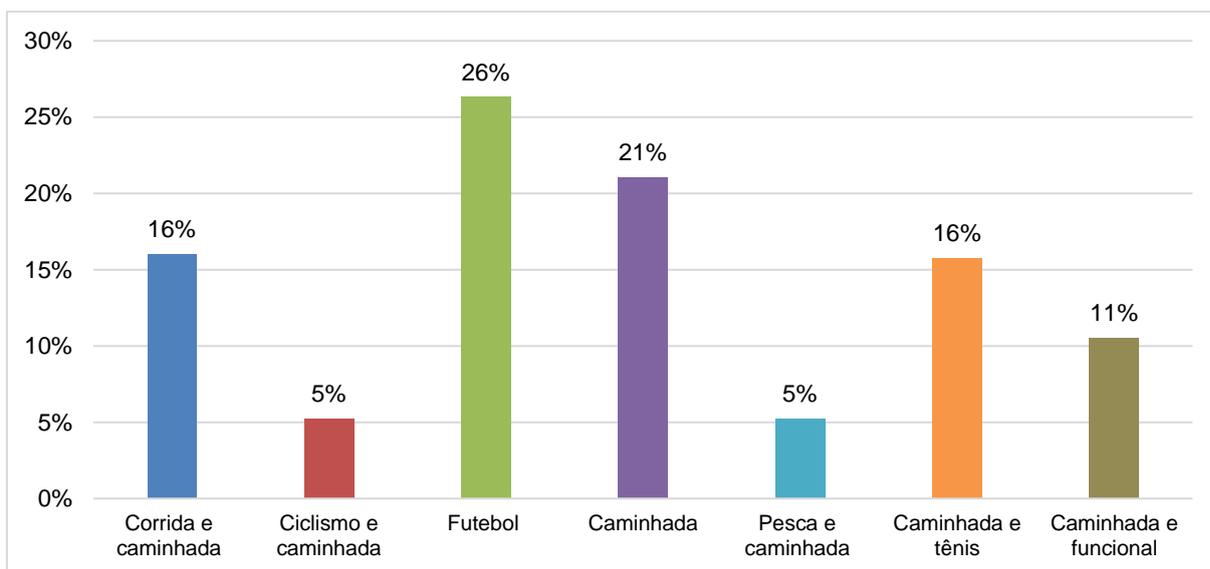
Gráfico 28 – Como é feita a atividade de lazer praticada



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quando perguntado se a atividade de lazer é praticada na Lagoa de forma espontânea ou orientada, de acordo com o gráfico, a resposta é que a maioria pratica de maneira espontânea e os demais, orientada; outros não responderam.

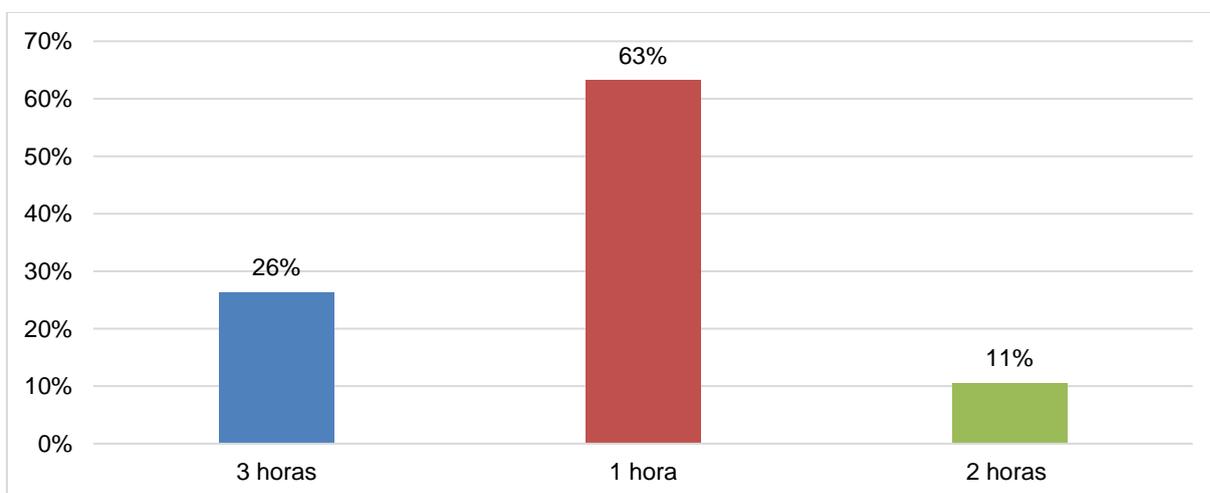
Gráfico 29 – Quais atividades de lazer pratica na área da Lagoa



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O futebol é a atividade mais praticada pelos frequentadores, seguido por caminhada, corrida e caminhada e caminhada e tênis; por fim, ciclismo e caminhada e pesca e caminhada. Nesse gráfico, percebemos que todos praticam duas atividades de lazer. Não há predominância de uma atividade.

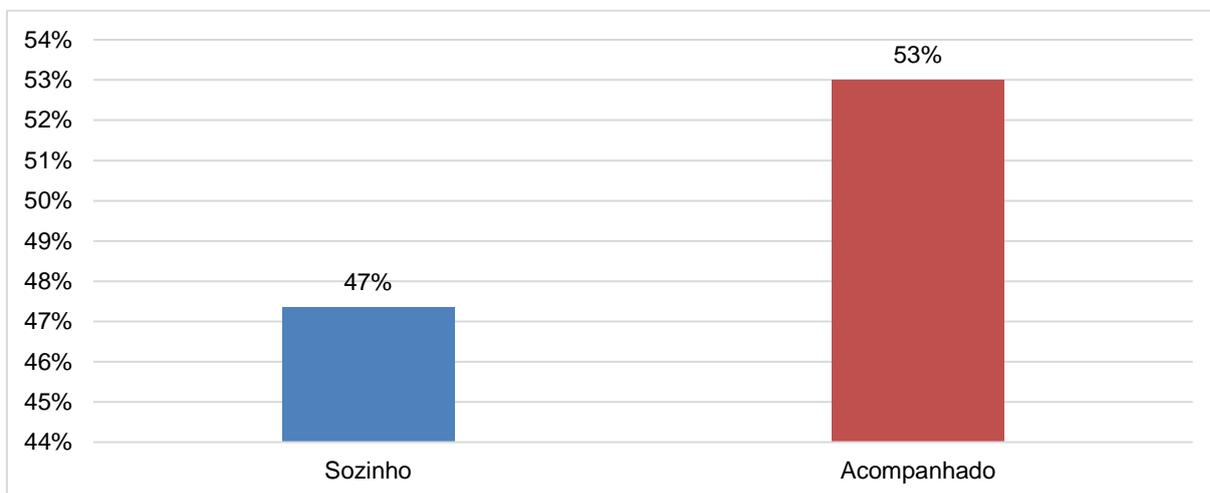
Gráfico 30 – Tempo de permanência



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Entre os que usam o espaço como área de lazer, o tempo de permanência da maioria é de 1 h; seguido de 3 h e 2 h.

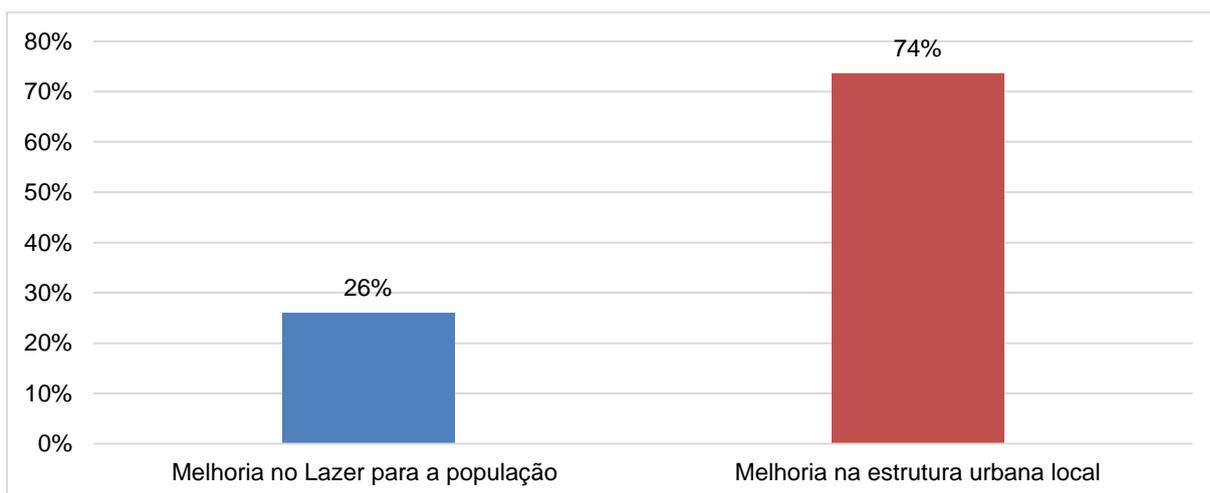
Gráfico 31 – Como costuma frequentar



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quando perguntado se costumam frequentar sozinhos ou acompanhados, houve destaque para acompanhado, considerando a companhia como segurança, em razão dos frequentes assaltos que ocorrem na região.

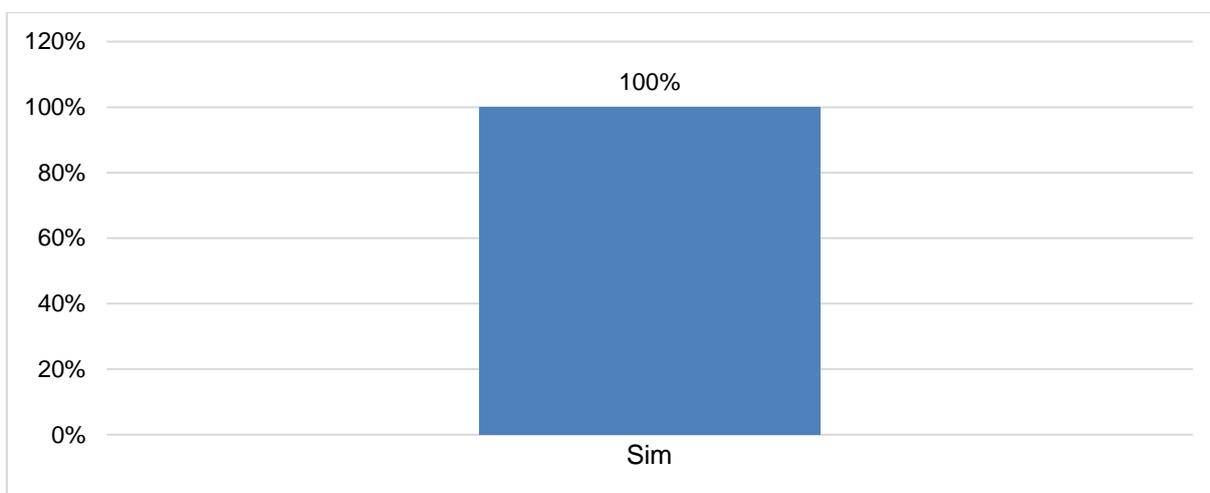
Gráfico 32 – Como avalia as intervenções do governo na área de lazer



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A maioria dos entrevistados considera que houve melhoria na estrutura urbana local. Para os demais, houve melhorias apenas no aspecto do lazer para a população.

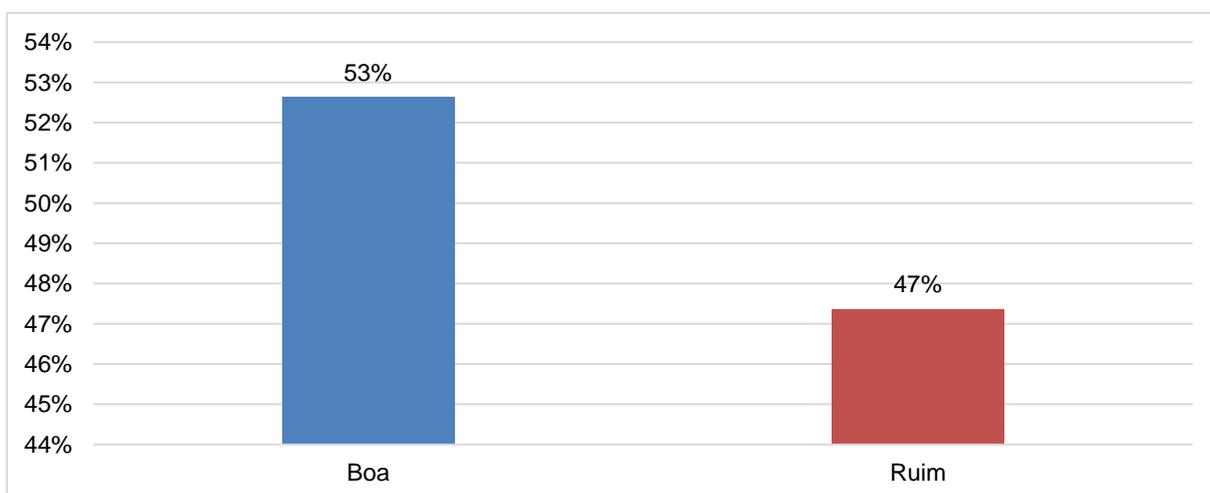
Gráfico 33 – Considera os espaços de lazer como direito da população



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A maioria dos entrevistados considera os espaços de lazer como direito da população.

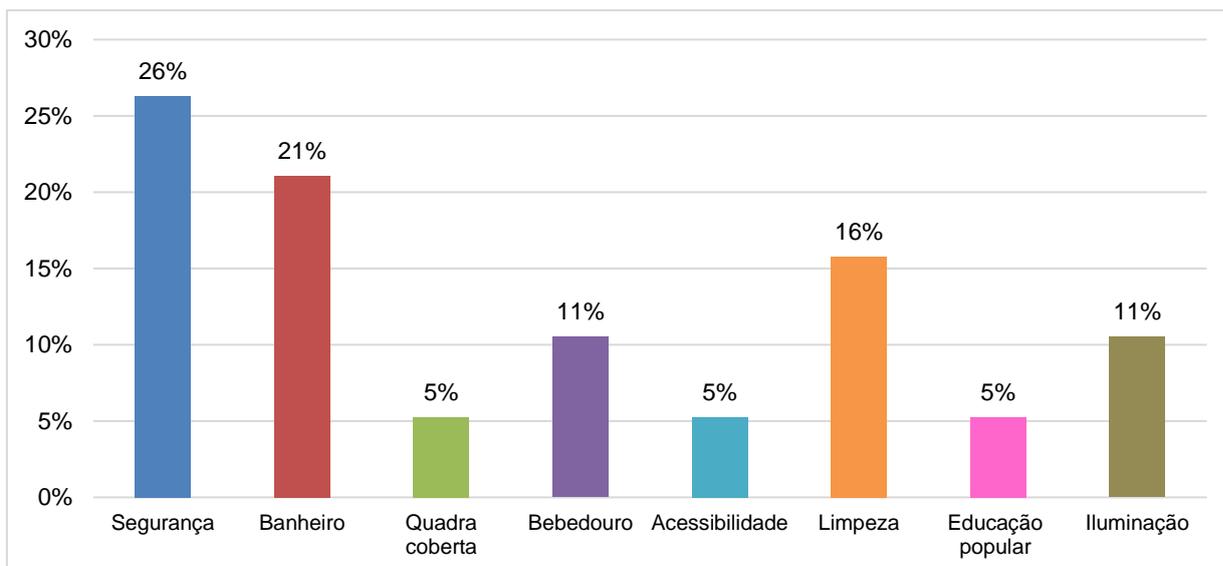
Gráfico 34 – O que acha da limpeza e manutenção



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em relação à manutenção, a maioria considera boa.

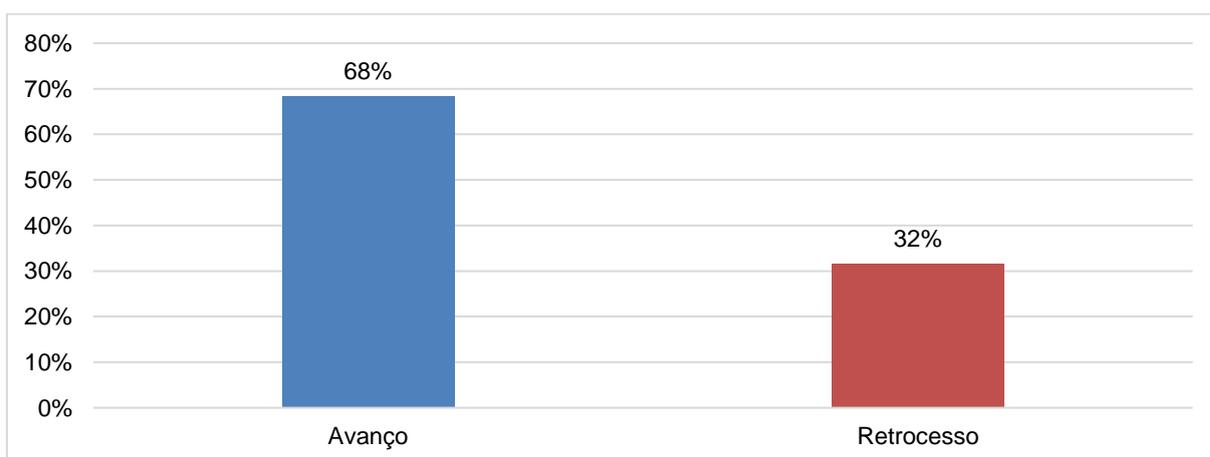
Gráfico 35 – O que pode melhorar no espaço da Lagoa



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quando perguntado o que melhorariam na Lagoa, a segurança foi o item em destaque; seguido por banheiro e limpeza. Outros deram como sugestão mais opções de esporte, pois o que existem não corresponde à necessidade. Bebedouro foi outro item lembrado. A quadra coberta surgiu como sugestão, bem como citaram acessibilidade e educação popular, isto é, a população precisa ter mais cuidado/zelo com o patrimônio público.

Gráfico 36 – Como entende o processo de urbanização

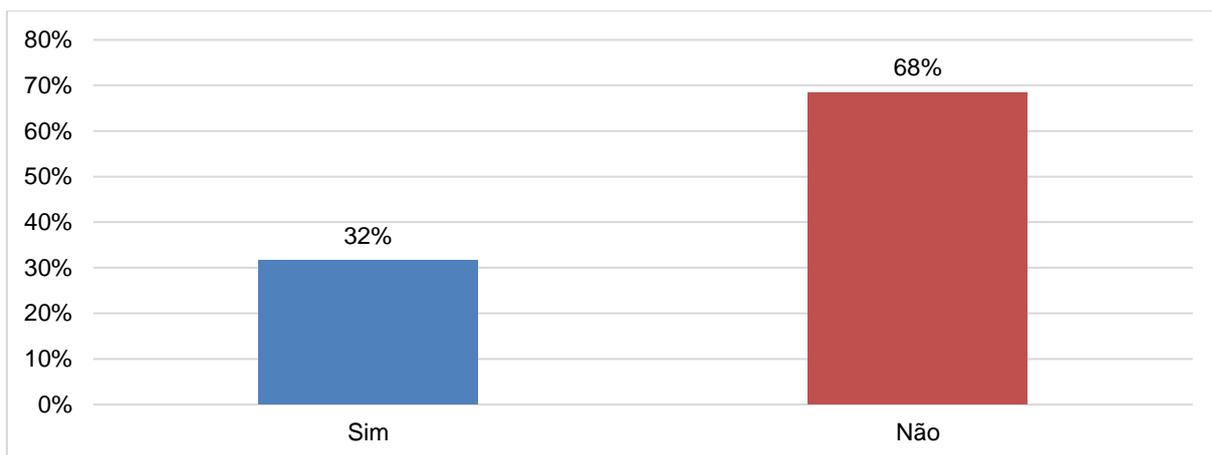


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Quando questionados sobre o processo de urbanização que ocorreu na Lagoa, percebemos que o item avanço é maioria. Alguns dos entrevistados disseram

que os avanços ocorreram para um determinado local, principalmente na parte onde foram construídos prédios residenciais e surgiram bares e restaurantes de alto padrão, enquanto o outro lado da Lagoa não dispõe de equipamentos de lazer suficientes para a comunidade, o que é considerado um retrocesso.

Gráfico 37 – Sabe da existência do gestor

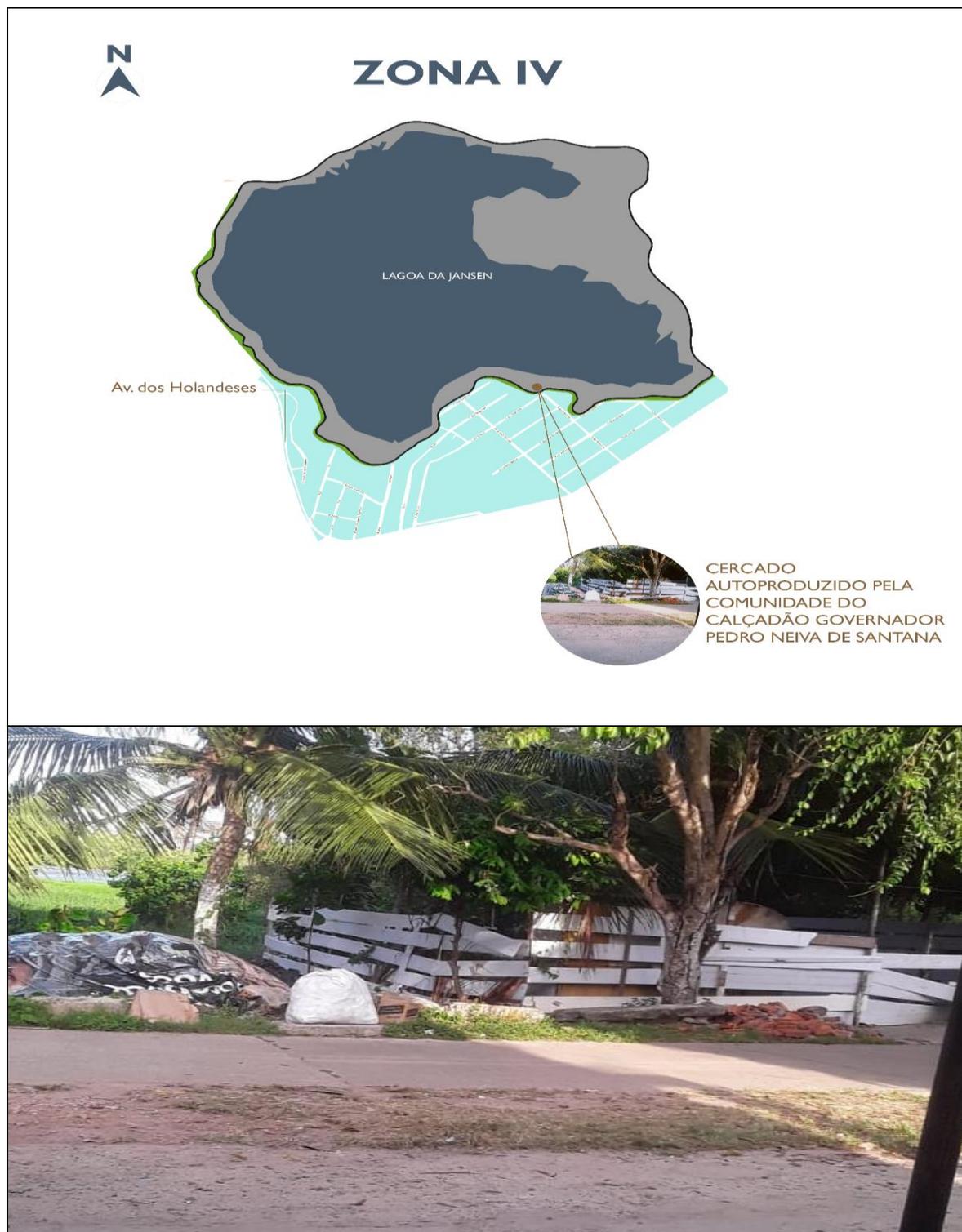


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A maioria dos entrevistados desconhece a presença do gestor. É provável que o fator “desconhecer a existência do gestor” interfere no diálogo entre comunidade e frequentadores, dificultando a funcionalidade para a melhoria do espaço.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO (comunidade – moradores do Calçadão da Lagoa – Governador Pedro Neiva de Santana)

Figura 13 – Mapa de localização da Comunidade Rua Pedro Neiva de Santana (Calçadão da Lagoa ou Ciclovía) – Zona IV



Fonte: Autor (2022).

Na Figura 13, o cercado representa uma “praça” construída pelos próprios moradores, que serve como ponto de encontro para conversas, evidenciando a falta de equipamentos de lazer na comunidade (Figura 14).

Figura 14 – Comunidade Rua Pedro Neiva de Santana (Calçadão da Lagoa ou Ciclovía)



Fonte: Autor (2022).

Foram entrevistadas 22 pessoas que moram no local pesquisado, na sua maioria, há mais de dez anos. Inicialmente, observamos que 15 entrevistados definem o local como espaço tranquilo, agradável e com espaço livre. Esse fator “tranquilidade” é um aspecto importante quando o indivíduo procura um local para morar, além da facilidade de locomoção e, atualmente, da proximidade com a natureza, os quais são fatores que explicam um lugar de moradia (ROCHA; HESPANHOL; VINHAES, 2018).

Consoante Bayna *et al.* (2017), dois fatores estabelecem a procura de um lugar para morar, sendo eles: localização e tranquilidade, que podem ser transmitidos através de aspectos naturais. O fator localização e sua influência sobre o acesso a determinados espaços da cidade evidenciam ou dissimulam um estilo de vida para dada classe social e, de certa forma, desenvolvem um desenho de cidade que define os espaços próprios para as diferentes classes sociais e estabelecem o processo de

estratificação. Nesse processo, o uso do espaço é demarcado pelo poder de consumo, presente desde o ato de se alimentar até o ato de adquirir ou residir nesses espaços.

Os entrevistados também relataram “localidade” como aspecto importante do espaço urbano estudado, visto que se trata de uma área metropolitana bastante valorizada no mercado imobiliário, pois, em suas proximidades, encontram-se as praias de maior fluxo de banhistas: Ponta D’Areia, Ponta do Farol, Marcela (São Marcos) e Calhau.

Entretanto, alguns entrevistados usaram as palavras “preconceito”, “ruim” e “abandono” como definição para o local. Diante desse contexto, segundo Santos, Dobbert e Feitosa (2010), em virtude de múltiplas alterações no planejamento, nas políticas urbanas e nos interesses do capital imobiliário, alguns bairros vão perdendo a característica de centralidade para outras áreas, em razão da degradação desses espaços e do abandono da política inicial de manutenção e conservação.

Ademais, Santos e Benevides (2019) afirmam que espaços urbanos tidos como “abandonados” pelo poder público possuem geralmente equipamentos urbanos mistos (públicos e privados), além da grande maioria dos imóveis ser ocupada por inquilinos, e não pelos proprietários, de moradias simples instaladas em bairros com infraestrutura ineficiente e precariedade de equipamentos urbanos.

Nesse contexto, quando os entrevistados foram indagados sobre para que serve o espaço urbano da Lagoa da Jansen, a maioria ressaltou “comércio/trabalho”. A respeito disso, Rangel (2019) relata que o comércio de um bairro possui um papel desbravador de um nicho econômico importante para esse espaço urbano, pois, além de o comércio popular incentivar as práticas comerciais nessa localidade, pode tecer parcerias entre poder público e setor privado, bem como desenvolver programas que estimulem a manutenção dos trabalhadores através da possibilidade de formalização dos empreendimentos.

Cabe lembrar que pessoas locais ainda praticam a atividade pesqueira no local (Figura 15), entretanto muitos desses pescadores não possuem o conhecimento do mal que esse alimento pode acarretar à saúde humana, alguns até possuem esse conhecimento, mas não têm outros meios de garantir o seu sustento e de sua família. Conforme Costa (2014), as desigualdades socioeconômicas fazem parte do espaço delimitado pelo Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, e a prioridade de investimentos para o espaço é alheia à qualidade ambiental e à real realidade social existente.

Figura 15 – Pescador



Fonte: Autor (2022).

O projeto Parque Ecológico da Lagoa da Jansen visava criar um espaço empreendedor, voltado para as especulações turísticas, com conjuntos habitacionais e estruturas voltadas ao lazer que atendessem à necessidade de desenvolvimento do turismo e dos moradores locais (COSTA, 2014). Contudo, apesar de os moradores entrevistados relatarem que a natureza é um fator para morar nesse espaço urbano, observamos pontos negativos do local, como a falta de segurança, as práticas de vandalismo e, sobretudo, o mau cheiro.

Vale ressaltar que o entorno do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen apresenta duas realidades distintas: de um lado, um espaço que apresenta uma bela infraestrutura, com prédios luxuosos, bares e casas de festas de alto padrão; de outro lado, um espaço que apresenta uma infraestrutura precária, onde a população vive com problemas ocasionados pela poluição. As modificações causadas na Laguna da Jansen a tornam um local de risco para novos empreendimentos, levando em conta as alterações ambientais que ampliam os casos de alagamentos nas áreas vizinhas, demonstrando o contraste socioambiental de edifícios de luxo e os casebres que se encontram na região periférica (SILVA *et al.*, 2020).

Com relação ao odor, sabemos que o Parque Ecológico apresenta cheiro bem desagradável que incomoda toda a população que usa o espaço para lazer ou, mesmo, que mora na região. Esse mau odor também é explicado pelo processo de

eutrofização, que ocorre pela ampliação de nutrientes como nitrogênio e fósforo em grande quantidade, em um corpo hídrico, o que acelera a proliferação de algas que produzem substâncias tóxicas e nocivas à saúde (SILVA *et al.*, 2020).

Além disso, existe a presença de lançamento de esgotos *in natura*, ou seja, o local padece de problemas ambientais e sanitários oriundos do despejo indevido de esgotos brutos nas galerias de drenagem pluvial ao longo de muitos anos. Nesse viés, Silva (2021) afirma que habitações, condomínios e estabelecimentos comerciais são apontados como responsáveis por usar como descarte clandestino de esgoto a rede pública de drenagem de águas pluviais e pelo descarte indevido de muitos resíduos no entorno da Lagoa da Jansen.

Esse descarte clandestino e indevido gera poluição, pois tais resíduos são levados para dentro da laguna, agravada ainda pela impermeabilização do solo ao redor dela. A poluição é resultado da construção de habitações e aterros, da retirada indiscriminada da vegetação e da pavimentação de ruas, visto que o incremento do escoamento superficial amplia o carreamento desses detritos para a laguna. Silva *et al.* (2021, p. 369) também relatam que:

A mesma foi criada com o objetivo de proporcionar aos visitantes do local um ambiente agradável para se frequentar com a família, passeios e práticas de esportes, porém essa urbanização aliada à construção de uma estrutura a sua volta e com novas condições ambientais socioeconomicamente induzidas resultaram no desequilíbrio do ambiente natural.

Já com relação ao lazer nesse espaço urbano, a maioria relatou que não usa os equipamentos para essa função. Além disso, os entrevistados não mencionam o espaço livre e a natureza associada a lazer (Figuras 16 e 17), mas de forma negativa como foi citado anteriormente. Verificamos também que apenas quatro entrevistados relataram lazer no espaço pesquisado, de modo que um entrevistado ressalta que o lazer é “tomar cervejinha na porta” e outros dois referem-se notadamente à atividade física “caminhada”.

Figura 16 – Bosque da Lagoa da Jansen



Fonte: Autor (2022).

Figura 17 – Estação perto da comunidade



Fonte: Autor (2022).

Convém citar que, na subseção VI, “Das ciclovias e ciclofaixas”, a Lei nº 6.292, de 28 de dezembro de 2017 – Lei de Mobilidade Urbana de São Luís, ao dispor sobre a Política Municipal de Trânsito e Transporte, apresenta um plano de ciclovias, bicicletários e vias de pedestre, todavia não estabelece, dentre os objetivos do plano, nenhuma associação entre os usos desses espaços e a possibilidade de realização

de atividades esportivas e de lazer, como caminhadas, corridas, passeios ciclísticos, entre outras (SÃO LUÍS, 2017b).

Sabe-se que, historicamente, a Lagoa da Jansen, considerada Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen, foi palco de muitas intervenções orientadas por diversos entendimentos a respeito de urbanismo, questões sanitário-ambientais, paisagísticas e ecológicas e no reforço da associação com o esporte e turismo.

Nesse sentido, os equipamentos urbanos estão voltados para segurança, lazer e saúde com a finalidade de proporcionar benefícios para toda a área circunscrita no perímetro da Lagoa da Jansen, como também para as áreas vizinhas, constituída de nove mosaicos, analisados segundo a sua vocação urbanística e de acordo com as suas características, sendo eles:

- a) M1 – quatro áreas verdes, calçadão, talude, escultura, quiosques, estacionamento, ciclovia e pista de *cooper*;
- b) M2 – parque infantil, centro de informações turísticas, três áreas verdes, terraço descoberto, pista de *cooper*, ciclovia, talude e terraço para bares;
- c) M3 – bares, estacionamento, talude e praça;
- d) M4 – píer, terraço, ciclovia, área verde, pista de *cooper*, praça, estacionamento e pavilhão para exposições;
- e) M5 – duas áreas verdes preservadas e duas conchas acústicas;
- f) M6 – pavilhão para exposições, prancha náutica, lojas, sanitários públicos, posto policial, quadras poliesportivas e área verde;
- g) M6 – complexo esportivo com arquibancada de cobertura tencionada, quadras poliesportivas com arquibancada comum e arquibancada com prancha náutica;
- h) M7 – avenidas de contorno;
- i) M8 – talude para área para feira de artesanato, estacionamento, terraço para bares, restaurante, duas áreas verdes, *drink* e arquibancada;
- j) M9 – terraço, área verde, loteamento popular com 50 lotes para relocação de famílias da área, terraço, área verde preservada (SILVA, 2008).

Com a revitalização do local, contou-se com os recursos do Ministério do Meio Ambiente, voltados à despoluição, ao agenciamento de calçadão pontuado por

equipamentos esportivos e de lazer, e com a reforma e implementação de quadras poliesportivas, arena de *beach soccer*, pista de *cooper* ao redor da laguna, quiosques, concha acústica, até mesmo uma serpente fazendo alusão à lenda da serpente da Ilha de São Luís (SANTOS *et al.*, 2013). Porém, as obras de infraestruturas previstas sofreram alterações e supressões, sobretudo as destinadas às práticas desportivas, com a redução das quadras.

Além disso, observa-se que o setor público não apresenta incentivos para a população local utilizar essas instalações, demonstrando uma falha nas políticas públicas voltadas ao lazer e ao esporte, visto que o sucesso das políticas relativas à procura desportiva local e adequação dos serviços municipais à realidade existente parece estar associado à oferta desportiva existente e à relação dos serviços em um espaço da cidade.

Vale ressaltar que, em São Luís, há programas voltados ao esporte e lazer associados à Política Nacional de Promoção da Saúde, que desenvolvem atividades físicas nas comunidades beneficiadas, como o “Programa São Luís em Movimento”, que proporciona caminhada orientada, aula de alongamento, aula de ginástica, entre outros; o público ainda pode contar com psicólogos, palestras, entre outros serviços prestados à comunidade. Constantino (2007, p. 48) afirma que:

[...] os espaços desportivos são uma questão central para as políticas de organização e promoção desportivas, a prática do desporto é indissociável da necessidade de espaço, por isso o desenvolvimento do desporto requer uma afetação e especialização do espaço, a qual está associada à natureza e características das diferentes práticas do desporto.

Outro ponto importante seria que as áreas de uso sustentável têm a finalidade de compatibilizar a conservação da natureza com a utilização sustentável dos recursos naturais. Portanto, como o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen é constituído enquanto área de lazer da cidade de São Luís, precisa-se, de fato, de um planejamento para a realização de atividades esportivas e lúdicas compatíveis com a sua preservação, visto que tal área ainda precisa de manutenção adequada por parte do poder público e de uma política de animação cultural democrática e diversificada.

Cunha (2007) relata que, no nível da localização de instalações de lazer, o processo de tomada de decisões seria uma forma de responder às necessidades e aspirações das populações, obrigando as políticas públicas definidas a responder com equidade, face ao direito das pessoas à prática do desporto.

De acordo com a CF/88, o esporte e o lazer são direitos sociais (BRASIL, 1988), contudo são tratados pelas leis municipais de São Luís de forma genérica, de maneira que não garantem o estabelecimento de políticas públicas sistematizadas para o setor de esporte e lazer.

O Plano Diretor do Município de São Luís ressalta, muitas vezes, o esporte e o lazer nos artigos, reconhecendo-os como fator importante na função social da cidade, mas verifica-se que é necessário que ocorra uma inserção formal dos termos e a inclusão de uma seção própria com diretrizes claras para a área, a exemplo do tratamento legal proporcionado à educação, à saúde e às outras políticas sociais.

O Plano Plurianual de 2018-2021 insere o esporte e o lazer no texto como estratégia de aplicação e área de resultados, colocando-os de maneira equivalente à saúde, educação e outras áreas que compõem as políticas sociais (SÃO LUÍS, 2017a), porém ainda se observa que essa igualdade está longe de ser considerada no processo de distribuição dos recursos financeiros.

Diante do exposto, é primordial, a qualquer poder público que vise a uma gestão democrática no âmbito do lazer, assegurar um amplo rol de ações de lazer, intentando o aumento das práticas corporais e artísticas para a população, além de democratizar suas ações, com a finalidade plena do exercício da cidadania, por meio da intervenção ativa, visando à modificação, participação e inclusão social de todos (DOMINICI; SILVA, 2008).

Porém, além da falta de incentivos para o lazer, os entrevistados relataram a inexistência de benefícios na gestão atual. Ressalta-se ainda que o local apresenta edificações irregulares, a população urbana de baixa renda ocupa locais impróprios para moradia, ou seja, construídas em terrenos alagados no perímetro da Lagoa da Jansen, e a ineficiência da gestão em planejar e desenvolver o espaço urbano, no decorrer do tempo, resultou em ambientes insalubres, não só no aspecto ambiental, mas também técnico e perceptivo (MASULLO *et al.*, 2014).

Os moradores entrevistados relataram ainda a falta de gestão de inclusão. Todavia, o Plano Diretor, ao determinar a Política de Acessibilidade e Mobilidade da Cidade, garante o acesso das pessoas ao conjunto de infraestrutura mobiliário urbano, veículos e equipamentos usados para deslocamentos, permitindo a todos o acesso com segurança e autonomia ao processo produtivo, serviços e bens de lazer.

6 CONCLUSÃO

O estudo de uma cidade nos remete a olhar o seu passado, reconhecer a sua história. Mas o que é mesmo uma cidade? Qual a sua função? Para que ela serve? Toda cidade tem seus signos construídos a partir de sua importância. Segundo Sudjic (2019, p. 9):

Uma cidade é formada por suas pessoas dentro dos limites das possibilidades que pode oferecer-lhes: tem uma identidade singular, que faz dela mais do que uma mera aglomeração de prédios. O clima, a topografia e a arquitetura são partes daquilo que cria essa singularidade, bem como suas origens históricas. As cidades baseadas no comércio têm características distintas daquelas que surgiram com o florescimento da indústria. Algumas urbes são construídas por autocratas; outras foram configuradas por uma religião. Também há aquelas por questões estratégicas militares ou administrativas públicas.

São Luís não foge a essa regra, é uma cidade histórica, com suas origens construídas pela miscigenação (negro, índio e europeu) e forte influência portuguesa, cujas relações foram afinadas por questões comerciais e políticas. É uma cidade que tem, em suas características geográficas, aspectos litorâneos, que até hoje possuem influência no comércio local.

Com esse aspecto, a cidade cresceu, mudando as suas características históricas para uma cidade “moderna”. Com reflexos da urbanização, surgem outras centralidades de pessoas, comércios, novos bairros, e assim outras moradias são criadas. Mas, ao mesmo tempo que é consolidada uma nova centralidade, a cidade se fragmenta por não oferecer, no mesmo espaço, moradias iguais, ocasionando o surgimento de periferias. De acordo com Moreira (2013, p. 25).

A estruturação do espaço urbano acaba por fragmentar as relações sociais vividas nas cidades induzindo as novas configurações socioespaciais através do parcelamento do solo urbano, especulação imobiliária e ocupações desordenadas que constituem um espaço descontínuo e segregado, todos convivendo e conflitando em um mesmo território. Essa situação por vez é encarada como um enclave no fenômeno da urbanização e crescimento populacional dos centros urbanos.

Essa dinâmica urbana nos permitiu ampliar o olhar para o que está “escondido”. A complexidade que envolve uma cidade sempre será um desafio para quem transita no campo das Ciências Sociais. A cidade transformada em área de

investigação científica, junto ao processo socioespacial e à produção do espaço urbano, é um campo fértil para tal propósito.

A nova centralidade urbana ocasionada pelo “Plano de Expansão” de Ruy Mesquita – 1958 e o “Plano Diretor” de Haroldo Tavares – 1974 conduziu a uma nova dinâmica em São Luís, desencadeando o rompimento com o modelo colonial. Para Lopes (2018, p. 7):

A expansão da cidade de São Luís na década de 1970 se mostrou uma grande oportunidade para a modernização da capital, como a construção de uma nova infraestrutura viária com largas avenidas e de grandes conjuntos habitacionais para suprir a demanda do crescimento populacional. Podemos destacar ainda nessa década a ponte Governador José Sarney inaugurada em 1970, que estimulou o crescimento para as praias, ao norte de São Luís com a ocupação de Bairro como São Francisco, Ponta d Areia e Calhau. E, ao sul, a construção da barragem do Bacanga (1973), que possibilitou a implantação de um setor industrial e portuário relativamente isolado, mas em comunicação com a cidade.

Paralelo a isso, houve o surgimento de novos equipamentos públicos e privados, principalmente no conteúdo lazer, sendo a Lagoa da Jansen o recorte de análise desta pesquisa. Assim, a influência da urbanização nesse espaço interferiu diretamente nas práticas do lazer, pois não havia a sua institucionalização, isso só vai ser possível após o processo de urbanização patrocinado pelo Estado. Nesse prisma, Bahia e Figueredo (2014, p. 95) apontam que:

As vivências de lazer representam o homem moderno na cidade, e de uma forma diferente de como acontecia em séculos passados, antes do processo de industrialização e urbanização, onde estas eram vividas cotidianamente sem rupturas tempo de trabalho – tempo de lazer. Essa ruptura se dá quando se rompe também os locais dessas vivências de lazer, e esses locais específicos são representados por espaços que possam proporcioná-las e, também, possam proporcionar uma relação mais próxima com a natureza, porque nesse processo também se rompe uma vida quase unificada entre homem e natureza. Com isso, institucionalizam –se espaços específicos, os quais, possam propiciar um movimento de reaproximação com a natureza, como, por exemplo, as Áreas Verdes Publicas Urbanas (praças, parques, bosques etc.).

Dessa forma, embora a urbanização tenha possibilitado avanços na região da Lagoa Jansen, com a estruturação de equipamentos de lazer e sua existência, isso não significou acesso para todos, sobretudo para os antigos moradores.

Diante disso, considerando o caminho percorrido durante o processo de observação para a consolidação desta dissertação, mesmo em um tempo atípico em

decorrência da Covid-19, a pesquisa seguiu seu percurso, obedecendo à agenda dos fatos. Conforme citado, algumas pausas foram necessárias; apesar disso, houve total comprometimento no estudo e, ao retomá-lo, foi preciso realizar algumas mudanças.

Por se tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo participante, o contato com as pessoas foi crucial. Assim, cabe pontuar o período de observância planejado, uma vez que permitiu o reconhecimento do local em sua totalidade, bem como um olhar mais atento aos frequentadores e, ao mesmo tempo, propiciou a visibilidade da presença do pesquisador entre usuários da Lagoa e moradores, com a intenção de ser reconhecido e facilitar a aproximação quando fosse aplicar os questionários.

O capítulo “Análise dos dados: observações e pesquisa” permitiu alcançar, através dos objetos de estudo traçados na pesquisa, o perfil dos frequentadores, bem como a percepção dos moradores da comunidade da Rua Pedro Neiva de Santana – Calçadão da Lagoa ou Ciclovia quanto à Lagoa da Jansen. Em seguida, construímos uma reflexão do histórico da Lagoa até a gestão atual, ao apresentar as várias fases que a transformaram em APA, sua importância e o descaso do poder público apontado por frequentadores e moradores. Em continuidade, pontuamos as ações realizadas pelo Estado por meio de políticas públicas, sendo a gestão do espaço compartilhada com diversas secretarias (Sedel, Segov, Sinfra e Secma), além da Polícia Militar.

É fato que a Lagoa está longe do ideal, durante anos vem sobrevivendo apenas de promessas, mesmo estando localizada em uma das áreas mais caras de São Luís. Então, o que percebemos ao longo da pesquisa é que existem duas Lagoas. A primeira é disputada pelo capital imobiliário, cujos investimentos suprem demandas de uma categoria social, com capacidade de pagar valores altos para morar próximo do litoral e aproveitar os equipamentos de lazer disponíveis, como a Praça do Foguete, que recentemente passou por reforma pelo Governo do Estado.

A segunda é o oposto da primeira, levando em conta os equipamentos de lazer. Quando comparada à Praça do Foguete, a realidade da Praça Frei Antônio M. Sinibaldi é outra, localizada na zona III da Lagoa. Próximo dela permanecem antigos moradores, que, residindo em uma área valorizada, sentem a diferença quando se trata de equipamentos de lazer. Da mesma forma vivem os moradores da Rua Pedro Neiva de Santana (Calçadão da Lagoa ou Ciclovia), na zona IV da Lagoa. O único espaço disponível para o lazer é a ciclovia, que assume dupla função de rua e praça. Em toda a sua extensão, existe apenas uma estação de ginástica.

Assim, devido à ausência de um espaço adequado à prática do lazer, fica a cargo da criatividade das crianças e jovens. No período da pesquisa, constatamos *in loco* as crianças disputando espaço com os carros dos moradores e distribuidores de bebidas e outros segmentos, pois existem alguns comércios (bar, minimercados e lanchonete). Em decorrência da falta de segurança, não foi possível fazer registros de imagem das crianças jogando bola e outras atividades lúdicas.

Portanto, a complexidade do espaço, somada à ausência do poder público, ficou evidente entre os moradores de padrões sociais elevados, como os de baixa renda e os que utilizam o espaço para a prática de lazer. Eles partilham da mesma opinião acerca da Lagoa da Jansen, de que as reformas feitas não foram suficientes para solucionar os problemas existentes: a falta de segurança, a questão ambiental, a manutenção e a poluição, tanto que tem sido constante a divulgação de matérias na imprensa local tratando do descaso com o espaço.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, M. C.; FIGUEREDO, S. L. Lazer em áreas verdes públicas urbanas: as vivências na Praça Batista Campos em Belém – Pará. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 85-98, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/436>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BAHIA, M. C.; SAMPAIO, T. M. V. Na trilha dos sujeitos praticantes do lazer na natureza: um debate conceitual sobre lazer e meio ambiente. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 79-92, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1503>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BARBOSA, Z. M. *et al.* O global e o regional: grandes projetos, desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MESAS_TEMATICAS/O_GLOBAL_E_O_REGIONAL_GRANDES_PROJETOS_DES_IGUALDADES_E_LUTAS_SOCIAIS_NO_MARANHAO_NEW.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BELLINE, J. H.; STEPHAN, I. C. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado nos municípios produtores de petróleo e gás das regiões norte fluminense e baixadas litorâneas. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 42-63, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/11702>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.
- BRUEL, M. R.; VARGAS, A. Políticas públicas de lazer e o impacto no desenvolvimento do cidadão. **Licere**: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1-38, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/759>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BURNETT, F. L. **Urbanização e desenvolvimento sustentável**: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão. São Luís: Editora UEMA, 2008.
- BURNETT, F. L. **São Luís por um triz**: escritos urbanos e regionais. São Luís: Editora UEMA, 2011.

CABRAL, P. T. M.; BAHIA, M. C. Lazer em áreas verdes: uma caminhada crítica pelo Parque Estadual do Utinga - PA. *In*: ARAÚJO, P. (org.). **Lazer, formação e meio ambiente**: subsídios para políticas públicas em Belém do Pará. Rio de Janeiro: LECSU, 2013. p. 145-160.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Trad. Arlete Caetano. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

CONSTANTINO, J. M. Os valores educativos do desporto: representações e realidades. *In*: BENTO, J.; CONSTANTINO, J. M. (coord.). **Em defesa do desporto**: mutações e valores em conflito. Coimbra: Almedina Edições, 2007. p. 57-79.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

COSTA, R. H. S. Configuração socioambiental da Laguna da Jansen: São Luís do Maranhão. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405965524_ARQUIVO_ArtigoparaCBG2014.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

CUNHA, L. M. **Os espaços do desporto**: uma gestão para o desenvolvimento humano. Coimbra: Almedina Edições, 2007.

DAMIÃO, A. P. Espaço urbano, produção do espaço e segregação socioespacial: o espaço urbano capitalista e o caso de Marília/SP. **Revista LEVS**, Marília, n. 14, p. 56-69, 2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/4210>. Acesso em: 15 ago. 2022.

DOMINICI, K. R. L.; SILVA, M. N. Política de animação em São Luís-MA: atuação da Fundação Municipal de Desporto e Lazer. ARAÚJO, S. M.; VIANA, R. N. A. (org.). **Esporte e lazer na cidade de São Luís do Maranhão**: elementos para construção de uma política pública. São Luís: Edufma, 2008. p. 107-123.

DRUMM, E. C.; SILVEIRA, R. L. L.; BRANDT, G. B. A reconfiguração do espaço urbano e a apropriação da cultura como meio de acumulação capitalista. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 16, n. 43, p. 147-174, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5448>. Acesso em: 15 ago. 2022.

FARIA, R. S. A cidade entre planos de remodelação e resistência popular: política e politização das questões urbanas no Brasil. *In*: NASCIMENTO, D.; BITENCOURT, J. B. (org.). **Dimensões do urbano**: múltiplas facetas da cidade. Chapecó: Argos, 2008. p. 217-238.

FORTUNATO NETO, J. **Dicionário ambiental básico**: iniciação à linguagem ambiental. Brotas: Rime, 2011.

GASTAL, S. **Alegorias urbana**: o passado como subterfugio. Campinas: Papyrus, 2006.

GOMES, M. A. S. **Os parques e a produção do espaço urbano**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

GUIMARÃES, V. O. S. Análise do método em Pierre Bourdieu. **Revista Científica de Educação**, Inhumas, v. 3, e019008, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/29>. Acesso em: 15 ago. 2022.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico do Brasil de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 15 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha de setores censitários**: o que é. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOPES, J. A. V. A “tarântula do futurismo”: percursos e fases da arquitetura moderna no processo de expansão urbana de São Luís no século XX. **Revista do CEDS**, São Luís, n. 8, p. 1-25, 2018. Disponível em: http://sou.undb.edu.br/public/publicacoes/a-tarantula-do-futurismo-percursos-e-fases-da-arquitetura-moderna-no-processo-de-expansao-urbana-jose-antonio.pdf?utm_source=direto. Acesso em: 15 ago. 2022.

MACEDO, C. C. Sobre cultura. In: VALLE, E.; QUEIROZ, J. J. (org.). **A cultura do povo**. São Paulo: Educ, 1982. p. 83-93.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

MARANHÃO. **Lei nº 4.870, de 23 de junho de 1988**. Transforma a “Lagoa da Jansen” em parque ecológico e dá outras providências. São Luís: Assembleia Legislativa, 1988. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/310_20100823_161828.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

MARANHÃO. Decreto nº 28.690, de 14 de novembro de 2012. Reclassifica o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen para Unidade de Conservação de Uso Sustentável do tipo Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa da Jansen e dá outras providências. **Diário Oficial do Poder Executivo**: São Luís, ano 106, n. 221, p. 2-3, 14 nov. 2012. Disponível em: <https://www.diariooficial.ma.gov.br/public/index.xhtml>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MARANHÃO. Decreto nº 35.115, de 22 de agosto de 2019. Dispõe sobre a administração e conservação da Área de Proteção Ambiental do Itapiracó, do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen e do Parque Estadual do Sítio Rangedor e dá outras providências. **Diário Oficial do Poder Executivo**: São Luís, ano 113, n. 160, p. 3, 23 ago. 2019. Disponível em: <https://www.diariooficial.ma.gov.br/public/index.xhtml>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MARANHÃO. Portaria nº 041, de 18 de maio de 2022. **Diário Oficial do Poder Executivo**: São Luís, ano 116, n. 93, p. 12, 19 maio 2022. Disponível em: <https://www.diariooficial.ma.gov.br/public/index.xhtml>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer**: uma introdução. 4. ed. São Paulo: Autores Associados, 2002.

MARCELLINO, N. C. Algumas aproximações entre lazer e sociedade. **Animador Sociocultural**: Revista Iberoamericana, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1-20, 2007. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MARCELLINO, N. C. *et al.* **Políticas públicas de lazer**: formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba-SP. Curitiba: OPUS, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARICATO, E.; COLOSSO, P. As cidades são centrais para o bem-estar social: especificidades da produção urbana no Brasil. *In*: CASTRO, J. A.; POCHMANN, M. (org.). **Brasil**: estado social contra a barbárie. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. p. 277-300.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. 4. reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática da liberdade**: uma proposta educativa para a juventude. Goiânia: Editora UFG. 2003.

MASULLO, Y. A. G. *et al.* Análise multitemporal do uso e ocupação do solo na Lagoa da Jansen-MA. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 5., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: IBEAS, 2014. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2014/XI-077.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MEDEIROS, I. O. **Parques urbanos de Mauá/SP**: estudo de caso sobre a gestão de uso público e as atividades físicas de lazer. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100139/tde-29042020-141535/pt-br.php>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MELO, M. I. O. **Parques urbanos, a natureza na cidade**: práticas de lazer e turismo cidadão. 2013. 202 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14302>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MORAES, J. **Guia de São Luís do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Legenda, 1995.

MORAES, J. **Ana Jansen**: rainha do Maranhão. 2. ed. São Luís: Edições AML, 1999.

MOREIRA, T. S. **Gestão metropolitana**: a região metropolitana da grande São Luís e desafios das políticas urbanas. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/412>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PACHECO, J. P. S. **Gestão do esporte e do lazer**: mapeamento e análise dos espaços públicos no município de Rio Claro – SP. 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181961>. Acesso em: 15 ago. 2022.

PACHECO, R. T. B.; RAIMUNDO, S. Parques urbanos e o Campo dos estudos do Lazer: proposta para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 43-65, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/462>. Acesso em: 15 ago. 2022.

PIRES, C. L. Z. A complexidade do ambiente urbano e seu reflexo na geografia do bairro Restinga de Porto Alegre (RS). *In*: NASCIMENTO, D.; BITENCOURT, J. (org.). **Dimensões do urbano**: múltiplas facetas da cidade. Chapecó: Argos, 2008. p. 57-81.

RANGEL, F. Problema e potência: o comércio popular entre a repressão e a empresarização. **Journal of Illicit Economies and Development**, [S. l.]. v. 1, n. 2, p. 1-11, 2019. Disponível em: <https://jied.lse.ac.uk/article/10.31389/jied.33/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

RIBEIRO JÚNIOR, J. R. B. **Formação do espaço urbano de São Luís**: 1612-1991. São Luís: Edições FUNC, 2001.

RIO BRANCO, W. L. C. **Política e gestão ambiental em áreas protegidas em São Luís – Maranhão**: o parque ecológico da Lagoa da Jansen. 2012. 268 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105040>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ROCHA, T. R.; HESPANHOL, R. A. M.; VINHAES, A. S. A expansão periurbana no município de Jundiá: o caso das chácaras de recreio nos bairros rurais do Poste e Caxambú. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL, 1.; SEMANA ACADÊMICA DE GEOGRAFIA, 34., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/sinagget/article/view/453>. Acesso em: 15 ago. 2022.

RODRIGUES, A. M. **Na procura do lugar e o encontro da identidade**: um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco. 1988. 333 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=63757. Acesso em: 15 ago. 2022.

RODRIGUES, R. M. A. **Atividade física de lazer nos parques urbanos públicos na cidade de São Paulo**. 2019. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100139/tde-04062019-102540/fr.php>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 3. ed. 6. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SAES, D. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. Campinas: Unicamp, 1998.

SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil – 2000 a 2017**. 2018. 348 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-20092018-143928/pt-br.php>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SANTINI, R. C. G. **Dimensões do lazer e da recreação**. São Paulo: Angelotti, 1993.

SANTOS, A. C. M. F.; MANOLESCU, F. M. K. A importância do espaço para o lazer em uma cidade. *In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, 12.; *ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO*, 8., 2008, São José dos Campos. **Anais [...]**. São José dos Campos: Univap, 2008.

Disponível em:

https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosEPG/EPG01058_01_O.pdf
f. Acesso em: 15 ago. 2022.

SANTOS, A. O. O.; BENEVIDES, T. M. Qualidade do ambiente urbano em salvador: uma análise sobre a percepção dos moradores do engenho velho de brotas em relação à segurança no seu bairro. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, Lisboa, v. 3, p. 578-587, 2019. Disponível em:

<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2383>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SANTOS, B. A. M. O.; DOBBERT, L. Y.; FEITOSA, A. C. Dinâmica da paisagem no parque ecológico da “Lagoa da Jansen”, São Luís, MA. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA*, 8.; *ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE GEOMORFOLOGIA*, 3.; *ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE GEOMORFOLOGIA*, 1.; *ENCONTRO IBERO-AMERICANO DO QUATERNÁRIO*, 1., 2010, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2010. Disponível em: <http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/8/2/12.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SANTOS, L. E. N. **Estratégias do capital na produção do espaço urbano de São Luís**: sobre verticalização e desigualdades socioespaciais (2000-2010). 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em:

<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/627>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SANTOS, S. R. *et al.* Transformações da paisagem urbana do bairro renascença II em São Luís (MA) sob a ótica dos moradores. *In: MATTOS JÚNIOR, J. S.; SANTOS, P. C. (org.). Desenvolvimento socioespacial: novos olhares*. São Luís: Eduema, 2013. p. 201-220.

SÃO LUÍS. Prefeitura Municipal. Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. **São Luís: uma leitura da cidade**. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

SÃO LUÍS. Prefeitura Municipal. **Plano Plurianual 2018-2021**. São Luís: Prefeitura Municipal, 2017a.

SÃO LUÍS. **Lei nº 6.292, de 28 de dezembro de 2017**. Institui a Lei de Mobilidade Urbana de São Luís e dá outras providências. São Luís: Prefeitura Municipal, 2017b. Disponível em: <https://saoluis.ma.gov.br/smtt/conteudo/2217>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SELDIN, C. Práticas culturais como insurgências urbanas: o caso do Squat Kunsthaus Tacheles em Berlim. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e**

Regionais, Recife, v. 17, n. 3, p. 68-85, 2015. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5070>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SILVA, A. S. *et al.* Percepção ambiental de frequentadores e estudo dos impactos do Parque Ecológico Laguna da Jansen, Município de São Luís, MA. *In*: SALES, R. E. S.; SALES, R. S. (org.). **Educação ambiental e cidadania**: pesquisa e práticas contemporâneas. Guarujá: Científica Digital, 2021. 1 v. p. 365-373.

SILVA, C. L.; SILVA, Tatyane Perna. **Lazer e educação física**: textos didáticos para a formação de profissionais do lazer. Campinas: Papirus, 2012.

SILVA, P. D. M. *et al.* Caracterização socioambiental do parque ecológico da Lagoa da Jansen, São Luís - MA. **Revista Acta Ambiental Catarinense**, Chapecó, v. 17, n. 1, p. 122- 132, 2020. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/index.php/acta/article/view/5370>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SILVA, R. A. F. **Políticas públicas desportivas**: a concepção e construção do Parque Ecológico Estadual da Lagoa da Jansen (1995-2001). 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências do Desporto) – Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2008. Disponível em: https://catalogo.up.pt/F/?func=direct&doc_number=000122698&format=999. Acesso em: 15 ago. 2022.

SILVA, T. H. Levantamento dos pontos de lançamento de esgoto bruto na Laguna da Jansen, na cidade de São Luís, estado do Maranhão, Brasil. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Curitiba, v. 10, n. 21, p. 28-46, 2021. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/articloe/view/948>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPIRN, A. W. **O jardim de granito**: a natureza no desenho da cidade. Trad. Paulo Mesquita Pellegrino. São Paulo: Edusp, 1995.

SUDJIC, D. **A linguagem das cidades**. Trad. Alexandra Salvaterra. Osasco: Gustavo Gili, 2019.

TIERS, T. F. S. **Desenvolvimento geográfico desigual e o território da diferença**: uma análise socioespacial no bairro Ponta d'Areia, São Luís, Maranhão. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 172-243.

WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário para frequentadores da Lagoa Jansen



Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional



QUESTIONÁRIO FREQUENTADORES LAGOA JANSEN

Nome: _____

Sexo: F () M () Idade: ____anos

Escolaridade: _____

Profissão: _____

Meio de transporte usado para chegar à Lagoa: _____

Bairro residencial: _____

() Morador da comunidade () Frequentador

1. Dia da semana que geralmente frequenta:

() Segunda () Terça () Quarta () Quinta () Sexta () Sábado
() Domingo

Horário que frequenta: () Manhã () Tarde () Noite

Atividade de lazer praticada é feita: () Espontânea () Orientada

2. Quais as atividades de lazer que você pratica na área da Lagoa?

() Caiaque () Ciclismo () Patins () Patinete () Skate () Trilha
() Pesca () Futebol () Corrida () Caminhada () Tênis () Funcional
() Cross () Yoga – relaxamento – descanso – contato com a natureza () Ler
() Academia ao ar livre

3. Além dessas representações existe outra que poderia citar: _____

4. Tempo de permanência na área da lagoa: ()

5. Você costuma frequentar o local:

() Sozinho () Acompanhado

6. Você pratica algum esporte oferecido pelo poder público neste local:

() Sim () Não

7. Como você avalia as intervenções do governo na área da Lagoa:

() Melhoria no lazer para a população () Melhoria na estrutura urbana local

8. Você considera os espaços de lazer como direito da população:

() Sim () Não

9. O que acha da manutenção:

Boa () Ruim ()

10. O que melhoraria no espaço?

11. Você entende o processo de urbanização da lagoa como um avanço ou um retrocesso? () Avanço () Retrocesso. Por quê?

12. Você sabe da existência de um gestor no Parque?

APÊNDICE B – Questionário para moradores da Lagoa Jansen**QUESTIONÁRIO MORADORES LAGOA JANSEN**

Endereço: _____

(01) Nome: _____

(02) Idade: _____

(03) Sexo: _____

(04) Escolaridade: _____

(05) Tempo de permanência na residencial atual? _____

(06) Como você define o espaço da Lagoa da Jansen?

(07) Para você, para que serve o Espaço Urbano da Lagoa da Jansen?

(08) Com relação à Lagoa da Jansen, diga o que você gosta e o que não gosta.

O que gosta?

O que não gosta?

(09) O que você sente pela Lagoa da Jansen?

(10) Para você, qual é o elemento ou a parte de maior importância da Lagoa da Jansen?

(11) Qual benefício você apontaria vindo do modelo de gestão do Parque Estadual da Lagoa da Jansen?

(12) Você utiliza algum equipamento de lazer disponível na Lagoa da Jansen?

Sim () Não ()

Qual? _____

(13) Você considera o modelo de gestão de inclusão?

